



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

**Fundação
Joaquim
Nabuco** 

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES

CURSO DE MESTRADO

FEMINISMOAGORA!:

UMA EXPERIÊNCIA DE PEDAGOGIA FEMINISTA AUTORREFLEXIVA

Camila de Melo Santana

RECIFE

2018

Camila de Melo Santana

FEMINISMOAGORA!:
UMA EXPERIÊNCIA DE PEDAGOGIA FEMINISTA AUTORREFLEXIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, Culturas e Identidades na Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Práticas educativo-culturais e identidades.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Maria Botelho

Recife

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S232f Santana, Camila de Melo.
FeminismoAgora!: uma experiência de pedagogia feminista autorreflexiva /
Camila de Melo Santana. – Recife, 2018.
147 f.: il.

Orientador(a): Denise Maria Botelho.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa
de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, BR-PE, 2018.
Inclui referências e anexos.

1. Pedagogias feministas 2. Autorreflexão 3. Movimentos feministas
I. Botelho, Denise Maria, orient. II. Título

CDD 378

ATA DA DEFESA

AGRADECIMENTOS

Às gerações feministas que me antecederam e que abriram espaços para a minha geração. À minha geração feminista e às mais jovens, que estão abrindo novos espaços.

A todas as pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente na escrita desse trabalho. Às pessoas que me abraçaram com amor e que disseram palavras de força. Tenho imensa gratidão às pessoas que estão me acompanhando nesta jornada de crescimento, estudo, luta, de vida. Por todo amor, à minha mãe Ranuzia e minha irmã Raquel. A Ginga e Erasto, meus pequenxs sobrinhxs. À Denise Botelho, minha orientadora, agradeço demais. Às minhas avós (à velha, inclusive) e mulheres mais antigas que enxergaram em mim uma promessa de realização e felicidade.

Às irmãs de infância Jubs e Gabi Nêga. A Luann, coisa linda. E Iago, minha ala jovem. À Luciene e Vaninha, pelos cuidados e afetos. Paula Iraci, guerreira nordestina em São Paulo. Indira, Sophia, Anaíra, Flavinha, Ceci Godoi, Eloah, Thassia, Lara Erendira, essas mulheres maravilhosas das ciências sociais. Ju Lins, Camila Zilar, Heloína, Clarissa, Bia Nogueira, Gabi Andrade, Dani Pessoa, Aninha Martins, Maira Bruce, Laura e Marlova, amadas.

Grasi, Franci, Missilene, Élide, Ariane, Graça, Solano, Lilian, Lucinha e todo o pessoal do Geperges. Gleice e Luciana, pelas conversas, pelo convívio e por possibilitarem condições materiais mais confortáveis à escrita. Às companheiras Neidinha, Aroma, Thisbe, Ingrid, Ceci Cuentro, Carol e Gabi Cordeiro, Marília e Agsa. À Raíza que me acolheu em sua casa em Floripa, quando eu fui para o Fazendo Gênero. À Carmen Silva – musa inspiradora –, Silvia Camurça, Verônica Ferreira, Rivane, Verônica Pedro, Áurea, Mércia Alves e todas do SOS Corpo. Fabiana Moura, Sueli Valongueiro, Paula Viana, Dani Braz e todas do Fórum de Mulheres de Pernambuco. Verônica e Gêssica Santana e todas do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

A todas as companheiras que participaram do FeminismoAgora!. Priscila Brito, Viviane Hermida e todas da Articulação de Mulheres Brasileiras. Parry Scott, Silvana, Luciana, Fernanda, Jeiza, Shirley, Dandara, Rafael e toda a galera do FAGES, onde eu tive a oportunidade de realizar simultaneamente com o mestrado uma pesquisa sobre direitos sexuais e reprodutivos em tempos de epidemia do vírus da zika.

A Flávio Lira, Alyne Nunes, Gabi Magá, João Eduardo, Camila Roseno, Janaína, Joice Paixão, Cauê. À Aninha Limão e ao pequeno João. A Vanessa, Manu, Flavinha e Rafa, queridxs amigxs do mestrado. À Jaque e Ana Paula. À Márcia Aguiar, Mere e Luiza de

Marillac. À Michelly Aragão. À Ceci, que é professora, cantora e feiticeira. À Milena e Betânia. À Mariana Reis, Natália Lopes e todas do Cabelação PE. À Cida Nogueira, antropóloga brilhante e minha primeira orientadora nestes caminhos acadêmicos. À Lígia Bittencourt, minha primeira mestra de yoga; e Dayse Luna, desde os tempos do Instituto Helena Lubienska. Iara, Juliana Melo, Luana Maria, Luiza Dantas, Cileide Magalhães, Morgana, preciosas terapeutas. Às professoras Cibele Rodrigues, Karla Galvão, Paloma Silveira, Laura Duque Arrazola e Ana Paula Abrahamian. À coordenação do PPGECI, a Ana Abranches, a Hugo Monteiro, Cláudia, Patrícia e a todas as funcionárias/os do programa, da Fundação Joaquim Nabuco e da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

“Quem disse que seria fácil?”

Audre Lorde



mirem-se
daquelas

no exemplo
mulheres de
antenas

2015

Anad...

Resumo

Esta pesquisa é um estudo de caso sobre uma experiência de formação feminista baseada na metodologia da autorreflexão com o grupo FeminismoAgora! O método da autorreflexão surgiu na década de 1960, no âmbito dos movimentos feministas e de mulheres, e consiste no compartilhamento em grupo de reflexões elaboradas a partir das experiências de vida das participantes, seguindo fundamentos como o respeito ao momento de fala de cada uma, o não julgamento e o sigilo sobre as experiências compartilhadas, visando a construção de um espaço de confiança e a interpretação crítica sobre processos de dominação e opressão. Esse processo educativo foi promovido pelo SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, do início de 2013 ao início de 2015, e o grupo seguiu de forma autônoma por mais um ano. A pesquisa possui um caráter autobiográfico, uma vez que eu fui integrante do FA!, assim como, busca investigar a concepção político-pedagógica da formação, os aprendizados construídos, e sua influência no sentido de engajamento das educandas no movimento feminista, atentando para as relações de poder existentes no processo. A investigação foi realizada através de entrevista com a educadora do SOS Corpo e de três grupos focais com ex-integrantes do FA!. A análise dos dados se debruça sobre: a construção das identidades feministas, o entendimento político sobre questões pessoais e cotidianas, as trocas de conhecimentos sobre pautas feministas, o aprendizado da escuta e da expressão, a vivência de outras lógicas no movimento, o autoconhecimento sobre corpo e sexualidade, o contato com um feminismo maior e das possibilidades de engajamento. No que diz respeito às relações de poder, pude identificar vários fatores que influenciaram na fala ou o silenciamento das integrantes, como as desigualdades de raça, classe, estudos e trajetória política. Além disso, foram identificadas nas relações de poder a ligação com a instituição promotora da formação, o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, e a invisibilização da identidade transgênera.

Palavras-chave

Pedagogias feministas; autorreflexão; experiência; movimentos feministas.

Resumen

Esta investigación es un estudio de caso sobre una experiencia de formación feminista basada en la metodología de la autorreflexión con el grupo FeminismoAgora!. El método de la autorreflexión surgió en la década de 1960, en el ámbito de los movimientos feministas y de mujeres, y consiste en el compartir en grupo reflexiones elaboradas a partir de las experiencias de vida de las participantes, siguiendo fundamentos como el respeto al momento de habla de cada una, el no juicio y el secreto sobre las experiencias compartidas, buscando la construcción de un espacio de confianza y la interpretación crítica sobre procesos de dominación y opresión. Este proceso educativo fue promovido por el SOS Corpo Instituto Feminista para la Democracia, de principios de 2013 a principios de 2015, y el grupo siguió de forma autónoma por un año más. La investigación tiene un carácter autobiográfico, una vez que he sido integrante del FA!, además, busca investigar la concepción político-pedagógica de la formación, los aprendizajes construidos, y su influencia en el sentido de compromiso de las educandas en el movimiento feminista, atentando hacia las relaciones poder existentes en el proceso. La investigación fue realizada a través de una entrevista con la educadora del SOS Corpo y de tres grupos focales con ex integrantes del FA!. El análisis de los datos se centra en: la construcción de las identidades feministas, el entendimiento político sobre cuestiones personales y cotidianas, los intercambios de conocimientos sobre pautas feministas, el aprendizaje de la escucha y de la expresión, la vivencia de otras lógicas en el movimiento, el autoconocimiento sobre cuerpo y sexualidad, el contacto con un feminismo mayor y las posibilidades de compromiso. En lo que se refiere a las relaciones de poder, pude identificar varios factores que influenciaron en el habla o el silenciamiento de las integrantes, como las desigualdades de raza, clase, estudios y trayectoria política. Además, se identificaron en las relaciones de poder el vínculo con la institución promotora de la formación, el SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, y la invisibilización de la identidad transgénera.

Palabras clave

Pedagogías feministas; autorreflexión; experiencia; movimientos feministas.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: “Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de antenas”.....	Epígrafe
Imagem 2: Fotografia “Nossos Encontros” – Elaboração própria.....	78
Imagem 3: Quadro com planejamento e execução dos encontros do FA!.....	79
Imagem 4: “Corpo e Sexualidade”	80
Imagem 5: Divulgação do evento Impressões Feministas.....	83
Imagem 6: Fotografia das publicações do FA! – Elaboração própria.....	84
Imagem 7: Divulgação de sessão cineclubista.....	101

LISTA DE SIGLAS

ACS – Agente Comunitária de Saúde

AFM – Articulação Feminista Marcosul

AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras

ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FA! – FeminismoAgora!

FMPE – Fórum de Mulheres de Pernambuco

GEPERGES – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades
Audre Lorde

ONG – Organização Não-Governamental

RMR – Região Metropolitana do Recife

IDAC – Instituto de Ação Cultural

MMTR-NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

MST – Movimento de Trabalhadores Sem Terra

NOW – National Women Organization (Organização Nacional de Mulheres)

ONU – Organização das Nações Unidas

PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PFC – Poder Feminino Crew

PT – Partido dos Trabalhadores

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 AUTORREFLEXÃO DA PESQUISADORA: TRANSFORMANDO A INQUIETUDE EM HISTÓRIA.....	14
1.2 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	22
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	24
2.1 PEDAGOGIAS FEMINISTAS.....	25
2.2 PEDAGOGIAS FEMINISTAS, PAULO FREIRE E EDUCAÇÃO POPULAR.....	29
2.3 GRUPOS DE AUTORREFLEXÃO.....	34
3 CAMINHOS TEÓRICOS	46
3.1 POR UMA EPISTEMOLOGIA DE SABERES LOCALIZADOS.....	46
3.2 FEMINISMO DESCOLONIAL E INTERSECCIONALIDADE.....	48
3.3 O PESSOAL, O CULTURAL E O POLÍTICO.....	53
3.4 O CAMPO FEMINISTA NO BRASIL.....	55
3.5 CONCEITUANDO EXPERIÊNCIA.....	58
4 METODOLOGIA	63
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE	71
5.1 O CAMPO: NÓS OUTRAS.....	71
5.2 CIRANDAS FEMINISTAS.....	72
5.3 FEMINISMOAGORA!.....	75
5.4 TRABALHO DE CAMPO.....	84
5.5 ANÁLISE DOS DADOS DA ENTREVISTA E DOS GRUPOS FOCALIS.....	91
5.5.1 Aprendizados e transformações.....	91
5.5.2 Ser feminista.....	93
5.5.3 Vivências cotidianas.....	97
5.5.4 Pautas feministas.....	100
5.5.5 Aprender a ouvir e aprender a se colocar.....	103

5.5.6 Uma outra lógica de movimento.....	106
5.5.7 Corpo e Sexualidade.....	108
5.5.8 Contato com um feminismo maior.....	112
5.5.9 Engajamento.....	114
5.6 RELAÇÕES DE PODER.....	116
5.6.1 Desigualdades de raça, classe, estudos e trajetória política.....	117
5.6.2 Relação com o SOS Corpo e mediação da educadora.....	121
5.6.3 Invisibilização da identidade transgênera.....	124
5.7 SOBRE O PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO E TÉRMINO DO FA!.....	125
6 INCONCLUSÕES.....	130
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133
9 ANEXOS.....	139

1 INTRODUÇÃO

1.1 AUTORREFLEXÃO DA PESQUISADORA: TRANSFORMANDO A INQUIETUDE EM HISTÓRIA

Talvez [...] não sejamos outra coisa que não um modo particular de contar o que somos. E para isso, para contarmos o que somos, talvez não tenhamos outra possibilidade senão percorremos de novo as ruínas de nossa biblioteca, para aí tentar recolher as palavras que falem por nós. [...] Que podemos cada um de nós fazer sem transformar nossa inquietude numa história? (LARROSA, 1999, p. 7)

As escritas de Jorge Larrosa me comovem pela importância dada à apropriação da nossa própria narrativa, da nossa própria história. Algumas palavras são especialmente expressivas como “as ruínas de nossa biblioteca”, que revelam a precariedade de nossa memória, mas as palavras que mais me chamaram atenção, e por isso intitulam esta primeira parte do meu trabalho, são “transformar a inquietude em história”. O autor pergunta “Que podemos cada um de nós fazer sem transformar nossa inquietude numa história?”. E é isso que estamos fazendo neste trabalho. As inquietudes são muitas, pode-se dizer que é um encontro de inquietudes sendo transformadas em histórias.

Todo conhecimento é produzido dentro de um contexto social, histórico, cultural e econômico, portanto a exposição dos motivos que me levam a esta pesquisa tem a importância de oferecer à leitora/leitor uma maior compreensão das reflexões e conclusões geradas na investigação. A opção por trabalhar a pesquisa tornando visível o meu lugar de fala enquanto pesquisadora parte de uma perspectiva epistemológica que questiona radicalmente a existência de uma neutralidade científica. Este trabalho possui um caráter autobiográfico, o que a doutora em educação Josélia Gomes Neves considera como um “encontro de múltiplas possibilidades onde o eu pessoal dialoga com o eu social” (NEVES, 2010, p. 124). O aspecto autobiográfico reivindica inclusive o emprego da linguagem na primeira pessoa do singular ao longo do texto, reconhecendo, no entanto, a presença de múltiplas sujeitas¹ na construção deste trabalho. Utilizarei também a primeira pessoa do plural, uma vez que falo de uma experiência coletiva da qual participei.

Estou de acordo com a filósofa feminista Donna Haraway, que diante do positivismo da ciência, defende conhecimentos situados e corporificados, afirmando que “a objetividade

¹ Utilizo o termo sujeita(s) no feminino como um posicionamento político feminista diante do sexismo da linguagem. Outras pesquisadoras utilizam desta forma a palavra, a exemplo da socióloga Ana Cecília Cuentro, autora da dissertação “Racha, a senhora é maravilhosa! Novas sujeitas e práticas políticas contemporâneas no movimento feminista da cidade do Recife-PE” (2017).

feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto” (HARAWAY, 1995, p. 21). Para essa autora, o posicionamento do sujeito que produz o conhecimento é uma forma de agir com responsabilidade, pois quando nos posicionamos, podemos ser chamadxs a prestar contas.

Utilizo a letra “x”, ao invés de “a” e “o” para englobar tanto os sujeitos femininos quanto masculinos e, ao mesmo tempo, não fechar as definições apenas em masculino ou feminino. Trata-se de uma forma de escrita utilizada entre as pessoas dos movimentos feministas, e acredito que na academia devemos ousar na linguagem, pois linguagem também é política. A escritora e ativista norte-americana bell hooks², (2008), em seu texto “Ensinar novas paisagens/novas linguagens”, atenta para o fato de que falamos a língua “do opressor”, em seu caso o inglês, e no nosso, brasileiro, o português. Não podemos deixar de considerar que a linguagem é colonizadora e machista, porém, quando rompemos com o seu padrão, estamos fazendo “rebelião e resistência” (hooks, 2008, p.860).

A reconstrução da relação sujeito e objeto também está presente na perspectiva do método cartográfico adotada na pesquisa, a qual considera que todo objeto é uma criação do sujeito que investiga a partir de variados encontros e afetações. A pesquisa cartográfica consiste em acompanhar processos, e não em representar objetos (BARROS; KASTRUP, 2014, p. 53), isto é, em vez de perguntar o que é uma coisa – o objeto da pesquisa – a cartografia pergunta como é o seu encontro com tal coisa (COSTA, 2014, p. 70). Cartografia é um conceito trazido da geografia e transposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1980) para os campos da filosofia, da política e das subjetividades. A ideia subjacente é habitar e percorrer os diversos territórios: afetivos, subjetivos, políticos, estéticos, existenciais, morais, históricos, desejanter (COSTA, 2014, p. 68) que compõem a pesquisa, sempre atenta ao movimento, às zonas fronteiriças, àquilo que se passa “fora das caixinhas”. A palavra método, do grego *metá-hódos*, significa caminho determinado pelas metas. Nesse sentido, a cartografia propõe uma reversão metodológica, invertendo o *metá-hódos* por *hódos-méta*, ou seja, *as metas são construídas pelo caminho*.

Então que falemos dos caminhos que me levaram a esta pesquisa no mestrado do Programa de pós-graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades. Esta investigação é sobre pedagogia feminista, mais especificamente sobre uma metodologia de formação política com mulheres, denominada autorreflexão ou autoconsciência. Tal método

2 A autora escolheu o pseudônimo “bell hooks” em homenagem aos sobrenomes de sua mãe e de sua avó. A grafia é propositalmente em letras minúsculas, pois para a escritora o mais importante é a substância de seus escritos e não seu nome. Nas citações e nas referências bibliográficas, no entanto, sigo as regras da ABNT, que exigem a grafia do sobrenome com todas as letras maiúsculas.

consiste em vivências de grupo, nas quais cada participante faz reflexões a partir de suas experiências de vida. A ideia subjacente à autorreflexão é que “o pessoal é político”, ou seja, nossas vidas estão permeadas por relações de poder, condições objetivas e subjetivas que constroem as nossas realidades. Ao falarmos e escutarmos, em grupos de mulheres, sobre esses aspectos de nossas vidas, podemos tomar consciência das vivências de opressão – tanto de oprimidas quanto de opressoras – e de resistências individuais e coletivas, o que facilitariam nossos processos de auto-organização.

Mas por que eu decidi pesquisar sobre isso? Uma resposta inicial seria “porque eu já participei de um processo de formação feminista baseada na autorreflexão”. Esse é um bom começo, porém o fio condutor dessa história deve me levar mais além.

O propósito de minha pesquisa é investigar uma experiência de formação com autorreflexão que eu vivi com um grupo de mulheres jovens, o FeminismoAgora!, realizada pelo Instituto Feminista para a Democracia SOS Corpo, portanto, trata-se de um estudo de caso de caráter autobiográfico. Minha intenção é investigar a experiência de pedagogia feminista autorreflexiva vivida com esse grupo. Neste mergulho, irei refletir sobre um processo de reflexão do qual participei, e neste memorial, tentarei trazer um pouco das minhas origens, trajetórias, identidades, experiências educativas, culturais e políticas.

O propósito deste memorial é basicamente responder às perguntas “quem sou eu?” e “por que eu estou fazendo isto?”. Parecem duas perguntas simples, mas quando nos propomos a respondê-las verdadeiramente, temos que fazer uma autorreflexão profunda. A reflexão sobre quem somos talvez seja um dos enigmas filosóficos mais antigos. Trazendo-a para as discussões mais recentes, do dito mundo pós-moderno, estamos diante do debate sobre a identidade. Somos uma identidade ou a identidade é algo que estará sempre em construção? Ou deveríamos, ao invés de falar em identidade no singular, falar em identidades no plural? Zygmunt Bauman entende a identidade como “uma tarefa ainda não-realizada, incompleta, um estímulo, um dever, um ímpeto à ação” (BAUMAN, 2005, p. 26).

Cresci rodeada por mulheres: mãe, irmã, avó, tias e primas da família materna, além das amigas, que sempre foram em maior número do que os amigos. Tendo os pais separados desde os sete anos de idade, me criei com o exemplo de independência feminina de minha mãe. Ela nasceu em Garanhuns, cidade do agreste pernambucano, mas a origem de nossa família é do sertão de Alagoas, na zona rural do município de Dois Riachos, num pequeno povoado chamado Pai Mané. Os membros mais antigos da família trabalhavam na terra como pequenos agricultores e criadores de gado e outros animais, sofrendo com as secas, num

período em que aquele sertão ainda tinha muita caatinga onde viviam onças, veados, seriemas e tatus.

Minha mãe e meu pai se conheceram no curso de economia da UFPE. Elxs estudavam e trabalhavam para garantirem seu sustento e de suas famílias, começaram a namorar e se casaram em 1980, quando foram morar em Rio Doce, periferia de Olinda. Construíram em conjunto um projeto de carreira de funcionários públicos, a partir do qual ascenderam socialmente. Depois de morarem um tempo em Petrolina, se mudaram para Caruaru com minha irmã.

Eu nasci em Recife, no dia 1º de setembro de 1988. Abrindo um breve parêntesis sobre esta data, lembro que no meu aniversário de 2016, em que completei vinte e oito anos, minha mãe contou que no dia em que nasci estava sendo proclamada a Constituição de 1988, o que representava esperança para o povo brasileiro após tantos anos de ditadura. Vinte e oito anos depois, entretanto, nos deparamos com um golpe ao governo da primeira presidenta mulher do Brasil, consolidado no dia 31 de agosto de 2016. As consequências são nefastas no sentido da perda de direitos para as populações historicamente marginalizadas: mulheres, pobres, negrxs, indígenas, camponesxs, LGBTT. Enquanto mulher, feminista, bissexual, cientista social e mestranda da área de educação, sinto na pele as consequências destas políticas conservadoras que atacam ostensivamente o nosso direito de refletir sobre as questões de gênero e sexualidade na educação, que retiram a obrigatoriedade do ensino da sociologia, história e filosofia no ensino médio, que cortam cada vez mais as verbas para as nossas áreas, de forma que praticamente não temos bolsas de estudos em nosso programa, e pior, corremos sérios riscos de termos as pós-graduações privatizadas nas universidades públicas. No contexto institucional, temos convivido num clima de tensão e censura às iniciativas de reflexão sobre a conjuntura política. Estamos construindo nossas pesquisas num momento de retrocessos como as Reformas do Ensino Médio, Trabalhista, da Previdência, prisões políticas sem provas, execuções de ativistas, intervenção militar, privatizações, recrudescimento do fascismo e do fundamentalismo, e em meio aos movimentos de resistência política – ocupações das universidades e escolas, greves, manifestações de rua, e à repressão cada vez mais truculenta dos aparelhos Estado.

Voltando para a minha infância, criei-me em Caruaru, cidade onde vivi até os dezesseis anos, quando vim morar na capital do estado de Pernambuco. Apesar de morar em Caruaru, na infância sempre vinha à Recife com os meus pais. Posteriormente, com a minha mãe para visitar a família (avó, primas/os, tias/os), ir ao cinema e ao teatro, ir à praia e brincar o carnaval. Mas, eu me criei mesmo em Caruaru, cresci na casa onde minha mãe mora até

hoje, numa rua tranquila que era cheia de crianças, num bairro de classe média da cidade. Ali brinquei bastante com minha irmã e nossas amigas vizinhas (hoje todas se tornaram feministas), fizemos muita traquinagem e comemoramos muitas festas de São João. A escola que eu estudava era praticamente na esquina da rua de casa, e era baseada no método criativo da pedagoga Maria Montessori. Lembro que gostava muito da escola, das vivências, das amigas, das professoras, mas tenho também lembranças de opressões naquele ambiente. Recordo que os garotos sempre me xingavam por conta de meus cabelos, que sempre foram crespos e volumosos. Eu não ficava calada, partia para a briga física e quebrava lancheiras nas cabeças dos meninos. Hoje em dia, eu sei que o que eles queriam era me provocar a fazer aquilo, mas vejo essa minha atitude de criança como um primeiro enfrentamento às opressões de gênero e raciais.

Quando eu estava na quinta série (atual sexto ano), o Montessori foi vendido para uma rede de colégios de Recife, cuja proposta era totalmente mercadológica e voltada para o vestibular, o que foi motivo de tristeza para mim e para outrxs estudantes e professorxs que acreditavam numa educação mais humana. Na minha sétima série (atual oitavo ano), o professor de português, que era gay, foi brutalmente assassinado. O crime foi explicitamente um caso de homofobia, porém nada se comentou a respeito na escola, silêncio total. Hoje, leio essa triste situação do passado na perspectiva de Nilson Fernandes Dinis (2011), quando este autor fala sobre como o silêncio na escola estimula a manutenção da violência, numa linguagem figurada, o silêncio amola a faca que corta.

Nesta época, minha irmã já morava na capital e estava cursando jornalismo na universidade, se envolvendo com fotografia, cultura popular, grupos de coco, maracatu, com o movimento negro e educação popular. A partir das reflexões geradas nessas experiências, ela havia deixado de dar alisamento nas raízes do cabelo (para diminuir o volume) e eu segui o seu exemplo e também deixei o meu natural. Aos 16 anos, vim morar em Recife em busca de outra perspectiva de educação e de outros ares. Fui morar com minha irmã, no bairro da Torre, no apartamento de nossa mãe. O tempo foi passando e fui construindo novos afetos, descobrindo o Recife e Olinda, os festivais, as cenas culturais, os protestos.

Em 2007, ingressei no curso de ciências sociais, que é um imenso leque de possibilidades de estudos e pesquisas, e me proporcionou contato com várias temáticas com as quais eu tenho identificação, como a questão indígena, racial, africana, cultura popular, gênero, sexualidade, feminismo, arte, imaginário. Encontrei muita gente do interior na

graduação, “comadres”³ com as quais se desenrolaram identificações mútuas e amigáveis. Concluí o curso em 2012 e decidi passar um tempo distante da academia, à procura de vivências mais práticas.

Eu já me considerava feminista desde esse tempo da graduação, quando entrei em contato com alguns debates sobre gênero e feminismo nas disciplinas e com amigxs. Mas só fui entrar mais no movimento feminista quando comecei a participar de um processo de formação política feminista, promovido pelo Instituto SOS Corpo, que tinha a autorreflexão como uma de suas metodologias. A formação, chamada Cirandas Feministas, aconteceu de 2013 a 2015 com 13 grupos de mulheres, a maioria de contexto popular, e englobou várias outras dimensões do processo político-pedagógico, como oficinas de comunicação, intercâmbio entre os grupos, organização de ações e eventos, sistematização de experiências, participação de debates, cursos, encontros.

Participei desta formação desde o início, num grupo de jovens que integravam ou não diferentes coletivos políticos, culturais, feministas, como a Marcha das Vadias Recife, Flores Crew, Blogueiras Negras, Levante Popular da Juventude, Coletivo Além do Arco-íris, entre outros. Este grupo, de certa forma, destoava dos outros, uma vez que nele havia muitas mulheres universitárias e da classe média. Cheguei a essa experiência num momento em que havia recentemente me graduado em ciências sociais, e estava sem opções em relação à perspectiva profissional, buscando caminhos para realizar o meu desejo de trabalhar com movimentos sociais. Neste período estava envolvida com várias ações: um cineclube, o movimento “Ocupe Estelita” e o bloco carnavalesco “Ou vai ou Racha”.

O cineclube chamava-se Cine Vila, e acontecia na Vila Santa Luzia, comunidade localizada na Torre, bairro no qual eu morava na época e no qual voltei a morar. A ideia do cineclube surgiu a partir da minha pesquisa de monografia, em que entrevistei moradorxs do bairro da Torre, entre elxs uma importante liderança da Vila Santa Luzia. No meu trabalho de conclusão de curso, discuti a questão da memória de (ex) moradorxs do bairro e sua relação afetiva com o espaço. As questões urbanas, a implacável transformação do espaço, a especulação imobiliária, a destruição da memória da cidade e a expulsão das populações mais pobres das áreas nobres estavam me inquietando e me chamando muita atenção. A minha própria residência me despertava (e continua despertando) várias inquietações, um edifício construído no lugar em que antes havia o cinema do bairro, o Cine Torre.

3 A psicanalista jungiana Clarissa Pinkola Estés (2007) define comadre da seguinte forma: “[...] É uma palavra usada para descrever a relação íntima entre mulheres que cuidam uma da outra, que dão ouvidos e ensinam uma à outra, de uma forma na qual a alma está sempre incluída; às vezes ela é o assunto da conversa, e às vezes é com ela diretamente que se fala”.

Foi nesse período que surgiu o Movimento Ocupe Estelita, que se levantou contra o Projeto Novo Recife, um empreendimento que prevê a construção de 13 torres de luxo numa área de patrimônio histórico, supervalorizada e central do Recife. Comecei a me envolver nesse movimento, pois nele vi uma possibilidade de fazer algo diante de várias questões que estava me preocupando em relação à cidade. Foi também nesta época, no início de 2013, que eu e um grupo de amigas criamos o bloco carnavalesco Ou vai ou Racha. A ideia do bloco era visibilizar e vivenciar com liberdade a lesbianidade e a bissexualidade no carnaval, o que depois foi se ampliando para várias ações independentemente dos festejos carnavalescos.

Costurando a colcha de retalhos dessa história, lembro que antes da experiência do Cirandas estava mesmo em busca de um processo de formação política. Recordo que após uma reunião com o pessoal do Ocupe Estelita, resolvi ler “Pedagogia da Autonomia” de Paulo Freire, um pequeno livro que eu tinha em casa. Quando abri nas primeiras páginas encontrei uma dedicatória comovente de uma pessoa que eu não lembrava mais quem era: “Camila, este livro é uma das preciosidades de um dos maiores educadores do mundo. Espero que possa iluminar tuas reflexões na vida e na academia. Sorte nesta tua caminhada. Um abraço”. Ela havia me dado aquele livro de presente em 2007, no ano em que eu estava entrando na universidade, entretanto a minha leitura de Pedagogia da Autonomia nunca havia engatado. Infelizmente, não tive a oportunidade de estudar educação em minha graduação, a minha escolha no vestibular foi pelo bacharelado, e não pela licenciatura. Ao longo do curso, questioneimei-me bastante sobre essa divisão entre bacharelado e licenciatura, pesquisa e ensino. Por que não temos a opção de fazer as duas coisas se uma está intimamente relacionada à outra?

No primeiro dia da tal formação feminista, quando eu entrei na sala onde iam acontecer as atividades, dei de cara com a pessoa que havia me presenteado com o livro “Pedagogia da Autonomia”. Ela possui uma enorme trajetória de luta e trabalho com movimentos sociais e, no início de 2013, era novata no SOS Corpo, organização feminista responsável pela formação. Recordamos que havíamos estudado espanhol juntas, e foi nessa mesma época que ela me deu o livro. Estávamos nos reencontrando sete anos depois num processo de formação feminista, que seria o início de uma jornada a qual nos tornaríamos companheiras de luta. Essa foi uma das primeiras e mais fortes sincronicidades⁴ que uniram educação e feminismo em minha trajetória.

4 Sincronicidade é um conceito que foi criado pelo psiquiatra Carl Gustav Jung para definir acontecimentos que estão conectados não por relações de casualidade (acaso), mas por relações de significado. Também é chamada de coincidência significativa (JUNG, 2017).

A partir da experiência com o grupo de jovens da formação Cirandas Feministas, formamos um grupo que denominamos de FeminismoAgora!. O FA!, como chamávamos para encurtar o longo nome. O FA! realizou a sistematização dos encontros de 2013, que resultou num rico material fruto das nossas rodas de autorreflexão. Esse material foi encadernado artesanalmente numa oficina em que cada uma confeccionou o seu exemplar. Em 2015, lançamos uma publicação com textos, ilustrações, poemas e quadrinhos de integrantes do FA!, além de outras jovens feministas.

O feminismo foi se mostrando para mim como algo fundamental, conheci alguns coletivos e movimentos feministas, fiz trabalhos com mulheres, participei de grupos. Com a pedagogia feminista eu me encantei e nela encontrei um caminho a ser trilhado. Em todos esses espaços tive importantes momentos de formação auto-organizados como encontros de autorreflexão, reunião de estudos, avaliação de ações, sessões cineclubistas, retiros, oficina de teatro das oprimidas, performances, participação em atos e divulgação dessas ações, intervenções, registros.

Trabalhei nos anos de 2013 e 2015 como educadora no Chapéu de Palha Mulher da Pesca Artesanal, através do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), que é uma das organizações que executam tal programa. Em 2016, durante três meses, trabalhei na gestão do mesmo programa, como cientista social, na Gerência de Articulação e Interiorização das Ações de Gênero da Secretaria da Mulher de Pernambuco. No primeiro semestre de 2015, reaproximei-me da academia, integrando o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (GEPERGES). O GEPERGES é um espaço que agrega cada vez mais pessoas, muitas mulheres, negras, LGBT, de terreiro ou adeptas das lutas pela educação, contra o patriarcado, o racismo, as colonialidades e a heteronormatividade. O nome do grupo homenageia Audre Lorde, feminista negra, lésbica e poeta norte-americana, de origem caribenha, que lutou e teorizou a partir de uma perspectiva interseccional, isto é, de um olhar complexo sobre a realidade social que dê conta de múltiplas dimensões, como as de gênero, raça, sexualidade, classe e geração. Como diz Audre Lorde (2015b), “Não há hierarquias de opressão. [...] sei que eu não posso me dar o luxo de lutar apenas contra uma forma de opressão”.

O processo de escrita de todo trabalho acadêmico, encontra suas dificuldades no caminho, seja pela ansiedade com os prazos, crises com o tema, relações interpessoais que envolvem o fazer da pesquisa etc. No início de 2017, me envolvi com questões pessoais e políticas, que me colocaram numa intensa crise com as identidades e espaços que eu vinha

construindo politicamente. A ideia de que o “pessoal é político” mostrou-se com toda sua força. As questões raciais e de classe gritaram. Bauman afirma que

o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age [...] são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (BAUMAN, 2005, p. 17)

Foi difícil reencontrar a energia, o sentido e o encanto de continuar a pesquisa. Todavia, entendi que concluir esse processo, incluindo os seus vários elementos, seria algo curativo. Fazer este trabalho é estar num processo autorreflexivo intenso. É como se a vida estivesse dizendo “se você quer refletir sobre esse assunto, então você vai mergulhar nele”. E o que fazer com a inquietude senão transformá-la em história?

Lembro do prefácio da sistematização de experiências do FeminismoAgora!, feito por Carmen Silva, que era a educadora do SOS Corpo responsável pela formação com o nosso grupo, no qual ela diz que o feminismo:

é cheio de sobressaltos, idas e vindas, que fazem dele fonte de encontros conosco mesmo e com as outras, de alegrias com nossas pequenas conquistas no enfrentamento ao sistema, de tristezas frente a nossas recaídas na cultura patriarcal e de raiva frente ao crescimento de tudo que nos oprime (SILVA, 2014, p. 5)

Na nossa publicação posterior, escrevi um texto chamado “Escrevendo um Texto Feminista”, e nele citei esse mesmo trecho de Carmen. Já no finalzinho do escrito, eu faço colocações que acredito dizerem muito sobre o sentido que vejo neste trabalho:

Mesmo que a vida possa tomar vários rumos inimagináveis, tenho certeza de que sempre resistirei de alguma forma ao patriarcado. Esse compromisso exige a constante autorreflexão e autotransformação, exige nos colocarmos desafios e enfrentarmos nossos limites, pois estamos em contínuo processo com nossas contradições. Assim como o feminismo é um constante devir, um constante “vir a ser” (SANTANA, 2015, p. 10).

1.2 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, os quais denominei do seguinte modo: introdução, revisão bibliográfica, caminhos teóricos, metodologia e descrição e análise. As considerações finais eu nomeei “inconclusões”.

Na introdução, trago a minha relação com o tema, dando ênfase à minha trajetória de vida, tendo em vista a realização de um exercício autorreflexivo. No capítulo 2, analiso os estudos, pesquisas e textos encontrados sobre os temas da pedagogia feminista e da

metodologia da autorreflexão. No capítulo 3, aprofundo em algumas concepções, temáticas e conceitos, como as perspectivas dos saberes localizados, do feminismo descolonial, da interseccionalidade, reflexões sobre as dimensões pessoais, culturais e políticas, sobre o campo feminista no Brasil e sobre o conceito de experiência.

No capítulo 4, trago o aspecto metodológico do trabalho, um estudo de caso e investigação feminista de caráter autobiográfico, inspirado na perspectiva cartográfica, utilizando-se das técnicas de grupo focal, entrevista semi-estruturada e análise de conteúdo.

No capítulo 5, de descrição e análise, situo o campo da pesquisa, o instituto SOS Corpo, a formação Cirandas Feministas e o grupo FeminismoAgora!, narro como foi a realização do trabalho de campo, e analiso as falas das companheiras interlocutoras da pesquisa, identificando os aprendizados e transformações, bem como as relações de poder presentes no processo do FA!.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta parte do trabalho, a intenção é apreciar o que já foi realizado por outrxs autorxs acerca do tema da presente pesquisa, mais especificamente, sobre pedagogia feminista e grupos de reflexão, e quais as fronteiras desse conhecimento produzido. Com isso, pretendo compreender quais são as contribuições do presente estudo para o desenvolvimento do conhecimento acerca do assunto.

Esta revisão bibliográfica baseia-se em buscas em revistas eletrônicas, publicações produzidas por organizações feministas (incluindo o SOS Corpo), livros sobre mulheres e educação popular, dissertações de pessoas próximas – que sincronicamente são muito semelhantes ao meu estudo – textos já clássicos sobre o tema da pedagogia feminista e sobre o movimento (tanto brasileiros como estrangeiros). O tema da pedagogia feminista e dos grupos de autorreflexão não são ainda tão explorados na academia – seja no âmbito dos estudos feministas e de gênero, na área da educação ou em outras áreas – apesar da reconhecida importância que essa metodologia tem para a constituição do movimento e da teoria feminista contemporânea. Pode-se constatar este fato diante da escassez de resultados nas buscas nas revistas eletrônicas feministas e da educação.

A procura em tais revistas foi realizada com as palavras chaves “pedagogia feminista”, “educação feminista”, “metodologias feministas”, “grupos de reflexão”, “autorreflexão”, e ainda “autoconsciência”. Dos poucos resultados encontrados, dei prioridade aos que tratavam diretamente sobre pedagogias feministas e suas metodologias, especialmente aos escassos que tratavam sobre a autorreflexão.

Na Revista Estudos Feministas, vinculada à UFSC, pude encontrar dois artigos; na biblioteca virtual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) localizei um; nos Cadernos Pagu, produzido na UNICAMP, também encontrei um artigo; e na Revista Feminismos, vinculada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, da UFBA, não encontrei nenhum, apesar de ter encontrado no Google um texto da professora Cecília Sardenberg, vinculada a este programa. Entrei em contato com vários outros textos a partir de indicações de minha orientadora, de pessoas amigas que têm ligação com a temática e pesquisas na internet.

Dos materiais encontrados, a grande maioria foi produzida a partir dos anos 2000, havendo três textos mais antigos (décadas de 60 e 70), que são clássicos do movimento feminista da chamada segunda onda dos Estados Unidos; um da década de 80, sobre

experiências do Instituto de Ação Cultural em educação popular; e da década de 90, o livro já clássico de Guacira Lopes Louro “Gênero, Sexualidade e Educação” (1997). Diante desse quadro, compreendo que os estudos que abordam os temas das pedagogias feministas e dos grupos de reflexão são majoritariamente recentes.

Sobre as áreas de conhecimento em que se situam esses estudos, percebo um aspecto interdisciplinar do interesse sobre a temática, havendo produções nos campos da educação, dos estudos feministas e de gênero, história, saúde, serviço social, direitos humanos, sociologia, ciência política, além dos textos produzidos nos meios do próprio movimento feminista. A maior parte destes materiais foi produzida no Brasil, apresentando um “certo” equilíbrio entre as suas origens regionais, com produções do Nordeste, Sudeste e Sul do país. Também entrei em contato com uma referência argentina, porém a relação com o contexto da educação popular na América Latina é verificável em vários textos encontrados, assim como a conexão dos grupos de reflexão com os movimentos feministas dos Estados Unidos e da Europa.

2.1 PEDAGOGIAS FEMINISTAS

Neste ponto do trabalho, o propósito é fazer uma espécie de sistematização dos materiais encontrados sobre o tema das pedagogias feministas. Início por algumas reflexões sobre o sentido do conceito de pedagogia. Cecília Sardenberg (2011, p. 2) traz o seu sentido restrito, de “ciência da educação”, e o seu uso mais corrente, como “conjunto de princípios, tradições, métodos e práticas voltadas para a ‘arte de ensinar’”. Indo na mesma direção, Anselmo Peres Alós (2011, p. 421), considera pedagogia como “o estudo dos métodos de ensino, dos objetivos da educação e dos meios para alcançá-los [...] também das formas e mecanismos de aprendizagem”.

As pedagogias feministas são abordadas nos diversos escritos a partir da ênfase na educação formal ou não-formal, de acordo com xs sujeitxs que escrevem e os contextos em que se situam. Sardenberg avalia que é necessário reconhecer a diversidade de práticas pedagógicas feministas: “há várias abordagens distintas nessas práticas educativas, razão pela qual não se pode falar de ‘pedagogia feminista’ no singular” (SARDENBERG, 2011, p. 2). Entretanto, o uso do termo no plural não é feito por todas as autoras, e há também quem utilize as expressões “educação feminista”, “educação popular feminista”, “educação não-sexista”, “educação entre mulheres” em conjunto com “pedagogia(s) feminista(s)”.

Sardenberg (2011, p. 2) considera que as pedagogias feministas criam condições de libertar mulheres e homens “das amarras das ideologias e hierarquias de gênero”, porém, atenta para a não linearidade desse processo de transformação pessoal e coletiva, o qual é repleto de incertezas e contradições. A questão da inserção dos homens nas práticas pedagógicas feministas, entretanto, é controversa.

Para bell hooks (2017, p. 33, tradução minha), feminista negra estadunidense, o feminismo não é anti-homem, e sim antissexista: “a tomada de consciência feminista por parte dos homens é tão essencial para o movimento revolucionário como os grupos de mulheres”. No artigo “Da educação não-sexista à pedagogia feminista”, Daniele Rehling Lopes e Márcia Alves da Silva (2016) afirmam que é necessário incorporar o diálogo com os homens, respeitando o protagonismo das mulheres:

É aí que se localiza a não-exclusão dos homens do debate feminista e da educação não sexista, mas buscando necessária alteridade, e dela decorrência de sentimento e posicionamento políticos conscientes, coerentes e efetivos enquanto apoiadores da palavra de outrem, por não vivenciarem, mas por construírem de fato, a solidariedade necessária para a mudança real (LOPES; SILVA, 2016, p. 270).

Algumas autoras focam especificamente sobre as ações dos movimentos feministas, as quais consistem em espaços exclusivos, isto é, das quais apenas mulheres/afeminadas podem participar. O termo “afeminadas” é uma expressão utilizada por sujeitas da pesquisa, a qual se refere a mulheres trans e pessoas trans não-binárias⁵. A participação dessas pessoas também começa a ser motivo de debates e reflexões dentro de alguns movimentos e espaços de educação formal, como universidades e escolas.

A criação de espaços de formação exclusivos diz respeito tanto aos grupos de mulheres dentro de movimentos mais amplos, como confunde-se com a própria criação de um movimento autônomo de mulheres. Uma questão importante a ser ressaltada sobre o tema dos ambientes exclusivos é a construção de espaços seguros, o que quer dizer a necessidade de construção de espaços livres de opressão machista, espaços de acolhimento, nos quais as participantes se sintam à vontade para se expressar, falar, chorar. A criação desses espaços é extremamente valorizada pelos movimentos feministas, por considerarem que os mesmos possuem uma potência revolucionária, entretanto é importante ressaltar que as relações de poder não deixam de existir entre as integrantes desses ambientes.

Carmen Silva (2010), no texto “Os sentidos da ação educativa no feminismo”, apresenta os princípios político-pedagógicos do SOS Corpo Instituto Feminista para a

⁵ Pessoas que não se identificam com a lógica binária de gênero, ou seja, não se identificam nem como mulheres nem como homens.

Democracia. A educadora situa o debate sobre pedagogia feminista no campo que envolve a discussão sobre educação e movimentos sociais, defendendo que o trabalho educativo é parte substancial da ação cotidiana dos movimentos, incluindo também sindicatos, partidos e organizações não-governamentais (SILVA, 2010, p. 9). No centro dessa concepção pedagógica encontra-se a *formação do sujeito feminista*, o que envolve tanto a construção de conhecimentos, como o fortalecimento individual e do feminismo enquanto sujeito político coletivo (Ibid, p. 11). Sendo assim, a educação feminista deve contribuir para que as mulheres gerem *ações transformadoras de si mesmas e do mundo* (Ibid, p. 12).

A autora aponta para a importância das teorias feministas para esta concepção educacional, que parte das “interdições estruturais existentes à autonomia, à liberdade e à dignidade [para as mulheres], e também da compreensão sobre a vida interior considerando estas interdições” (Ibid, p. 18). Além disso, a pedagogia feminista se fundamenta em teorias feministas que analisam a situação das mulheres compreendendo as desigualdades entre elas (Ibid, p. 13). A educadora destaca que essas ações educativas podem se dar através de “oficinas, cursos, seminários, acompanhamento de ações coletivas e processos de luta desencadeados por grupos e movimentos” (Ibid, p. 17). As expressões artísticas também são ressaltadas como “uma possibilidade de modificar o olhar sobre a realidade” e de elaborar mudanças individuais e coletivas (Ibid, p. 17). Silva explica acerca da utilização do termo *formação* para as ações educativas dos movimentos sociais:

Neste ambiente teórico-político a ação educativa é nomeada como *formação*, e, em alguns casos, são estudadas as *políticas de formação* internas e específicas de cada organização, movimento ou partido. As políticas de formação reúnem um conjunto de elaborações destes movimentos sobre concepção pedagógica, objetivos e temas prioritários, estrutura interna necessária ao desenvolvimento das ações, entre outras (Ibid, p. 10, grifo meu).

Guacira Lopes Louro (1997) discute sobre pedagogias feministas nos ambientes formais de educação, como a escola e a universidade, colocando como sujeitos em foco as “mulheres em sua diversidade”. Esta pedagogia feminista construída para “subverter a posição desigual e subordinada das mulheres [...], vai propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes nas salas de aula tradicionais” (LOURO, 1997, p. 115). A autora comenta que “ao tentar colocar no mesmo plano, com igual legitimidade, o saber pessoal e o saber acadêmico, as pedagogias feministas pretendem estimular a fala daquelas que tradicionalmente se veem condenadas ao silêncio” (Ibid, p. 113).

Louro (1997) tece algumas críticas às concepções das pedagogias feministas, baseando-se na perspectiva pós-estruturalista. Para ela, não há como fugir da institucionalização e da hierarquização das práticas pedagógicas em ambientes formais. A autora critica também o fato de que “os dualismos subjacentes a tais pedagogias já parecem anunciar uma concepção das relações de gênero em que o pólo masculino sempre detém o poder e o feminino é desprovido de poder” (Ibid, p. 116). Segundo a historiadora da educação, é preciso levar em conta a existência das relações de poder envolvidas nas práticas pedagógicas feministas, mas num caráter de rede e não de um movimento unidirecional. Desse modo, afirma que “a construção de uma prática educativa não-sexista necessariamente terá de se fazer *a partir de dentro* desses jogos de poder” (Ibid, p. 118). Nesta lógica, Carmen Silva (2010, p. 17) também indica a necessidade de compreender “as relações de poder que ocorrem no interior das práticas educativas para intervir pedagogicamente sobre elas”.

Aprofundando a crítica pós-estruturalista, Anselmo Peres Alós (2011), no artigo “Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão”, desconstrói os binarismos de sexo e gênero, afirmando que esses derivam de uma matriz heteronormativa. Neste sentido, o sexo, o corpo, a natureza, mesmo existindo “na realidade”, só possuem significado no âmbito da cultura (ALÓS, 2011, p. 426). O autor traz dos estudos culturais o conceito de “pedagogias culturais”, que diz respeito aos processos de aprendizagem independentes das instituições de ensino, a exemplo da mídia e do senso comum. Para Alós, as pedagogias culturais influenciam as práticas pedagógicas formais e reforçam os estereótipos de gênero e sexualidade. Sendo assim, o autor defende uma epistemologia “fora do armário”, e cita experiências de formações realizadas no Rio Grande do Sul por estudantes e militantes de ONGs acerca das temáticas da homossexualidade e transexualidade.

Desta forma, é possível construir um breve panorama do debate sobre pedagogia(s) feminista(s), observando algumas semelhanças e diferenças entre xs autorxs citadxs. Em relação ao público das ações pedagógicas feministas, Sardenberg (2011) e Louro (1997) concordam que pode ser composto tanto por mulheres quanto por homens, e tanto na educação formal quanto na não-formal. Ao passo que, Carmen Silva (2010) defende que tais práticas são desenvolvidas pelos movimentos feministas e têm como foco a formação de mulheres para a ação política feminista. Anselmo Peres Alós (2011), por sua vez, não chega a utilizar a ideia de pedagogia(s) feminista(s), porém tece críticas importantes à matriz binária de gênero e sexo com a qual costumamos trabalhar. As autoras concordam que as pedagogias

feministas possuem, ao mesmo tempo, dimensões individuais e sociais, e que possuem fortes influências de Paulo Freire e da educação popular.

2.2 PEDAGOGIAS FEMINISTAS, PAULO FREIRE E EDUCAÇÃO POPULAR

“E a cigana analfabeta lendo a mão de Paulo Freire”

(Chico César, Beradêro)

Se há um consenso nos textos encontrados sobre pedagogias feministas, este é sobre suas bases freireanas e a importância da educação popular em sua práxis, uma espécie de encontro entre estas perspectivas educacionais e teorias feministas. Carmen Silva (2010) considera que a educação popular nasce das ideias de Paulo Freire em conjunto com as experiências dos movimentos sociais brasileiros e latino-americanos. No texto, a autora discute sobre educação feminista e suas influências, destacando os princípios dos movimentos de educação popular:

A perspectiva pedagógica que se desenvolveu no Movimento Feminista apoiou-se na concepção de educação de Paulo Freire e articulou a isso ideias e dinâmicas da psicologia e reflexões oriundas da sociologia crítica e da teoria feminista. As práticas vinculadas às ideias de Paulo Freire na América Latina geraram um pensamento educacional que pode ser resumido a partir do ideário que o sintetiza: a valorização da cultura popular; a participação dos educandos na formação dos objetivos e métodos de ação do programa educativo; a afirmação do caráter político da educação; a ênfase na metodologia; a proposta de partir sempre da vida dos participantes; a ligação entre aprendizagem e organização, entre reflexão e ação político-social das camadas populares; a “dialogicidade”; a relação pedagógica horizontal; as técnicas de grupalização, o estímulo à auto-estima e desinibição de todos os participantes; e o privilegiamento da organização de base (SILVA, 2010, p. 14).

Para Cecília Sardenberg (2011), há vários princípios freireanos nas pedagogias feministas, porém estas questionam o lugar central das desigualdades de classe na teoria de Freire em detrimento de outras formas de dominação, como as de gênero e raça. Ana Paula Portella e Taciana Gouveia (1999), por sua vez, chamam atenção para como a educação feminista privilegia as micro dimensões sociais, isto é, os conteúdos da esfera “privada”, os afetos, as sexualidades, as relações familiares e íntimas, sem perder de vista a sua conexão com a dimensão macrossocial, da economia e da macro política, por exemplo. Trata-se da ideia fundamental para o feminismo de que “o pessoal é político”.

No artigo “Enfoque Feminista da perspectiva político-pedagógica freireana”, Mariateresa Muraca e Reinaldo Matias Fleuri analisam as produções dos grupos de trabalho

da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) sobre as questões de gênero na educação popular. Tais autorxs questionam o machismo presente na educação popular, incluindo o campo de estudos e pesquisas sobre o tema, os quais seriam dominados por homens, invisibilizando o trabalho das mulheres. Maria Vorraber Costa, citada no texto, levanta uma hipótese acerca da possibilidade da forte vinculação entre educação popular e Igreja Católica incitar a submissão das mulheres, afirmando que “a educação popular é macha!” (COSTA apud MURACA; FLEURI, 2012). O texto propõe, em contrapartida, uma leitura feminista da educação popular, trazendo a contribuição da práxis do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e da perspectiva ecofeminista latino-americana.

As pedagogias feministas integram, segundo Sardenberg, as “pedagogias críticas” ou “pedagogias libertadoras”, que seriam um “conjunto de teorias e práticas educativas e de aprendizado, formuladas para propiciar a conscientização dos educandos quanto às condições de opressão em que vivem” (SARDENBERG, 2011, p. 2). A filosofia da educação de Paulo Freire e da educação popular se situa neste contexto. Em seu livro “Pedagogia da Autonomia” (2006), o educador parte de uma concepção de ser humano como ser inacabado, isto é, condicionado por estruturas sociais, econômicas, culturais e históricas, porém capaz de se transformar, de “ser mais”. A ideia do *ser mais* diz respeito à possibilidade que toda pessoa tem de aprender e se reconstruir continuamente.

Neste sentido, autonomia é a capacidade de aprendermos a dizer a nossa própria palavra, assumirmos a nós mesmxs, e algo a ser conquistado incessantemente ao longo da vida. Não se trata de algo somente pessoal, pois para Freire autonomia e diálogo se completam, a autonomia é solidária e coletiva. “Aprender a dizer a nossa palavra” significa romper com a “cultura do silêncio” (FREIRE, 2011, p. 56) que nos oprime, o que Audre Lorde⁶ também indica em seu ensaio chamado “A Transformação do silêncio em linguagem e ação”:

Que palavras ainda lhes faltam? O que necessitam dizer? Que tiranias vocês engolem cada dia e tentam torná-las suas, até asfixiar-se e morrer por elas, sempre em silêncio? [...] certamente tenho medo, porque a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de auto-revelação, e isso sempre parece estar cheio de perigos. [...] No silêncio, cada uma de nós desvia o olhar de seus próprios medos – medo do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento. Mas antes de nada acredito que tememos a visibilidade, sem a qual, entretanto não podemos viver, não podemos viver verdadeiramente (LORDE, 2015a, n.p)

⁶ Audre Lorde nasceu em 1934 e faleceu em 1992. Estadunidense de origem caribenha, é reconhecida mundialmente por ter sido uma importante feminista negra e ativista pelos direitos civis, que chamou atenção para as diversas formas de opressão, seja de raça, classe, orientação sexual, geração etc. Audre Lorde descrevia a si como negra, lésbica, feminista, e também como “guerreira” e “mãe”.

Talvez a transformação do silêncio em linguagem seja tão difícil devido ao que Freire denomina autonegação, quer dizer, a “necessidade fundamental que indivíduos [...] têm enquanto não se assumem a si mesmos [...], enquanto não lutam, de negar a verdade que os humilha” (FREIRE, 2011, p. 78). Este tema, bastante analisado em “Pedagogia do Oprimido” (1983), é relativo à “expressão do opressor ‘habitando’ e dominando o corpo semivencido do oprimido” (Ibid, p. 79). Freire (1983) defende que as situações de opressão fazem com que os oprimidos experimentem sua existência como seres dependentes ou ainda, que identifiquem como existência humana com a experiência do opressor. No artigo “Da Educação não-sexista à pedagogia feminista”, Danielle Rehling Lopes e Márcia Alves da Silva (2016, p. 263) discutem até sobre uma “pedagogia da oprimida”, compreendendo a pedagogia feminista como “uma proposta baseada nos princípios da educação popular”.

O respeito à experiência dx educandx, à sua leitura de mundo é fundamental para Paulo Freire. Para ele, a ação educativa necessita partir da realidade e da cultura dxs educandxs, problematizando-as e assim desenvolvendo uma consciência crítica. O autor utiliza a ideia de “saber de experiência feito” (FREIRE, 2011, p. 82) para pensar sobre o conhecimento adquirido com a experiência de vida:

[...] aprendi que, para o(a) educador(a) progressista não há um outro caminho senão assumir o “momento” do educando, partir de seu “aqui” e de seu “agora”, somente como ultrapassa, em termos críticos, com ele, sua “ingenuidade” (FREIRE, 2011, p. 64).

Declaradamente influenciada pelo pensamento de Paulo Freire, bell hooks, constrói em formato de entrevista, um diálogo lúdico num dos capítulos de seu livro “Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade” sobre a importância do educador para sua obra. A entrevista se dá entre ela (Gloria Watkins, seu nome de registro) e ela mesma (bell hooks, seu pseudônimo). A presença de Paulo Freire na produção de bell hooks é percebida logo à primeira vista, no próprio título do livro, que traz como subtítulo as palavras “Educação como Prática da Liberdade”. Esta frase, que também está reescrita num dos capítulos “A Teoria como Prática Libertadora”, é uma referência ao primeiro livro de Paulo Freire, que se chamou justamente “Educação como Prática da Liberdade”, e foi publicado pela primeira vez em 1967.

Aliás, a referência a tal livro de Paulo Freire, que retrata a experiência de seu famoso método de alfabetização de adultxs, pode ser encontrada em outros textos sobre pedagogia feminista, como por exemplo, “A educação como prática da liberdade: novas leituras

possíveis”, em que a argentina Claudia Korol (2007, tradução minha)⁷, coordenadora da área de gênero da equipe de educação popular Pañuelos en Rebeldía, também dialoga com a obra do educador. Korol discorre nesse texto acerca da sua experiência de militante socialista desde a juventude, quando se considerava que a questão central era a de classe, e que havendo a derrubada do capitalismo, outras desigualdades, como a de gênero, seriam resolvidas. A autora faz duras críticas às organizações de esquerda, que apesar de se autoproclamarem revolucionárias, sustentavam-se em bases patriarcais:

As mulheres nas organizações políticas tinham um lugar secundário, de apoio logístico, ou valorizado por “ser a excelente companheira de...”. No melhor dos casos, se admitia que uma companheira audaz, valente, era capaz de “lutar como um homem”. Este era um dos grandes elogios que podíamos aspirar nós mulheres que queríamos ser “homens novos” (KOROL, 2007, p.11, tradução minha)⁸.

A expressão “homem novo” foi cunhada por Paulo Freire e adotada por váríxs de seus/suas seguidorxs. Na época, acreditava-se que as mulheres deveriam sentir-se incluídas nesse tipo de linguagem, sendo preciso muita luta do movimento feminista para começar a desconstruir essas concepções. Freire foi bastante criticado por algumas feministas por conta da linguagem sexista de seus livros, porém o educador, coerente com o que defendia, pôde ao longo de sua vida rever suas obras e fazer importantes autocríticas. Claudia Korol destaca que anos depois de publicar “Educação como Prática da Liberdade”, Freire reconsiderou o aspecto idealista atribuído à educação para a transformação social do livro, reelaborando tais questões em “Pedagogia do Oprimido”, seu livro mais conhecido (2007, p. 16). Após 25 anos, Freire revisita este seu maior clássico em “Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido” (2011). Nele, o educador comenta as críticas que lhe foram feitas devido ao uso da linguagem machista em seus livros:

Me lembro como se fosse agora que estivesse lendo as duas ou três primeiras cartas que recebi, de como, condicionado pela ideologia autoritária, machista, reagi. [...] Ao ler as primeiras críticas que me chegavam, ainda me disse ou me repeti o ensinado na minha meninice: “Ora, quando falo homem, a mulher necessariamente está incluída.” Em certo momento de minhas tentativas puramente ideológicas, de justificar a mim mesmo, a linguagem machista que usava, percebi a mentira ou a ocultação da verdade que havia na afirmação: “Quando falo homem, a mulher está incluída”. [...] Como explicar, a não ser ideologicamente, a regra segundo a qual se

7 Tive a feliz oportunidade de participar do curso “Semeando a Pedagogia da Esperança Feminista” com a participação da argentina Claudia Korol, promovido pelo SOS Corpo, nos dias 26 e 27 de fevereiro deste ano (2018). Nesta ocasião, houve bastante trocas entre as experiências de pedagogias e resistências feministas da Argentina e do Brasil, mais especificamente de Pernambuco.

8 No original: “Las mujeres en las organizaciones políticas tenían un lugar secundario, de apoyo logístico, o valorizado por ‘ser la excelente compañera de...’. En el mejor de los casos, se admitía que una compañera audaz, valiente, era capaz de ‘luchar como un hombre’. Éste era uno de los grandes elogios a los que podíamos aspirar las mujeres que queríamos ser ‘hombres nuevos’.”

há duzentas mulheres numa sala e só um homem devo dizer: “Eles são todos trabalhadores e dedicados?”. Isto não é, na verdade, um problema gramatical, mas ideológico (FREIRE, 2011, p. 91).

bell hooks afirma que a leitura das obras de Paulo Freire lhe fez mais sentido do que a de muitos livros clássicos do feminismo que não levavam em consideração questões de classe e raça. A ênfase do educador na práxis – enquanto reflexão e ação –, e no reconhecimento da subjetividade dos povos colonizados e marginalizados, é inspiração e motor para a luta por libertação de várias coletividades, assim como a capacidade de estar aberto às críticas e de realização da autocrítica. Claudia Korol faz uma nova leitura das possibilidades de uma educação como prática da liberdade, o que seria sobretudo:

um exercício de luta material e também subjetiva contra a alienação, contra a mercantilização de nossas vidas, a privatização de nossos desejos, a domesticação de nossos corpos, a negação sistemática de nossos sonhos, a mutilação de nossas rebeldias, a invisibilização de nossas marcas, o silenciamento de nossa palavra, e a repressão desencadeada de nossos atos subversivos (KOROL, 2007, p. 16, tradução minha).⁹

Para Korol, uma pedagogia feminista popular atua como uma abertura, pois questiona as relações de poder e é passível de críticas e modificações. Trata-se de uma pedagogia feminista que provoca o próprio feminismo, questionando suas teorias e práticas, já que “as perguntas abrem mais caminhos que as respostas” (KOROL, 2007, p. 18, tradução minha). Uma pedagogia que, além do diálogo, do estudo, da prática, da reflexão, busca o corpo, o encontro, o abraço, a carícia, a memória não só das opressões, mas também das resistências. “Pedagogia que prefere o testemunho ao silêncio dos textos. Testemunho coletivo, feito de muitas memórias, capazes de afirmar ou questionar identidades” (Ibid, p. 19, tradução minha)¹⁰. E é nessa busca da reflexão, do testemunho de opressões e resistências, da ressignificação das identidades, enfim, do encontro, que os grupos de autorreflexão vêm atuando ao longo da história dos movimentos feministas.

9 No original: “La “práctica de la libertad” [...] es sobre todo la posibilidad de un ejercicio de lucha material y también subjetiva contra la enajenación, contra la mercantilización de nuestras vidas, la privatización de nuestros deseos, la domesticación de nuestros cuerpos, la negación sistemática de nuestros sueños, la mutilación de nuestras rebeldías, la invisibilización de nuestras huellas, el silenciamento de nuestra palabra, y la desembozada represión de nuestros actos subversivos.”

10 No original: “Pedagogía que prefiere el testimonio al silencio de los textos. Testimonio colectivo, hecho de muchas memorias, capaces de afirmar o de cuestionar identidades”.

2.3 GRUPOS DE AUTORREFLEXÃO

O método da autorreflexão consiste no compartilhamento, em grupos de mulheres, de reflexões elaboradas a partir das experiências de vida das participantes, seguindo fundamentos como o respeito ao momento de fala de cada uma, o não julgamento e o sigilo sobre as experiências compartilhadas, visando a construção de um espaço de confiança e a interpretação crítica feminista sobre processos de dominação e opressão. Os encontros de autorreflexão podem acontecer pontual ou periodicamente, é possível também trabalhar em cada um a criação de uma linha da vida coletiva, da discussão sobre um tema específico, o qual deve ser trabalhado em “primeira pessoa”, ou de outras maneiras que irão dar-se de acordo com a criatividade das pessoas que facilitam o processo.

Assim, a autorreflexão exige que se vá mais além do racional, que se rompa com o distanciamento entre o sujeito e a questão a ser refletida, para que o próprio sujeito, na sua relação com a questão, seja o foco mesmo da reflexão. Para Maria José de Lima, a conscientização das mulheres deve nos levar “às fontes originais de nossa opressão, tanto históricas quanto pessoais” (1988, p. 43). A metodologia implica ainda na problematização teórico-política que tende a ampliação da percepção das mulheres sobre suas experiências e a criação de novas interpretações de mundo, “de forma que, além de partilhar e perceber experiências comuns, consigam compreender criticamente a situação [das mulheres] e criar alternativas” (SILVA, 2010, p. 16).

A partir da década de 1960, como afirmam Ana Paula Portella e Taciana Gouveia (1999), num contexto mundial de efervescência cultural e política em diversos movimentos, surge a chamada “segunda onda” do feminismo, na qual se dá uma ampliação dos temas de debate em torno da opressão feminina, como o campo da cultura, das relações sociais, políticas e econômicas, na questão do corpo e da sexualidade. Neste período há uma redefinição e ampliação do próprio conceito de política. Segundo Adriana Piscitelli (2002, p. 6), “as feministas procuraram desvendar a multiplicidade de relações de poder presentes em todos os aspectos da vida social e isto as levou a tentar agir nas mais diversas esferas”. Para Cecília Sardenberg (2011):

Isso implica a perspectiva de que a separação entre a esfera privada (vida familiar e pessoal) e esfera pública é apenas aparente. Questiona também uma concepção do político, tradicionalmente limitado à descrição das relações dentro da esfera pública, tidas até então supostamente como diferentes em conteúdo e teor das relações e interações na vida familiar, na vida ‘privada’. Na perspectiva de gênero feminista, essas diferenças são apenas ilusórias, pois a dinâmica do poder existe nas duas esferas. (SARDENBERG, 2011, p. 6)

No livro “Feminismo no Exílio: O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris”, a socióloga Maira Abreu (2014) reconstrói a história de dois grupos feministas, um latino-americano e outro brasileiro, no contexto das décadas de 1960 e 1970 na França. A autora situa os movimentos feministas deste cenário num “caldo de cultura rebelde”, que inclui os movimentos de libertação nacional na Ásia e na África, a Revolução Cubana, as guerrilhas na América Latina, a guerra no Vietnã, a Revolução Cultural Chinesa, Maio de 1968 e o movimento *hippie*, afirmando que a maior parte das mulheres que participou da “segunda onda feminista” atuava em algum outro movimento de esquerda (ABREU, 2014, p. 19). Segundo Abreu, o epicentro desses movimentos políticos radicais era a periferia do sistema, ou seja, as mulheres, a população negra, e os países do “terceiro mundo”, que começavam a protagonizar movimentações também dentro do “primeiro mundo” (Ibid, p. 20). A socióloga considera que “para uma grande parcela do movimento feminista do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a proposta feminista era uma radicalização das lutas de esquerda” (Ibid, p. 27).

Nesse contexto, os movimentos feministas começam a desenvolver metodologias educativas próprias, enquanto uma nova forma de ação que poderia levar à transformação social. Sardenberg (2011, p. 5) aponta que “as práticas político-pedagógicas, voltadas especificamente para o trabalho com mulheres, têm origem nos grupos de autoconsciência ou de conscientização e ação feministas”, e Carmen Silva (2010, p. 10) indica que estes são fundamentais para a constituição da teoria e da prática feminista no Brasil e no mundo.

Joana Maria Pedro, no texto “Corpo, prazer e trabalho” (2013), sustenta que militantes de vários movimentos mistos passaram a criar grupos de mulheres dentro destes, uma vez que se deparavam a todo tempo com o machismo em tais espaços, sendo impedidas de falar e relegadas a atividades secundárias. Desta forma, “passaram a se reunir em separado, formando ‘grupos de consciência’ no interior dos movimentos sociais” (PEDRO, 2013, p. 245). Segundo Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg, no texto “O feminismo no Brasil: uma breve retrospectiva”, os grupos de reflexão feminista nos Estados Unidos têm origem quando mulheres dos movimentos sociais e outros setores do campo da esquerda:

começaram a se unir para discutirem sua participação, enquanto mulheres nesses movimentos. Aos poucos, passam a discutir, sobretudo suas experiências de vida como mulheres [...]. Essa prática é incorporada ao movimento a nível internacional e dá origem ao que se veio a denominar de “grupos de conscientização” ou “grupos de reflexão” (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 31)

Ao passo que, em “Considerações Introdutórias às Pedagogias Feministas”, Sardenberg (2011) afirma que os grupos de conscientização são originários do Movimento de Libertação das Mulheres (Women’s Liberation Movement), segmento radical do feminismo estadunidense da segunda onda. Esses grupos historicamente têm papel fundamental no movimento feminista como um todo. A autora afirma que a metodologia foi rapidamente apropriada por setores mais liberais do movimento, como a Organização Nacional de Mulheres (NOW), e que também foi utilizada pelo Coletivo de Saúde de Mulheres de Boston. Este último trabalhava questões de saúde e direitos reprodutivos como práticas de autoconhecimento que questionavam as práticas médicas e jurídicas sobre os corpos femininos, e publicou o manual “Nossos corpos, nossas vidas” (“Our bodies, our selves”), que inspirou muitos grupos brasileiros que trabalhavam com direitos sexuais e direitos reprodutivos.

No final da década de 1960 e início de 1970, a imprensa francesa, em analogia ao Movimento de Libertação das Mulheres estadunidense, denomina o movimento feminista local de “Mouvement de Libération des Femmes”, nome que as militantes acabam por adotar (ABREU, 2014, p. 24). Este movimento concebia que a sua teoria e prática deveriam partir do “vécu” ou vivido, isto é, da experiência: “recusando toda teoria exterior, as mulheres afirmam sua posição de sujeito, somente elas são capazes de definir seus objetivos, suas estratégias” (Ibid, p. 40). Abreu ressalta a autonomia como um dos importantes princípios deste movimento:

A noção de ‘autonomia’ reivindicada era bastante ampla. Tratava-se de uma autonomia política – não só em relação ao Estado mas também aos partidos políticos (particularmente em relação à esquerda, da qual eram mais próximas), sindicatos etc. – mas também uma autonomia teórica (Ibid, p. 40).

Na França, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, surgem neste contexto em que várias militantes latinas buscam exílio na França por conta dos regimes políticos ditatoriais em seus países de origem. A socióloga Maira Abreu (2014) construiu sua pesquisa de mestrado sobre tais grupos, na qual realizou entrevistas com algumas de suas ex-participantes¹¹. Segundo ela, “o exílio é apontado por muitas mulheres que passaram pela experiência como um momento de descoberta do feminismo” (Ibid, p. 92).

Estes grupos realizavam grupos de reflexão, debates, projeção de filmes, boletins e ações específicas nas comunidades de exiladxs latino-americanxs. Ao mesmo tempo que

¹¹ Uma das entrevistadas foi Maria Betânia Ávila, que é uma das fundadoras do SOS Corpo, instituição onde atua até hoje.

defendiam que havia especificidades das mulheres latinas em relação às mulheres europeias, ou do “primeiro mundo”, tinham a “percepção de uma experiência em comum, independente das particularidades de classe, cultura, idade. Similaridade que se expressava na dor, no mal-estar” (Ibid, p. 135). Abreu aponta os grupos de reflexão como um instrumento para a construção de uma identidade em comum: “mulheres”. Segundo Maria Betânia Ávila (2001, p. 47), no artigo “Feminismo, cidadania e transformação social”, tal ferramenta pedagógica “é um método ligado à história de uma revolta que provocou uma ruptura profunda no sentido do próprio eu das mulheres e de seu entendimento do mundo”.

As experiências feministas vividas por mulheres brasileiras e latinas em países estrangeiros foram sendo incorporadas nos movimentos que surgiam no Brasil. Grupos foram se espalhando por vários lugares, formando redes que se comunicavam entre si. Joana Pedro (2013) relata a existência de grupos em Florianópolis (Santa Catarina), Campinas (São Paulo), Rio Branco (Acre) e em Vitória (Espírito Santo) a partir da década de 1980. Já Elaine França da Silva (2015, p. 895), no artigo “Metodologias feministas e direitos reprodutivos no Centro de Saúde Santa Rosa, Niterói (RJ)”, cita o trabalho do Grupo Ceres, no Rio de Janeiro, e do SOS Corpo, em Recife, afirmando que “a fertilidade desses grupos desnudou um complexo processo de formação de identidades coletivas”.

Sardenberg (2011, p. 5) observa que no Brasil a metodologia da autorreflexão é incorporada por mulheres ligadas aos movimentos populares, as quais passam a associar suas práticas a metodologias desenvolvidas nas Comunidades Eclesiais de Base e outras organizações que trabalhavam com educação popular. A autora chama a atenção ainda para a importância das oficinas de autoconsciência nos Encontros Feministas Latinoamericanos e do Caribe¹², e em outros encontros feministas realizados no Brasil, ocasiões em que:

a criatividade é a tônica do trabalho [...], nos quais têm lugar oficinas do corpo, da sexualidade, da maternidade, das relações de trabalho. De fato, na história do movimento, as oficinas têm sido o espaço privilegiado em que as feministas latinoamericanas não apenas trocam vivências e experiências de vida e de trabalho (e aprofundam a autoconsciência), como também pensam coletivamente, elaboram estratégias e definem ações (Ibid, p. 10).

12 O Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe é o maior encontro feminista da América Latina e Caribe. O primeiro EFLAC aconteceu em 1981, em Bogotá, e desde então foram realizados 14 encontros em diferentes países da região, com uma frequência trienal. O encerramento dos EFLACs acontece sempre nos dias 25 de novembro, data que marca o assassinato das irmãs Maria Teresa e Patria Mirabal, mais conhecidas como “Las Mariposas”, pela ditadura da República Dominicana (25 de novembro de 1960), e que por isso também foi escolhida como o Dia Latinoamericano e Caribenhos de Luta Contra a Violência à Mulher (PORTAL CATARINAS, 2017). Tive a oportunidade de ir para o 14º Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe, de 23 a 25 de novembro de 2017, em Montevidéu, Uruguai. Lá participei de várias atividades, inclusive de uma assembleia sobre “Autocuidado, Proteção e Bem-viver feminista”.

bell hooks, no capítulo “Toma de conciencia, un continuo cambio de actitud”, de seu livro “El feminismo es para todo el mundo” (2017), escreve sobre os grupos de reflexão, ou como ela designa, grupos de consciência¹³, que estiveram nas origens do movimento feminista contemporâneo. A autora inicia o texto com a seguinte frase “Não se nasce feminista, torna-se feminista” (HOOKS, 2017, p. 29, tradução minha)¹⁴, numa visível referência à célebre frase de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, do livro “O Segundo Sexo” (1949). Para hooks, esses grupos possibilitaram que as mulheres que deles participavam tomassem consciência das estruturas sexistas em que estavam imersas, de forma que percebessem não apenas as opressões que sofriam, mas como haviam internalizado valores e pensamentos machistas a partir da socialização:

Quando, pela primeira vez, as mulheres se organizaram em grupos para falar juntas sobre a questão do sexismo e da dominação masculina, sabiam que as mulheres são socializadas da mesma forma que os homens para crer no pensamento e nos valores sexistas. A única diferença é que os homens se beneficiam do sexismo mais que as mulheres e, como consequência, é menos provável que queiram renunciar ao privilégio patriarcal. Antes que nós mulheres pudessemos transformar o patriarcado, tínhamos que transformar a nós mesmas, tínhamos que tomar consciência (HOOKS, 2017, p. 29, tradução minha).¹⁵

Desta forma, a “tomada de consciência” é o início de um processo de transformação que parte de uma nova percepção coletiva para uma contínua mudança de atitude, sendo assim possível realizar transformações a níveis mais amplos. Apesar de não concordar com a ideia de que as mulheres tenham algum benefício do sexismo, estou de acordo com hooks quando a autora fala que a ação mais poderosa dos grupos de consciência foi “a reivindicação de que todas as mulheres devem enfrentar-se com o seu sexismo interiorizado” (Ibid, p. 34, tradução minha).¹⁶ Assim, teríamos primeiro que transformar o “inimigo interior” para poder transformar o inimigo exterior, ideia que se encontra na Pedagogia do Oprimido (1983), de Paulo Freire, obra em que o educador reflete sobre a internalização do opressor pelo oprimido e sobre as estratégias de libertação diante dessas condições.

Segundo hooks, o pensamento ou a teorização do movimento feminista contemporâneo tem origem justamente no contexto desses pequenos grupos de

13 *Consciousness raising groups* em inglês, e *grupos de conciencia* na tradução para o espanhol.

14 No original: “Las feministas no nacen, se hacen”.

15 No original: “Cuando, por primera vez, las mujeres se organizaron en grupos para hablar juntas sobre la cuestión del sexismo y la dominación masculina, tenían claro que a las mujeres se las socializa al igual que a los hombres para creer en el pensamiento y los valores sexistas. La única diferencia es que los hombres se benefician del sexismo más que las mujeres y, como consecuencia, es menos probable que quieran renunciar al privilegio patriarcal. Antes de que las mujeres pudiéramos cambiar el patriarcado, teníamos que cambiarnos a nosotras mismas, teníamos que tomar conciencia.”

16 No original: “la reivindicación de que todas las mujeres deben enfrentarse a su sexismo interiorizado”

conscientização, nos quais as mulheres (em geral amigas ou conhecidas) se reuniam para “entender de que maneira a dominação masculina e o sexismo se expressavam na vida diária” (HOOKS, 2017, p. 29, tradução minha)¹⁷. Tais grupos eram formados por mulheres de origens variadas – donas de casa, trabalhadoras de setores de serviços, profissionais de prestígio – e tinham como política o princípio de que todas falassem, num debate que, incluindo o desacordo, poderia alcançar uma abordagem realista sobre a exploração e opressão de gênero.

A dimensão terapêutica dos grupos de reflexão é outro aspecto bastante comentado pelas autoras. bell hooks compreende que esses encontros pouco se centravam em criar estratégias de intervenção, porém tinham a poderosa capacidade de curar dores causadas pelas violências sexistas e fortalecer as participantes para a luta contra o patriarcado:

[...] os grupos de consciência em geral se converteram em espaços nos quais as mulheres simplesmente soltavam a hostilidade e a raiva reprimidas pelos abusos, e se centravam pouco ou nada nas estratégias de intervenção e transformação. Em um nível muito básico, muitas mulheres feridas e oprimidas utilizaram os grupos de consciência de maneira terapêutica; era o espaço onde destapavam e revelavam abertamente a profundidade de suas feridas mais íntimas. Este aspecto confessional funcionou como ritual de cura. Através da tomada de consciência as mulheres obtiveram força para desafiar as forças patriarcais (Ibid, p. 30, tradução minha).¹⁸

A questão da cura de dores sociais é tematizada por hooks também em seu texto “A teoria como prática libertadora” (2013), no qual afirma que é possível criar uma teoria, uma prática, um movimento feminista “capaz de se dirigir diretamente à dor que está dentro das pessoas e oferecer-lhes palavras de cura, estratégias de cura, uma teoria da cura” (HOOKS, 2013, p. 97). Quanto à teorização como algo construído a partir da experiência, o tema é explorado por bell hooks nos dois textos já citados. A autora defende politicamente uma “teoria que nasce do concreto”, das experiências de vida cotidiana, e é isso que ela faz em suas obras. A sua escrita é extremamente autorreflexiva, a todo tempo bell hooks narra sobre suas experiências de infância, juventude, na academia, na política. Para hooks, “quando a nossa experiência vivida de teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática” (Ibid, p. 85).

17 No original: “Entender la manera en que la dominación masculina y el sexismo se expresaban en la vida diaria”

18 No original: “[...] los grupos de conciencia a menudo se convirtieron en espacios en los que las mujeres simplemente daban rienda suelta a la hostilidad y a la rabia reprimidas por los abusos, y se centraban poco o nada en las estrategias de intervención y transformación. En un nivel muy básico, muchas mujeres heridas y oprimidas utilizaron los grupos de conciencia de manera terapéutica; era el espacio donde destapaban y revelaban abiertamente la profundidad de sus heridas más íntimas. Este aspecto confesional funcionó como ritual de sanación. A través de la toma de conciencia las mujeres obtuvieron la fuerza para desafiar a las fuerzas patriarcales [...]”.

No texto “As mulheres em movimento: ler a própria vida, escrever a própria história”, Rosiska Darcy de Oliveira reflete sobre o início do movimento feminista da “segunda onda” na cidade de Genebra, na Suíça. A escritora foi uma das fundadoras do Instituto de Ação Cultural (IDAC), um centro de pesquisa e intervenção pedagógica criado em Genebra por um grupo de brasileirxs “que os caminhos do exílio levaram a se reencontrar” (FREIRE; OLIVEIRA; OLIVEIRA; CECCON, 1987, p. 9). Rosiska Oliveira também aborda bastante a questão da teorização a partir das experiências de vida e da dimensão terapêutica dos grupos de autorreflexão:

Onde buscar o conhecimento senão em nós mesmas, passando por uma ciência e por uma política que será a nossa e sobre a qual só nós podemos decidir? A palavra de ordem difusa – se expressar, comparar experiências, se reconhecer, se transformar – reflete a busca de uma identidade ao mesmo tempo pessoal e coletiva, acrescida de uma função terapêutica: recuperar o que foi o esquecimento de si, e de uma função revolucionária, transformar uma cultura que nos exclui por decreto de insignificância (OLIVEIRA, 1987, p. 44).

Nesta visão, a busca de uma identidade pessoal e coletiva é algo que foi negado às mulheres, uma vez que essa identidade encontra-se numa espécie de “vazio” em que sempre fomos vistas como “uma imagem refletida no espelho dos homens” (Ibid, p. 42). Para transformar uma cultura que nos decreta insignificantes, é necessário nos transformarmos em sujeitos, é necessário encontrar significâncias para nós mesmas. A autora relata que no início dos encontros dos grupos de reflexão, as participantes compartilhavam de um sentimento vago de mal-estar que elas não sabiam ainda nomear, e juntas foram compreendendo questões sociais e políticas em suas vidas.

Esses novos conhecimentos lançaram mão das teorias produzidas em várias disciplinas como economia, sociologia, educação, psicologia, antropologia, recriando-as no esforço de compreensão da situação das mulheres.

A feminista estadunidense Carol Hanisch, escreve em 1969 o texto “O pessoal é político”, cujo título vira posteriormente um dos maiores emblemas do feminismo da chamada segunda onda. Nele reflete sobre declarações de que os grupos de consciência dos quais ela participava eram terapias pessoais:

uma das primeiras coisas que descobrimos nesses grupos é que problemas pessoais são problemas políticos. Não há soluções pessoais desta vez. Só há ação coletiva para uma solução coletiva. Eu fui, e continuo indo a essas reuniões porque adquiri uma compreensão política que toda a minha leitura, todas as minhas ‘discussões políticas’, toda a minha ‘ação política’ [...] nunca me deram (HANISH, 2014, n.p.).

bell hooks sustenta que a elaboração de teorias feministas a partir das experiências vividas e compartilhadas pelas mulheres foi sendo aos poucos substituído por uma

institucionalização do feminismo nas universidades, com os estudos da mulher como disciplina acadêmica. Esse processo, para ela, representou a elitização da teoria feminista, a exclusão das mulheres marginalizadas (lésbicas, negras, pobres), o privilégio da escrita em detrimento das narrativas orais, e a adoção de uma perspectiva cada vez menos radical, isto é, mais liberal:

Quando a sala de aula dos estudos da mulher substituiu o grupo de consciência como palco primário de transmissão do pensamento feminista e de estratégias de transformação social, o movimento perdeu seu potencial de massas (HOOKS, 2017, p. 32, tradução minha).¹⁹

Desta forma, a identidade feminista teria deixado de ser algo de caráter autorreflexivo, de enfrentamento ao próprio sexismo diante de outras mulheres, para tornar-se um certo estilo de vida, independente das posições políticas. Este feminismo seria centrado na igualdade no mercado de trabalho, e numa luta contra a dominação masculina, porém numa luta muitas vezes de um caráter “anti-homem” simplista (Ibid, p. 33). A autora defende uma retomada dos grupos de conscientização como espaços exclusivos, porém nos quais seja possível que as participantes tomem consciência de suas próprias estruturas opressoras internas, para poder transformá-las. Já Rosiska Oliveira (1987, p. 43), ao narrar as experiências dos grupos de reflexão em Genebra, retrata uma visão de prática da diferença, ou exclusão dos homens: “Ali só se fala enquanto mulher e de uma experiência de mulher”. Nesta perspectiva, “a ausência dos homens evitava a dominação, mas evitava também o conflito” (Ibid, p. 45).

Sobre a questão de grupos de autorreflexão praticados com homens, a doutora em saúde pública Paula Licursi Prates, escreveu sua tese, a qual aborda a experiência de grupos de reflexão com homens no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, de São Paulo. A proposta desta ação na ONG tem origem em 2009, trata-se de um “espaço para o encontro de homens em questionamento, conflito e/ou situação de violência doméstica ou de gênero”²⁰. Esta medida enquadra-se como serviço de responsabilização e medida socioeducativa previstas pela Lei Maria da Penha, porém é aplicada apenas a homens “autores de violência”, categoria que diz respeito a homens que cometeram crimes considerados menos graves e que sejam réus primários.

Prates escreveu sua tese sobre os alcances e limites do primeiro grupo de reflexão de homens formado no Coletivo. Nesta experiência inicial, os homens foram obrigados, por determinação judicial, a participar do grupo, no entanto Prates (2013) explica que nos grupos

19 No original: “Cuando el aula de estudios de la mujer reemplazó al grupo de conciencia como escenario primario de transmisión del pensamiento feminista y de estrategias de cambio social, el movimiento perdió su potencial de masas”.

20 Disponível em: <http://mulheres.org.br/masculinidades/> Acesso em dia 6 de maio de 2017.

seguintes os réus tinham a escolha de participar ou não do processo autorreflexivo, sendo a sua participação um fator que poderia diminuir a pena. Há muitas críticas em torno desse tipo de ação, as quais alegam que a diminuição da pena do agressor seria o principal fator de interesse da sua participação, sendo a transformação da ideologia machista nesses casos algo fictício, ilusório. A autora, porém, afirma que tais grupos são uma saída jurídico-pedagógica que não atendem apenas ao aspecto punitivo, mas também ao sociocultural. Defende que:

Os grupos para homens autores de violência deverão contribuir para a conscientização dos agressores sobre a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres e para a responsabilização desses pela violência cometida, por meio da realização de atividades educativas e pedagógicas que tenham por base uma perspectiva de gênero. A ação poderá ainda contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero, a transformação da visão de uma concepção hegemônica de masculinidade e o reconhecimento de novas masculinidades (PRATES, 2013, p. 33).

Sobre a prática de grupos de reflexão no campo da saúde, Elaine França da Silva (2015) examina uma experiência feminista no contexto das lutas dos anos de 1980 por direitos reprodutivos, com a metodologia da linha da vida, no Centro de Saúde Santa Rosa, em Niterói (RJ). Esse processo estimulou a superação do Programa Materno-Infantil, o qual tinha um tratamento que reduzia as mulheres apenas à condição de mães/reprodutoras, para que fosse implantado do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), com base na perspectiva das mulheres como sujeitos. A linha da vida pode ser mais bem compreendida no seguinte trecho de seu artigo:

Eram propostas etapas de produção coletiva, em que as mulheres reunidas, em sequência, falavam de suas existências, segundo etapas de vida: do nascimento, da infância, da adolescência, da juventude, da maturidade, da velhice ou da expectativa de envelhecimento (SILVA, 2015).

Para Elaine Silva, as transformações políticas que ocorreram nas consciências “femininas e feministas”, na segunda onda do feminismo, teve como resultado profundas transformações da vida em comum, como o afloramento das lutas por direitos sexuais e reprodutivos. O reconhecimento da sexualidade e da reprodução como dimensões da cidadania, questões relativas à vivência de uma sexualidade plena e livre de riscos, o controle do próprio corpo e o direito de decidir sobre como e quando ter filhos constituíram-se como temas centrais de reflexão e de vivências. Silva conta que as experiências dos grupos de autoconsciência

Foram deslocadas, por algumas profissionais de saúde, para seus ambientes de trabalho. Forjou-se, assim, uma pedagogia experimental de reflexão e ação, de natureza informal, ao alcance de apenas mulheres próximas, conhecidas, mas que se multiplicou, em sucessivas formalizações por profissionais da área de saúde (SILVA, 2015, p. 897).

Na dissertação “A Formação de Mulheres com a Linha da Vida: Sentidos que emergem de experiências na Região Metropolitana do Recife”, a mestra em direitos humanos Fabiana Moura Paulino (2017) fez sua pesquisa com educadoras do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Moura endossa a ideia de que os grupos de autoconsciência tiveram uma importância significativa na luta por políticas públicas de saúde no Brasil. A instituição pesquisada pela autora, a mesma que promoveu a experiência investigada por mim neste trabalho, tem histórico na realização de ações formativas com mulheres, contribuindo com a organização política de coletivos de diversos estados brasileiros, desde a década de 1980 (PAULINO, 2017, p. 40).

A utilização da metodologia da linha da vida faz parte das práticas pedagógicas de autorreflexão e está intimamente relacionada aos exercícios de autocuidado feminista, como por exemplo, o autoexame ginecológico²¹. Esses métodos feministas desenvolveram-se no âmbito de uma perspectiva de saúde tanto física quanto mental das mulheres, e na luta por políticas públicas, mas também de autonomia de nossos corpos em relação ao Estado, à igreja, ao poder médico, à indústria farmacêutica, enfim ao patriarcado. Segundo a autora, a metodologia da linha da vida possui um enfoque terapêutico, de viés psicanalítico “mesmo estando conectada a questões singulares com contextos sócio-políticos” (Ibid, p. 53).

Na dissertação “Da Mulher como Objeto às Mulheres como Sujeito: Uma Análise da Trajetória do Movimento Feminista nas Lutas por Saúde da Mulher no Brasil”, Verônica Ferreira (2006), que é assistente social e integrante do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, analisa a elaboração de uma política de saúde para as mulheres no fim da década de 1970 e decorrer de 1980. Em seu trabalho, Ferreira destaca a formação de grupos de saúde da mulher que buscavam a reapropriação dos conhecimentos e autonomia sobre seus próprios corpos. Para a autora, “esta trajetória produziu diferentes formas organizativas, conceitos que nortearam a ação do movimento, as políticas públicas e um campo de pesquisas e produção do conhecimento, além de elementos para uma pedagogia própria” (FERREIRA, 2006, p. 5).

No artigo “Formação de Agentes Comunitárias de Saúde para o Enfrentamento da Violência de Gênero: Contribuições da Educação Popular e da Pedagogia Feminista” (BERGER; BARBOSA; SOARES; BEZERRA, 2014) baseado numa pesquisa-ação, investiga-se a estratégia da saúde da família em relação à violência de gênero, realizando oficinas com agentes comunitárias de saúde (ACSs). A pesquisa em questão baseia-se nos

21 Procedimento bastante simples realizado com um espécúlo vaginal, um espelho e uma lanterna, para que a mulher examine de forma autônoma o próprio colo do útero.

pressupostos feministas e freireanos como um acolhimento para mulheres em situação de violência. No plano pedagógico, as experiências das mulheres em grupos de reflexão, onde as difíceis vivências relacionadas ao corpo e à sexualidade, as conflituosas relações sócio-familiares e a problemática inserção no mundo do trabalho eram compartilhadas, problematizadas e, assim, compreendidas enquanto processos sociais amplos que afetam todas as mulheres, reuniram-se em uma proposta educativa, cunhada como “oficinas de reflexão”.

Muitas críticas foram e são feitas aos grupos de reflexão por inúmeros motivos e sujeitos, entre homens militantes – que muitas vezes desqualificavam a atuação do feminismo por, ao seu ver, dividirem as forças da esquerda –, mas também por feministas. Segundo Elaine França da Silva (2015), os grupos de consciência foram criticados, logo quando começaram a ser praticados no Brasil, por terem surgido em rodas de mulheres de classe média, tendo sido assim, apelidados de “chá das cinco das ricas”.

Por alguns setores feministas, foram (e ainda são) considerados ineficientes, pois não trariam resultados concretos. Em seu texto “A tirania das organizações sem estrutura”, a feminista estadunidense Jo Freeman (1970) sustenta que os grupos de reflexão possuiriam uma suposta horizontalidade por conta de uma ausência de estrutura e de liderança, mas que na realidade seriam práticas elitistas, pois seriam baseadas em relações de amizade, em que um determinado grupo acaba dando as regras. Freeman fala sobre sua experiência como integrante do Movimento de Libertação das Mulheres (dos Estados Unidos), e critica a “impotência política” dos grupos de reflexão promovidos por tal organização, afirmando que os mesmos não levariam a muito mais do que uma compreensão pessoal dos problemas das mulheres:

Grupos inestruturados podem ser muito eficazes para fazer as mulheres falarem sobre suas vidas, mas eles não são muito bons para fazer as coisas acontecerem. A não ser que o modo de operação mude, os grupos tropeçam quando chega o momento em que as pessoas se cansam de "apenas conversar" e querem fazer algo mais. [...] Assim, o movimento gera muita emoção e poucos resultados. [...] O fim da conscientização deixa as pessoas sem direção e a falta de estrutura as deixa sem meios de chegar lá. [...] A conscientização, como função principal do movimento de liberação das mulheres, está se tornando obsoleta. [...] O trabalho puramente educacional não é mais uma necessidade imperativa (FREEMAN, 1970, p. 5).

Em outro artigo da autora, denominado “Trashing: o lado sombrio da sororidade” (FREEMAN, 2015), publicado sob o pseudônimo “Joreen”, Freeman reflete sobre o fenômeno da detonação da reputação entre mulheres dos movimentos feministas. De acordo com uma nota de rodapé do texto, “trashing é um termo coloquial da língua inglesa que significa ‘destruir’, ‘detonar’, ‘assassinar a reputação’, ‘atacar a reputação’ ou ‘espancar moralmente’ uma pessoa”. Na análise de Freeman, a promessa feminista de sororidade, ou

seja, de uma irmandade ou solidariedade entre as mulheres, escondia o lado sombrio da detonação, e esta questão não estava sendo discutida dentro do movimento, mesmo nos grupos de conscientização:

Apesar da prática de conscientização e de um diagnóstico intenso da nossa própria socialização, muitas de nós ainda não conseguimos nos libertar de desempenhar esses papéis [impostos pela sociedade], nem da nossa expectativa de que outras irão desempenhá-los. Aquelas que se desviam desses papéis — as mulheres de ação — são punidas por fazê-lo, assim como aquelas que fracassam em atender as expectativas do grupo (FREEMAN, 1976, n.p.)

Mais adiante, a autora se pergunta “Por que a conscientização não nos conscientizou sobre a detonação?”. Ousadamente Freeman afirma que a ênfase na palavra de ordem “o pessoal é político” facilitou o fenômeno da detonação. Para ela, essa ideia levada ao extremo “poderia nos dizer que tipo de pessoas devemos ser e, por extensão, que tipo de personalidades devemos ter”.

Diante deste apanhado sobre o tema dos grupos de reflexão, apreendo um pouco do contexto histórico em que surgem nos movimentos feministas, em meados da década de 1960, nos Estados Unidos e Europa, sendo trazidos e reeditados pelos feminismos brasileiros e latino-americanos, principalmente a partir de vivências de mulheres que foram para o exílio durante os períodos das ditaduras na América Latina. A experiência de vida das mulheres aparece como a base das reflexões coletivas, da construção de teorias e da práxis feministas, e os grupos de consciência como instrumento de construção de identidades feministas. Algumas autoras demonstram pontos de vista distintos, como bell hooks e Jo Freeman. Enquanto hooks enfatiza os grupos de conscientização como espaços horizontais e de cura, Freeman os critica por considerá-los hierarquizados e ineficientes para a ação política.

Nesta revisão, percebo também a diversidade de usos dos grupos de reflexão: desde sua prática nos movimentos feministas e ONGs, sua utilização no campo da saúde e na luta por políticas públicas, no acolhimento de mulheres vítimas de violência, enquanto metodologia de pesquisa-ação, até como medida penal exclusiva para homens autores de violência contra a mulher. No próximo capítulo, irei aprofundar a perspectiva teórica e epistemológica, trabalhando alguns conceitos.

3 CAMINHOS TEÓRICOS

3.1 POR UMA EPISTEMOLOGIA DE SABERES LOCALIZADOS

A proposta desta pesquisa é de desenvolver saberes localizados, assim como colocam as reflexões da filósofa feminista estadunidense Donna Haraway, em seu artigo “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, publicado pela primeira vez em 1988 nos Estados Unidos, e posteriormente na revista brasileira *Cadernos Pagu*, em 1995. A autora se utiliza da metáfora da visão para falar de ciência, objetividade e impossibilidade de neutralidade ou imparcialidade. A ideia é resgatar o sistema sensorial e a corporalidade que aguça a visão para não cairmos na armadilha de um olhar conquistador e colonizador propício a afirmar que não vem de lugar algum:

Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco, uma das várias tonalidades desagradáveis que a palavra objetividade tem para os ouvidos feministas nas sociedades científicas e tecnológicas, pós-industriais, militarizadas, racistas e dominadas pelos homens, isto é, aqui, na barriga do monstro [...]. Gostaria de uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados (HARAWAY, 1995, p. 18).

A filósofa, que é também escritora e bióloga, observa que os olhos são sistemas de percepção ativos, que constroem traduções e modos específicos de ver, portanto, são produtores de pontos de vista parciais, localizados. Nesse sentido, a objetividade feminista viria exatamente daí, da parcialidade de conhecimentos corporificados. A ciência positivista historicamente tem se utilizado da ideologia que separa corpo e mente, como se o conhecimento fosse produzido independentemente dos corpos e de suas localizações. Esse conhecimento, que se pretende não localizável, é na verdade irresponsável, já que não assume a si mesmo.

Haraway afirma que há boas razões para estar ao lado das perspectivas teóricas dxs subjugadx, ao invés das dos poderosos. Essas perspectivas, em geral, situam de onde falam, fazem a crítica em relação aos artifícios da pretensa imparcialidade, e são transformadoras, porém não devem ser romantizadas, nem isentas de avaliação e desconstrução:

Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente; mesmo que "nós" "naturalmente" habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do

modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições "inocentes". Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que tem menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. [...] Os subjugados têm uma possibilidade decente de reconhecer o truque de deus e toda a sua brilhante - e, portanto, eneguedora - iluminação. As perspectivas dos subjugados são preferidas porque parecem prometer explicações mais adequadas, firmes, objetivas, transformadoras do mundo (Ibid, p. 23).

Essa visão se coloca ao mesmo tempo contra os relativismos e contra as versões totalizantes do conhecimento, pois esses dois paradigmas seriam igualmente artimanhas científicas, uma que promete a visão de toda parte, e outra, a de nenhum lugar. Em vez disso, Haraway (Ibid, p. 23) propõe “saberes parciais, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia”. Essa forma de objetividade privilegia a contestação, a desconstrução e a transformação dos sistemas de conhecimento e maneiras de ver, buscando pontos de vista com conhecimentos potentes para a construção de realidades livres de dominações.

Para Haraway, o eu cognoscente é parcial, inacabado, imperfeito, porém capaz de conhecer junto ao outro, sem pretender ser o outro. A busca por uma posição inteira é a busca por um objeto perfeito, irreal, essencializado. Em relação ao processo de construção da visão, a autora traz que é necessário instrumentos para ver, sendo essa uma construção política. A ciência é produzida, portanto, não da identidade, mas do posicionamento crítico diante da identidade:

A visão requer instrumentos de visão; uma ótica é uma política de posicionamentos. Instrumentos de visão mediam pontos de vista; não há visão imediata desde os pontos de vista do subjugado. Identidade, incluindo auto-identidade, não produz ciência; posicionamento crítico produz (Ibid, p. 27).

Quanto à sujeita feminista, esta não possui uma corporificação reificada, em relação a ter um corpo fêmeo ou estar dentro de uma classe, raça, sexualidade, padrão estético e práticas específicas. A proposta de Haraway, à qual me reúno, corresponde às políticas e epistemologias nas quais a parcialidade, não a universalidade, é a condição para ser ouvidx. E essa parcialidade tem o intuito de respeitar o ponto de vista da vida das pessoas, “a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo” (Ibid, p. 30).

3.2 FEMINISMO DESCOLONIAL E INTERSECCIONALIDADE

A filósofa feminista argentina Maria Lugones, no artigo “Rumo a um feminismo descolonial” (2014), faz um debate sobre a relação entre as dominações colonial e de gênero. Para a autora, a crítica à concepção universalista da categoria mulher feita por mulheres negras e do “terceiro mundo”, centra-se na ideia de que as intersecções entre raça, gênero, classe e sexualidade vão mais além das categorias criadas pela modernidade. Nessa perspectiva, o sistema moderno colonial de gênero se funda na dicotomia entre o humano e o não humano, em que xs ocidentais são consideradxs humanxs e xs colonizadxs são postxs num lugar de animalidade, bestialidade e promiscuidade. Este processo de desumanização é também chamado de colonialidade do ser. Desta forma, as culturas e sociedades não ocidentais são avaliadas como primitivas, não civilizadas ou pré-modernas. Com efeito, a modernidade nega a existência de outras culturas e sociedades, pois nega o desafio de admitir e compreender diferentes ontologias, construindo a hierarquia em que o não moderno está subordinado.

O ocidente coloca-se então como agente de uma “missão civilizatória”, o que concretamente significa o acesso brutal aos corpos colonizados através de violências e explorações extremas. O cristianismo tornou-se o instrumento mais poderoso dessa missão que:

[...] justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica (LUGONES, 2014, p.3).

Lugones analisa que as próprias categorias homem e mulher são forjadas na lógica ocidental, e que por não serem consideradxs humanxs, xs colonizadxs não possuiriam gênero. Desta forma, “‘mulher colonizada’ é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher” (Ibid, p. 3). A filósofa observa que nas primeiras análises feministas, o estudo das sociedades colonizadas busca distinguir os gêneros a partir das tarefas realizadas por cada sexo, ou seja, o sexo fundamentaria o gênero. Em contrapartida, as reflexões mais contemporâneas argumentam que é o gênero que constrói o sexo. Lugones analisa que alguns referenciais conceituais que criticam “a dicotomia entre homem e mulher, e até o dimorfismo entre macho e fêmea” (Ibid, p. 5) não estão atentos à colonialidade. Por sua vez, a filósofa defende que nessa lógica colonial, gênero e sexo não poderiam estar vinculados e racializados, uma vez que o gênero estaria no âmbito do humano, e portanto os grupos raciais consideradas não humanos não teriam gênero.

Esse assunto também é tratado pela filósofa feminista negra Djamila Ribeiro em seu livro “O que é lugar de fala?” (2017). Ribeiro observa que, em geral, as discussões feministas falam que nas sociedades patriarcais as mulheres não são concebidas como seres em si, mas seres em comparação ao homem. A autora se remete à filósofa francesa Simone de Beauvoir e à sua obra “O segundo sexo” (1949), para articular a ideia da mulher como *Outro*: “a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem. Olhar este que a confina num papel de submissão que comporta significações hierarquizadas” (RIBEIRO, 2017, p. 36). No entanto, as mulheres negras seriam “o outro do outro”, diz Djamila Ribeiro baseando-se em Grada Kilomba (2008)²², uma vez que não são brancas nem homens.

Ao se debruçar sobre as desigualdades de gênero da raça branca, Lugones afirma que:

O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (LUGONES, 2014, p. 3).

Assim, só xs civilizadxs seriam homens e mulheres. Indígenas e negrxs estariam à margem da humanidade, logo do gênero. Ribeiro (2017, p. 19) traz a história da abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher Sojourner Truth, que em 1851 participou da convenção dos Direitos da Mulher, em Ohio, nos EUA, e apresentou o seu discurso “E eu não sou uma mulher?”, o qual questionava a invisibilidade das negras no movimento de mulheres pelo sufrágio. Em diálogo com Truth, Lugones (2014) responde que não, ela não era mesmo considerada uma mulher (Ibid, p. 3). Para Djamila Ribeiro, o discurso de Truth expressa a luta pela restituição de uma humanidade negada e revela o grande dilema que o feminismo hegemônico viria a enfrentar: a universalização da categoria mulher.

O feminismo hegemônico teria universalizado a categoria mulher a partir de uma identidade branca, ocidental e burguesa, invisibilizando uma série de identidades marginalizadas como as mulheres negras, indígenas, trans, lésbicas, bissexuais, pobres, deficientes, rurais, do chamado “terceiro mundo”, entre outras identidades subalternizadas. Djamila Ribeiro chama atenção para o fato de que apesar do debate crítico acerca da universalização da categoria mulher – levando em conta as intersecções de raça, sexualidade e identidade de gênero – ter sido atribuído à chamada “terceira onda” do feminismo²³, muitas

²² Escritora e professora negra do Departamento de Estudos de Gênero da Humboldt Universität, em Berlim.

²³ A narrativa dominante da história do feminismo divide o movimento em três ondas com características específicas, no entanto esta narrativa é bastante questionada por reduzir, simplificar e apresentar uma certa visão

discussões já vinham sendo feitas há tempos, porém sem serem visibilizadas (Ibid, p. 21). Diante dos impasses desse feminismo hegemônico, Lugones defende um feminismo descolonial:

Começo aqui a fornecer uma forma de compreender a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo. [...] Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de "colonialidade do gênero". Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de "feminismo descolonial" (LUGONES, 2014, p. 5).

Assim, a colonialidade do gênero se expressa em exercícios de poder concretos que vão desde as instituições, leis, formas de exploração no trabalho, nas religiões, até a subjetividade corporificada. O feminismo descolonial inicia-se, para Lugones, com a percepção da “diferença colonial”, ideia que a autora traz de Walter Mignolo e que diz respeito ao espaço onde a colonialidade do poder e a resistência política dxs subalternxs se confrontam. Portanto, a feminista descolonial renova a sua visão do mundo e de si mesma, largando mão do conceito universalizante de mulher, para começar a aprender com as outras sujeitas.

A filósofa afirma que o feminismo “não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela” (Ibid, p. 7). Neste sentido, a autora sustenta que há um lócus fraturado, ou seja, uma possibilidade de resistência à colonialidade do gênero:

O lócus fraturado inclui a dicotomia hierárquica que constitui a subjetificação dos/as colonizados/as. Mas o lócus é fraturado pela presença que resiste, a subjetividade ativa dos/as colonizados/as contra a invasão colonial de si próprios/as na comunidade desde o habitar-se a si mesmos/as (Ibid, p. 7)

Dessa forma, as interações íntimas e cotidianas compõem o que a autora denomina “infrapolítica”, que seria uma política de resistência voltada “para o dentro” e rumo à libertação. A intimidade não é pensada apenas como relações sexuais, mas como a vida social tecida entre pessoas comuns. A partir desse lócus fraturado e através de uma infrapolítica, seria possível para os movimentos gerar modos criativos de reflexão, comportamento e relacionamento que são contrários à ordem colonial de gênero.

Para Lugones (2014), a resistência não se faz sozinha, mas em comunidade, desde dentro de uma forma compartilhada de compreender o mundo e nele viver. Ao produzir seus cotidianos, as pessoas produzem a si mesmas. A filósofa entende que os novos modos de vida

devem incluir “a afirmação da vida ao invés do lucro, o comunalismo ao invés do individualismo, o ‘estar’ ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente” (Ibid, p. 8).

Audre Lorde (2013) no texto “As ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre”²⁴, também fala sobre a relação entre feminismo, comunidade e libertação, chamando atenção para a necessidade de reconhecimento das diferenças existentes entre as mulheres:

Como mulheres, nós fomos ensinadas a ou ignorar nossas diferenças, ou vê-las como causas de separação e suspeita em vez de forças para serem mudadas. Sem comunidade não há libertação, apenas o armistício mais vulnerável e temporário entre um indivíduo e sua opressão. Mas comunidade não deve significar uma queda de nossas diferenças, nem a pretensão patética de que essas diferenças não existem. (LORDE, 2013, n.p.)

Com sua escrita poética e combativa, a que temos acesso no Brasil apenas através de zines e blogs²⁵, Audre Lorde foi uma poderosa voz dissonante dentro do movimento feminista da chamada segunda onda nos Estados Unidos. Ela é atualmente uma pensadora fundamental para o feminismo negro e considerada precursora da perspectiva teórica da interseccionalidade, ao lado de bell hooks e Ângela Davis. Lésbica, negra de origem caribenha, mãe e escritora, Audre Lorde questionou a branquitude da academia e se levantou contra as discriminações internas aos movimentos feminista, negro e lésbico. No texto “Não existe hierarquia de opressão” (LORDE, 2015b, n.p.), Lorde afirma que “sexismo e heterossexismo surgem da mesma fonte do racismo”, e situa a sua experiência, afirmando que não é possível “se dar ao luxo” de lutar apenas contra uma forma de opressão:

Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de negrxs, porque milhares de lésbicas e gays são negrxs. Não existe hierarquia de opressão (Ibid, n.p.)

Lorde, no texto “As ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre”, defende que uma teoria feminista que não examina as diferenças existentes entre as mulheres é “uma arrogância”. Para a escritora, as diferenças não devem ser ignoradas ou toleradas, mas reconhecidas e assim, capazes de gerar dialética e criatividade:

24 Em algumas versões é traduzido como “As ferramentas do senhor nunca irão dismantelar a casa grande”. Considero que este título é mais condizente com o sentido que a autora propõe.

25 Não há traduções para o português de seus livros, as traduções disponíveis são de alguns de seus textos e poemas, no entanto possuem incompletudes e variações de uma para outra.

O que nos separa não são as nossas diferenças, e sim a resistência em reconhecer essas diferenças e enfrentar as distorções que resultam de ignorá-las e mal interpretá-las. Quando nos definimos, quando eu defino a mim mesma, quando defino o espaço onde eu sou com você e o espaço onde não sou, não estou negando o contato entre nós, nem estou te excluindo do contato – estou ampliando nosso espaço de contato (LORDE, 2013 , n.p.).

A intelectual e ativista afroamericana Kimberlé Crenshaw foi a primeira teórica a utilizar e divulgar o termo “interseccionalidade”, apesar das várias pensadoras negras que anteriormente já vinham desenvolvendo reflexões profundas acerca das ligações entre as dimensões de raça, gênero, classe e sexualidade. Para Crenshaw (2015), no artigo “Porque a interseccionalidade não pode esperar”, o conceito é entendido como uma *sensibilidade analítica* que traz à luz a invisibilidade de opressões. Porém, a interseccionalidade não diz respeito apenas às identidades, mas também às instituições que promovem modos de privilégio e exclusão de acordo com tais identidades.

Originalmente construído para pensar e atuar no enfrentamento às opressões sofridas por mulheres negras, o conceito de interseccionalidade atualmente pode ser utilizado para analisar as mais variadas situações sociais atravessadas por aspectos de classe, raça, gênero, sexualidade, geração, entre outros. No artigo “Celebração móvel: políticas públicas, transversalidade e interseccionalidade de gênero e raça”, Denise Botelho e Wanderson Flor do Nascimento (2016) trazem várias considerações sobre a perspectiva teórica da interseccionalidade, sendo pensada como base para a construção de políticas públicas e procurando entender:

[...] as maneiras por meio das quais os diversos modos de discriminação, opressão ou violência – tais como o racismo, o sexismo, o classismo, a lgbttfobia²⁶ etc. – operam em suas articulações, promovendo, de maneiras específicas, tipos particulares de segregações e vulnerabilidades. Para esta tarefa, tal perspectiva considera os complexos e multifacetados contextos sociais, políticos, históricos, econômicos, em suas mais diversas expressões e possibilidades mútuas de interação, sem perder a dimensão das experiências particulares que são vivenciadas a partir das diversas combinações possíveis dos eixos identitários (BOTELHO; NASCIMENTO, 2016, p. 32)

O pressuposto central dessa perspectiva é de que pessoas e populações são atravessadas por diferentes identidades, assim como, essas construções majoritariamente) são forjadas em relações de poder a partir de “processos históricos de vulnerabilização” (Ibid, p. 30). Para Botelho e Nascimento (2016), o acesso a direitos, serviços e oportunidades é demarcado por esses lugares sociais que reproduzem predominantemente mecanismos de privilégios, provocando assim meios de exclusão, discriminação e violação. Por sermos

26 Discriminação, aversão e violência contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgênerxs.

constituídxs por vários aspectos identitários, é possível que pessoas e grupos experimentem simultaneamente privilégios e opressões. Desta forma, a perspectiva da interseccionalidade exige uma constante vigilância teórica, na qual atentemos para aspectos das experiências dxs sujeitxs que possam ter sido deixados de fora.

3.3 O PESSOAL, O CULTURAL E O POLÍTICO

A ideia de que “o pessoal é político” surge com os movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970 e se torna uma de suas principais bases, revolucionando as práticas políticas até então exercidas. Neste período, com a compreensão de que as relações de poder estão presentes em todos os âmbitos da vida social, a dicotomia entre o público e o privado passa a ser fortemente questionada, então, estruturam-se as críticas e enfrentamentos à divisão sexual do trabalho, à violência doméstica e sexual contra as mulheres e a luta por direitos sexuais e reprodutivos. Segundo Maria Betânia Ávila (2001), às mulheres sempre foi negado acesso à esfera pública:

Como analisa Arendt (1988), a esfera da vida privada foi sempre o lugar da privação e não o espaço da privacidade ou da intimidade. [...] Dessa forma, para elas foi reservado apenas o espaço privado que significa uma privação da participação nas decisões coletivas, na criação de leis e na invenção democrática de novos direitos (ÁVILA, 2001, p. 21)

Amplia-se o conceito de política para dar conta das relações íntimas e cotidianas e da construção das subjetividades. O que se realiza com tal práxis, porém, não é focar apenas nas relações microssociais, em detrimento das macro, mas atentar para a relação inseparável entre o micro e o macro, entre o pessoal e o político. Neste sentido, Ávila coloca que “é justamente contra a ideia de uma cotidianidade a-histórica que o feminismo tem se posicionado como forma de desconstruir dicotomias” (Ibid, p. 46).

Para Carmen Silva e Sílvia Camurça (2013), o feminismo é constituído simultaneamente por: teorias que analisam criticamente o mundo e as relações sociais de gênero, movimentos que lutam por transformação e atitudes pessoais diante da vida. Segundo as autoras, “o feminismo é um movimento plural, dentro do qual convivem em conflito e, muitas vezes, em aliança, diferentes expressões” (CAMURÇA; SILVA, 2013, p. 13). Compreendo também que os movimentos feministas são movimentos contraculturais, isto é, que lutam contra a cultura opressora vigente, forjando em seu seio novas perspectivas de culturas.

Parto do conceito de cultura trazido por Sônia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2000, p. 17), o qual remete a concepção de mundo “conjunto de significados que integram práticas sociais”, que não podem ser entendidas “sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas”. De acordo com esses autorxs, os movimentos sociais latino-americanos vêm desenvolvendo uma “política cultural”, isto é, uma práxis não apenas voltada para a incidência no sistema político e conquista formal de direitos, mas que abarca diversas estratégias de transformação da sociedade como um todo. Segundo os autorxs, os movimentos sociais “questionam radicalmente o modo como o poder é exercido, em vez de tentar meramente conquistá-lo” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 24).

Em consonância com essa linha de pensamento, Ávila (2001, p. 53) reflete que se os direitos são só formalmente alcançados, tornam-se algo abstrato “e podem ser usados como retórica para esconder os mecanismos de reprodução da desigualdade”. Sendo assim, Ávila afirma que são necessárias transformações materiais e simbólicas para que os direitos formais se tornem substantivos. Porém, como uma face da mesma moeda, a autora chama atenção para o fato de que as reflexões e ações políticas feministas levaram à construção dos direitos sexuais e reprodutivos como um novo campo de direitos:

Essa é uma questão fundamental para a igualdade, no sentido de expandir as relações de igualdade para outras esferas da vida social, o que, por sua vez, contribui para expandir o significado da igualdade, que sempre foi pensada como parte da experiência da esfera pública (Ibid, p. 28).

Sendo assim, a conquista de direitos pelos movimentos opera nas ampliações nas concepções sociais. Nas sociedades neoliberais no contexto latino-americano, faz parte da luta dos movimentos sociais a disputa em torno dos significados culturais, pois “quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 25). A cultura também diz respeito ao enredo em que são engendradas as subjetividades e identidades:

A cultura desempenha um papel central na constituição do sentido de nós mesmos [...]. As formas de subjetividade em que habitamos desempenham um papel crucial na determinação de se aceitamos ou contestamos as relações de poder existentes. Ademais, para grupos marginalizados e oprimidos, a construção de identidades novas e resistentes é uma dimensão essencial de uma luta política mais ampla para transformar a sociedade (ALVAREZ; DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p. 22).

A partir do texto citado, penso que a construção de novos significados culturais, de uma nova cultura, gera processos subjetivos e identidades de resistência. Como sustenta

Ávila, os movimentos feministas têm como centro de sua ação a instituição das mulheres como sujeito, o que representa “sua grande conquista e ao mesmo tempo sua contribuição histórica” (2001, p. 19). A negação da condição de sujeito autônomo às mulheres é uma realidade nas sociedades patriarcais em que vivemos, nas quais somos—consideradas propriedades e objetos masculinos. A compreensão destas realidades opressoras – objetivo central da metodologia da autorreflexão –, de como elas agem nas nossas vidas, é fundamental para a constituição de subjetividades e identidades feministas, que buscam a liberdade, equidade e autonomia, num processo de luta coletiva.

3.4 O CAMPO FEMINISTA NO BRASIL

Considero que é significativo o esforço de não nos limitarmos às narrativas hegemônicas sobre os feminismos brasileiros, as quais repetidamente invisibilizam a história de luta e do pensamento das mulheres populares, negras, lésbicas, trans. Lélia Gonzales, feminista negra brasileira, já criticava em 1988 a invisibilidade da raça nos estudos feministas: “o feminismo latino-americano perde muito de sua força ao fazer abstração de um dado da realidade da maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região” (GONZALES, 1988, p. 135).

Carmen Silva (2016) defende que a reflexão sobre pensamento descolonial e feminismo no contexto brasileiro nos coloca diante de um paradoxo, pois o feminismo se constrói como uma epistemologia contra-hegemônica ao conhecimento androcêntrico, porém acaba sendo hegemônico para os povos colonizados. O feminismo descolonial, por sua vez, “critica a noção de ‘mulheres’ como um grupo constituído e coerente, com interesses comuns” (SILVA, 2016, p. 48). Na perspectiva de Silva, é necessário historicizar as formas que assumem as relações de gênero, os contextos culturais, históricos e como as lutas estão situadas globalmente no capitalismo.

No artigo “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”, Sônia Alvarez (2014) propõe uma revisão epistemológica para pensarmos os feminismos no Brasil e na América Latina, afirmando que os movimentos feministas se expandem para além da sociedade civil, atingindo a sociedade política, Estado e dominantes transnacionais. Alvarez defende que:

Esses campos também se articulam *discursivamente* através de linguagens, sentidos *visões de mundo* pelo menos parcialmente *compartilhadas*, mesmo que quase sempre disputadas – espécie de gramática política. [...] os campos feministas se constroem por meio de um *emaranhado de interlocuções* [...] "comunidades

discursivas envolvidas na enunciação de novos códigos culturais [e políticos] que disputam as representações dominantes" (ALVAREZ, 2014, p. 18).

Nesses campos, as representações e os significados sociais estão em constante disputa, seriam forjadas as identidades, imaginados os direitos, exercida a cidadania. Sônia Alvarez caracteriza como um primeiro momento do feminismo, no singular (um feminismo centrado), o período das ditaduras militares no Brasil e em outros países da América Latina. Segundo a autora, existe um mito de origem do feminismo como “verdadeiro” movimento social em sua segunda onda, nas décadas de 1960 e 1970, quando as questões tidas como privadas passam a ser consideradas políticas, “eixo discursivo norteador dos feminismos desde esse primeiro momento em diante” (Ibid, p. 20). Nesse momento, gera-se o que a autora denomina de *conflito constitutivo* do campo feminista entre "luta geral-militância política" *versus* "luta específica-militância autônoma", ou seja, entre as que atuavam numa militância mais geral, em movimentos mistos ou partidos contra a ditadura, e aquelas que se organizavam entre mulheres na luta específica feminista. Porém, apesar dessa hegemonia discursiva, analisa que:

[...] o campo feminista contemporâneo no Brasil e em muito da América Latina de fato já nasceu plural e heterogêneo. [...] Muitas ativistas negras e outras mulheres militantes continuaram agindo nos movimentos mistos e na militância partidária, começaram a se apropriar e a culturalmente traduzir os discursos feministas, assim crescentemente ressignificando o chamado "específico" (Ibid, p. 25).

Num segundo momento dos movimentos feministas, nas décadas 80 e 90, vivemos sob regimes neoliberais e democracias de baixa densidade. A história oficial do feminismo afirma que nesse período houve uma institucionalização do movimento com a apropriação dos discursos feministas em partidos, universidades, na Organização das Nações Unidas (ONU), no Banco Mundial e o estabelecimento de Organizações Não Governamentais voltadas para as questões de gênero. Para Alvarez:

[as] ONGs são enxergadas como a coca-cola do deserto ou as servas ou até concubinas do patriarcado neoliberal global – ou uma combinação das três designações! – elas indiscutivelmente figuraram como as atoras mais visíveis (e mais controversas) nos campos feministas brasileiro e latino-americano (e global) nos anos 1990. Com suas sedes permanentes, orçamentos expressivos, departamentos especializados, e pessoal remunerado, viraram o que poderíamos chamar verdadeiros "esteios", nós articuladores por excelência, dos agora descentrados campos feministas (Ibid, p. 30).

Sônia Alvarez coloca que, se por um lado, houve uma hegemonia das ONGs no campo feminista deste segundo momento, por outro, surgiram vários coletivos autônomos – em geral invisibilizados – de jovens, estudantes, movimentos étnico-raciais, e “feminismos articulados dentro dos movimentos e sindicatos urbanos e rurais” (Ibid, p. 32), como no Partido dos

Trabalhadores (PT), Movimento Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), coordenadorias das mulheres etc. Os processos de ativismo transnacional das conferências de Beijing e Durban²⁷ estimulam os movimentos de mulheres negras e feminismos negros em teias político-comunicativas que trazem cada vez mais à evidência os discursos de diversidade. Portanto, a autora defende que ocorre uma pluralização do campo feminista neste período.

O conceito de gênero serviu como uma espécie de discurso que “faz a ponte”, ou seja, que articula agenda com outros atores políticos para o estímulo à democratização, bem estar social e políticas públicas. Porém, o “terreno discursivo, movediço e muitas vezes traiçoeiro do gênero” (Ibid, p. 35) representou uma das disputas fundamentais do campo feminista²⁸.

Isso porque a noção de gênero - despolitizada e tecnocratizada - também virou parte integral do receituário neoliberal de muitos governos latino-americanos e instituições intergovernamentais no pós-Consenso de Washington²⁹ (Ibid, 38).

Para Alvarez, o momento atual é de *descentramento dos feminismos plurais*. A partir do fim da década de 1990, teriam surgido no Brasil vários “novos feminismos”. Em suas pesquisas, Alvarez identifica que esses novos movimentos têm se popularizado, e em geral têm o entendimento de que é fundamental que o feminismo lute contra todas as formas de opressão. O movimento de mulheres negras então constitui um “campo discursivo de ação extenso e diverso” (Ibid, p. 40), e também ganham força os movimentos que trazem para a cena as corporalidades, sexualidades e identidades de gênero, debates que vem sendo levantados pelas lésbicas, bissexuais, trabalhadoras do sexo, pelo transfeminismo, entre outras sujeitas.

27 Em Beijing, capital da China, em 1995, realizou-se a IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Em Durban, na África do Sul, em 2001, realizou-se a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata (FERREIRA; BONAN, 2005).

28 É no meio de tais jogos de poder que situa-se o conceito de gênero, levando em conta que este foi criado no marco dos pressupostos feministas, porém que existem inúmeras tensões entre o seu desenvolvimento na academia, no Estado e no pensamento feminista mais voltado para a ação política (PISCITELLI, 2004). Joan Scott (1995) analisa que o uso mais simplista de gênero é utilizado como sinônimo de “mulheres”. Por parecer indicar uma maior neutralidade e objetividade, o gênero foi, em alguns casos, integrado às terminologias das ciências sociais, dissociando-se da “política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo” (SCOTT, 1995, p. 6).

29 “O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada em 1989, que visava a propalar a conduta econômica neoliberal com a intenção de ‘combater’ as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. Sua elaboração ficou a cargo do economista norte-americano John Williamson. As ideias defendidas por Williamson ficaram conhecidas por terem se tornado a base do neoliberalismo nos países subdesenvolvidos, uma vez que depois do Consenso de Washington, os EUA e, posteriormente, o FMI adotaram as medidas recomendadas como obrigatórias para fornecer ajuda aos países em crises e negociar as dívidas externas” (PENA, s.d.)

3.5 CONCEITUANDO EXPERIÊNCIA

‘Se eu fosse eu’” parecia representar o maior perigo de viver, parecia a entrada nova do desconhecido. No entanto, Lóri tinha a intuição de que, passadas as primeiras perturbações da festa íntima que haveria, ela teria enfim a experiência do mundo. Bem sabia, experimentaria enfim em pleno a dor do mundo. E a sua própria dor de criatura mortal, a dor que aprendera a não sentir. Mas também seria por vezes tomada de um êxtase de prazer puro e legítimo que ela mal podia adivinhar.

(Clarice Lispector, Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres, 1998)

Nos caminhos teóricos da pesquisa, buscando compreender melhor o conceito de experiência me deparei com dois textos fundamentais, quais sejam “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”, do filósofo da educação Jorge Larrosa (2002), e “A invisibilidade da experiência”, da historiadora feminista Joan Scott (1998). O primeiro mais poético e existencial, defendendo a ideia de uma educação baseada na experiência/sentido, e o segundo mais pós-estruturalista, trazendo a noção de construção da experiência através da linguagem. Considero que os dois colocam aspectos importantes para refletir sobre o tema da pesquisa, e em alguns aspectos dialogam entre si.

Jorge Larrosa (2002) faz uma discussão sobre como a educação vem sendo pensada pelo viés da perspectiva hegemônica. Para ele, existem dois pares principais que indicam as concepções de educação mais correntes: o primeiro seria o par ciência/técnica, e o segundo, o par teoria/prática. Na primeira perspectiva, impera a concepção positivista e tecnicista da educação enquanto uma ciência aplicada, e na segunda, está marcado um viés de educação como práxis política. Larrosa propõe outra possibilidade, mais existencial e mais estética: “pensar a educação a partir do par experiência/sentido” (LARROSA, 2002, p. 20). Ou seja, as palavras têm a ver com o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, dos outros e do mundo, pois:

Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos (Ibid, p. 21).

Para Larrosa, na sociedade em que vivemos, somos estimuladxs todo o tempo a buscarmos mais e mais informações, e a partir dessas informações somos impelidxs a ter opiniões. O autor afirma que a experiência não é possível em uma sociedade constituída sob o

signo da informação, pois a experiência seria *algo que nos acontece*, e não *o que acontece*. Desta forma, no mundo em que vivemos, todos os dias acontecem muitas coisas, porém, quase nada nos acontece. Chamada por alguns de “sociedade da informação”, esse corpo social contemporâneo possui uma lógica que se difunde nos aparatos educacionais (escolas, universidades, cursos profissionalizantes), nos quais igualmente somos impedidos de que algo realmente nos aconteça, ou seja, de ter experiências. Os “acontecimentos” viram vivências instantâneas e fragmentadas que passam rapidamente e são substituídos sempre por novidades, impedindo o tecer da conexão, do significado e da memória. O tempo é convertido em mercadoria. Contrapondo-se a esta lógica, Larrosa considera que:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (Ibid, p. 24).

A ênfase no tempo da experiência, na pausa, no “demorar-se nos detalhes”, na “arte do encontro” são gestos quase impossíveis num mundo cada vez mais veloz. Para o autor, se a experiência é algo que nos passa, que nos acontece, então o sujeito da experiência é como um território de passagem, uma superfície sensível na qual o que nos passa deixa marcas e vestígios, produz efeitos e afetos. Não se trata de um/a sujeito que se define pela ação, proposição e imposição, mas pela sua exposição, abertura, receptividade e disponibilidade.

Larrosa (2002) vai à etimologia da palavra e elucida que “experiência” vem do latim *experiri*, que quer dizer provar, experimentar. Experiência seria então a relação com algo que se prova, que se experimenta. O seu radical, *periri*, é encontrado na palavra *periculum*, ou “perigo”, e no vocábulo grego *peiratês*, em português “pirata”. Há também a raiz indoeuropeia *per* que se relaciona à ideia de travessia, passagem. Portanto, a experiência contém em si, de forma indissociável, as dimensões de travessia e perigo. Para o autor:

O sujeito da experiência tem algo desse ser fascinante que se expõe atravessando um espaço indeterminado e perigoso, pondo-se nele à prova e buscando nele sua oportunidade, sua ocasião. A palavra experiência tem o *ex* de exterior, de estrangeiro, de exílio, de estranho e também o *ex* de existência. A experiência é a passagem da existência, a passagem de um ser que não tem essência ou razão ou fundamento, mas que simplesmente “*ex-iste*” de uma forma sempre singular, finita, imanente, contingente (Ibid, p. 25).

Sendo assim, um componente fundamental da experiência, e do seu/sua sujeito, é a sua capacidade de formação e transformação. Esse sujeito que não é ativo, tampouco é passivo, mas sim passional. Larrosa (Ibid, p. 26) diz que “se a experiência é o que nos acontece, e se o sujeito da experiência é um território de passagem, então a experiência é uma paixão”. Apesar de não ser ativo, é como se esse sujeito passional fizesse algo ao assumir sua paixão, assim assumindo, aceitando, suportando, experimentando seus padecimentos. Porém, o sujeito passional possui sua própria força criativa, que se expressa em formas de saber e de práxis distintas do saber científico, da informação, da técnica e do trabalho.

Para Larrosa “o saber de experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana” (Ibid, p. 26), mas os sentidos de “conhecimento” e “vida” devem ir mais além do entendimento habitual. Na perspectiva da sociedade capitalista e da ciência moderna, a concepção de vida resume-se à vida burguesa, enquanto que a noção de conhecimento é reduzida a algo objetivo e relacionado à tecnologia e mercadoria. Contudo, o saber da experiência é:

o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece. No saber da experiência não se trata da verdade do que são as coisas, mas do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece (Ibid, p. 27).

O saber da experiência é então uma maneira própria, singular de encontrar o sentido e até mesmo o sem-sentido do que nos acontece, da nossa existência. Para Larrosa, o saber da experiência é particular, subjetivo, pessoal, de forma que um mesmo acontecimento gera experiências distintas para diferentes sujeitos. O autor considera que “ninguém pode aprender da experiência de outro, a menos que essa experiência seja de algum modo revivida e tornada própria” (Ibid, p. 27).

Assim sendo, a experiência possui uma qualidade existencial e o saber que dela deriva faz com que nos apropriemos de nossas vidas. Larrosa afirma que “o que faz impossível a experiência faz também impossível a existência” (Ibid, p. 27). Nesse sentido, o conhecimento não está separado da vida. Mas é necessário despoluir a experiência das noções empíricas e experimentais da ciência, pois enquanto o experimento é genérico, repetível e previsível, a experiência é singular, única e sempre portadora da dimensão da incerteza. Desta forma, a experiência não é um caminho previsto, e sim “uma abertura para o desconhecido” (Ibid, p. 27).

Já a historiadora feminista Joan Scott (1998, p. 325), expõe uma perspectiva mais discursiva, propondo a “historicização” da experiência e das identidades que ela produz. Sua ideia central é de que a experiência não é uma realidade objetiva e pré-discursiva, não é a

origem da explicação, mas sim o que se quer explicar. Para Scott, a experiência é um acontecimento linguístico, ou seja, está ligada aos significados, porém por mais que haja sentidos previamente estabelecidos, essa ordem não é fixa. A autora afirma que:

Experiência tanto pode confirmar o que já é conhecido (vemos o que aprendemos a ver), quanto perturbar o que parecia óbvio (quando sentidos diferentes estão em conflito nós reajustamos nossa visão para tomar consciência do conflito ou resolvê-lo – isto é, o que significa “aprender com a experiência”, muito embora nem todos aprendam a mesma lição, ou aprendam da mesma forma, ou ao mesmo tempo). Experiência é a história de um sujeito. A linguagem é o campo no qual a história se constitui (Ibid, p. 320).

Como afirma a autora, a experiência pode confirmar o já conhecido ou perturbar o óbvio, sendo que neste último caso é possível “aprender com a experiência”, porém cada sujeito terá seu processo de aprendizagem. Na perspectiva de Scott, a experiência é a história de um sujeito, e a história se constitui no campo da linguagem. Como iremos interpretar essa história vai depender dos sentidos que iremos atribuir, que podem se transformar ao longo do tempo, tendo relação com processos históricos e políticos.

Assim sendo, algo que poderia ser entendido como uma “tomada de consciência de si próprio” ou reconhecimento de uma identidade autêntica, nesse ponto de vista pode ser encarado como uma nova leitura, uma nova interpretação. Os surgimentos de conceitos e identidades são acontecimentos históricos que não são inevitáveis ou determinados, “não é algo que sempre existiu aguardando para ser expresso, não é algo que sempre existirá na forma que foi dada em um determinado movimento político ou em um momento histórico específico” (Ibid, p. 319).

No âmbito dos estudos feministas e de gênero, Scott (1998, p. 313) cita a importância do conceito de experiência para legitimar a crítica à história oficial e à ciência tradicional em geral, que mascaram de objetividade ideologias sexistas. Por outro lado, a historiadora avalia que nos movimentos feministas “a experiência vivida das mulheres é considerada como se conduzisse diretamente à resistência à opressão, ou seja, ao feminismo” (Ibid, p. 313).

Nesse sentido, a possibilidade política do feminismo viria de “uma experiência preexistente das mulheres” (Ibid, 313). Scott faz a crítica à concepção de uma experiência “preexistente”, em vez disso, defende que, por ser o discurso algo compartilhado, a experiência é ao mesmo tempo individual e coletiva. Em suma, a autora acredita que a experiência “é sempre e imediatamente algo já interpretado e algo que precisa de interpretação. O que conta como experiência não é auto-evidente nem direto; é sempre contestado e, portanto, sempre político” (Ibid, p. 324).

Os dois textos trazem uma série de pistas para as análises sobre a experiência de educação autorreflexiva vivida com o FA!. Aliás, pela ótica de Larrosa, de experiência enquanto algo que nos acontece, nos toma e nos transforma, vejo várias dimensões da experiência nesse trabalho. Em primeiro lugar, o partilhar experiências como base dos encontros de autorreflexão do FA!; em segundo a experiência de participar de uma formação feminista e a tentativa de organização de um grupo/coletivo; e em terceiro, a realização da pesquisa, o ingresso no mestrado, o trabalho de campo, os estudos, a análise, a escrita, e em consequência a apresentação dessa construção.

Considero que xs autorxs dialogam em vários pontos, a começar pela ênfase nas palavras, nos significados, sentidos e interpretações. Um outro aspecto é a não essencialização da identidade do sujeito, pois a experiência é vista como algo contingente, e que tem suas localizações históricas e políticas. Assim sendo, xs autorxs consideram que a experiência, a atribuição de significados compõem a história do sujeito, que constrói aprendizados singulares a partir desse processo.

4 METODOLOGIA

A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela (MINAYO, 2009, p.14)

A metodologia deste trabalho segue múltiplas pistas e inspirações, algumas bases e pontos de partida que não pretendem engessar o desenrolar da pesquisa. Dessa maneira, minha investigação está inserida no paradigma qualitativo, o qual segundo Maria Cecília Minayo (2009, p. 22), “se aprofunda no mundo dos significados”, ou seja, em “*compreender* relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações e a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, compreender e interpretar a realidade” (Ibid, p. 24). Além disso, consiste num estudo de caso sobre a experiência educativa do FA!, que dialoga com princípios dos métodos cartográfico, feminista, autobiográfico. Utilizo também técnica grupal e de entrevista individual para a produção de dados e de fundamentos da análise de conteúdo.

Ao longo deste capítulo irei falar um pouco de cada uma dessas referências metodológicas, com as quais fui me identificando por meio das leituras durante o processo da pesquisa. No que diz respeito ao uso da narrativa autobiográfica na construção dos dados da pesquisa, compartilho da perspectiva discutida pela pedagoga Josélia Gomes Neves (2010) no texto “Cultura escrita e narrativa autobiográfica: implicações na formação docente”, no qual a autora fala sobre sua experiência de formação, ao mesmo tempo política e profissional, na área de educação. Neves conta sobre o seu processo de escrita:

[...] lembranças e registros escritos, narrativa que partia de uma história pessoal, resultando em um exercício que aliou conhecimento, experiência e formação, um olhar para o caminho percorrido, quem sabe, uma forma de lidar com perguntas e inquietações (NEVES, 2010, p. 124).

A autora defende que a narrativa autobiográfica é um encontro do eu pessoal com o eu social, uma forma de contextualização das experiências individuais numa história cultural e política. A memória de quem escreve é assim fundamental, porém as lembranças não se dão de forma linear, ocorrendo “quase de forma caótica” (Ibid, p. 124). Nesse sentido, “o passado só existe enquanto discurso do presente” (BARBOSA apud GOMES, 2010, p.127), de modo que a narrativa autobiográfica é baseada em ressignificações.

Sendo um estudo de caso, este trabalho pretende iluminar “o caso”, isto é, a experiência de pedagogia feminista autorreflexiva vivida com o grupo FeminismoAgora!. Os

estudos de caso não se interessam em generalizar, procuram, por outro lado, aprofundar-se na complexidade de uma determinada atividade social, a fim de representar os significados que xs sujeitxs constroem nesses contextos (CHADDERTON; TORRANCE, 2015, p. 91). Para Charlotte Chadderton e Harry Torrance (2015), o estudo de caso pressupõe que a realidade social é criada através da interação entre xs sujeitxs dentro de contextos sociais e históricos. Estxs autorxs compreendem que o estudo de caso pode utilizar diversos meios para realizar a investigação, porém afirmam que esse método está alinhado com a imersão no campo.

Desta forma, a minha vivência enquanto sujeita que participou do processo de formação política feminista com o FA!, por mais que na época não tenha sido com a intenção de realizar esta pesquisa, pode ser compreendida como uma imersão no campo. Foram mais de três anos vivendo esta experiência, primeiro enquanto educanda, e depois enquanto integrante de um grupo que se autonomizava. Nesse período, eu não sistematizei nenhum diário específico sobre o FA!, mas produzi alguns textos e fotografias. Além disso, a memória dessa experiência me atravessa como uma experiência de vida, de entrada no feminismo e de vínculos de afeto. Jo Frankham ressalta a possibilidade de construção de autoetnografia, o que seria uma “autonarrativa que se propõe a examinar o que significa ‘ser’ mediante ponderação reflexiva sobre histórias da própria pessoa” (Ibid, p. 72).

A perspectiva cartográfica também chama atenção para as contradições, incertezas e inconclusões, pois o “saber é tão vacilante quanto a realidade sobre a qual ele se ocupa” (COSTA, 2014, p. 75). A realidade é múltipla e está em constante transformação, por exemplo, o contexto no qual eu fiz a pesquisa de campo não é mais o mesmo em que analiso os dados e escrevo o trabalho, então como encerrar verdades estanques a partir daí? Nesse sentido, os “resultados” serão sempre precários e provisórios, porém abre-se caminho para fluxos de entendimento e criação que resistem a congelamentos. Para Luciano Bedin da Costa (2014), há inegavelmente um caráter de “manipulação” na construção do conhecimento, e isso não precisa ser visto negativamente, pois:

[...] conhecer uma coisa é também manipular esta coisa, emprestar à coisa o peso de nossas mãos e o timbre de nossas impressões digitais. Antes de um processo cognitivo, de apreensão mental, a manipulação nos faz pensar no resgate do corpo, da mão enquanto sensibilidade tátil no contato com as coisas (COSTA, 2014, p.74).

No entanto, estas inevitáveis marcas das mãos dx cartógrafx na construção do conhecimento não estão em desacordo com a abertura que este método propõe aos acasos. De antemão, não sabemos o que irá nos atravessar no desenrolar da pesquisa, que encontros irão acontecer e como estes irão nos impactar. A cartografia então, aposta na experimentação do

pensamento, no acompanhamento de processos e na reversão do método, ou seja, ao invés de ter o caminho da pesquisa determinado pelas metas (*méta-hódos*), acredita que as metas são construídas pelo caminho (*hódos-méta*).

Assim, apesar de eu ter delineado os objetivos da pesquisa, esses foram tomando novos desenhos no decorrer de sua feitura. Desta forma, os dados da investigação não apenas foram analisados à luz de teorias estabelecidas previamente, mas também, inspiraram a busca por referenciais teóricos que dialogassem com as questões que surgiram. Mesmo assim, todo o referencial teórico ainda não responde a algumas questões do campo que apontam para rumos diferenciados.

Esse processo implica num vai e vem entre as diversas partes do trabalho, o qual remete à ideia de artesanato intelectual, apresentada pelo sociólogo Charles Wright Mills (2009). Para Mills, o trabalho intelectual é também artesanal, pois é um trabalho que exige o tempo todo ir e voltar, ler, reler, recortar, colar, bricolar, costurar, tecer, fazer, desfazer, refazer, elaborar, reelaborar, montar e desmontar vários quebra-cabeças. Josélia Gomes Neves (2010) também fala sobre esse processo de ir e vir na pesquisa autobiográfica, narrando a sua própria experiência: “uma escrita de idas e vindas, pois as lembranças não ocorriam linearmente, mas quase de forma caótica.” (Ibid, p. 124).

O conceito de cartografia foi trazido por Gilles Deleuze e Félix Guattari da geografia para outros campos que se envolvem com política e produção de subjetividades. Para Laura Pozzana Barros e Virgínia Kastrup (2015), o objetivo da cartografia é “desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado [...]. Para isso é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse campo coletivo de forças” (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 57). Luciano Bedin Costa (2014) diria que para cartografar, é necessário estar no território, fazer parte de sua geografia. O território é entendido como um “lugar” social, psicológico, político, afetivo, mas ainda mais que isso, como afirmam Félix Guattari e Suely Rolnik no livro “Micropolítica: Cartografias do Desejo”:

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 319).

Trago o conceito de território porque na perspectiva do método cartográfico é importante refletir sobre o meu encontro, enquanto pesquisadora, com o que estou pesquisando, encontro esse que acontece num território, ou em vários. O FA! pode ser

entendido como um território com algumas divisões internas (como os coletivos que o compunham), e situado em outros territórios mais amplos (como o SOS Corpo e os movimentos feministas em Recife). Essas zonas fronteiriças não deixam de ser povoadas por tensionamentos.

A cartografia é feita de encontros, os quais, segundo Bedin, não se fazem sem um certo grau de violência, que nos desacomoda, nos faz sair do lugar (2014, p. 72). No caso desse estudo, posso dizer que houve encontros, desencontros e reencontros com o FA!. Aliás, “encontro” sempre foi uma palavra cara para nós, era assim que denominávamos os momentos em que nos reuníamos, recorro de debates acerca da utilização das palavras “encontro” ou “reunião”, e preferíamos “encontro” por considerarmos mais humano, afetuoso. Enquanto que o termo reunião nos soava como algo sem alma, impessoal, como se fosse simplesmente uma ocasião para resolver demandas e discutir pautas, o que não era nossa ideia. No entanto, vez por outra nos “pegávamos” utilizando a palavra “reunião”, e tentávamos nos “corrigir”.

O meu processo de reencontro com o FA! durante a pesquisa está permeado por uma dupla posição: a de ex-participante e a de pesquisadora. Sem dúvidas, a escolha de concentrar meu olhar sobre o FA! tem a ver com a proximidade afetiva e com a relação de confiança que eu tenho com as sujeitas da pesquisa. Lembro-me de algumas falas durante a realização dos grupos focais, em que as companheiras interlocutoras revelaram que estavam participando da pesquisa no sentido de tornar possível o meu trabalho, além do desejo de se expressarem em relação às experiências vividas. A relação com o SOS Corpo e com Carmen, educadora que facilitou a formação com o FA!, também é de muita proximidade.

Foi a partir desse meio que eu me entendi feminista e que entrei em contato com vários grupos, pessoas, debates, articulações e ações. Apesar dessa forte familiaridade com o campo, posso dizer que a realização da pesquisa e a escrita do texto se deram num momento de certo distanciamento dos movimentos feministas. Considero que esse afastamento pode ser visto como positivo no sentido de ampliar meu olhar para questões sobre o feminismo que não estão presentes nas pautas dos movimentos. Todavia, considero alguns aspectos negativos, pois tal afastamento pode fragilizar a potência transformadora do próprio trabalho.

Para Khatidja Chantler e Diane Burns (2015), a investigação feminista possui um caráter eminentemente político, ou seja, esse tipo de pesquisa busca pela transformação social. Esse ponto me faz refletir sobre o sentido de meu trabalho para as lutas feministas, mais especificamente, para as suas pedagogias. Nesse sentido, esta pesquisa tem múltiplas potencialidades, porém a própria barreira da linguagem e do formato acadêmicos por vezes é

fator que impede uma popularização dos trabalhos desenvolvidos neste meio. Por outro lado, acredito que seja importante o empenho no diálogo entre a academia e os movimentos sociais, na publicação das discussões, inclusive em formatos diversos e no contato direto para a realização de projetos e ações.

Outro ponto trazido pelas autoras (BURNS; CHANTLER, 2015) é que a investigação feminista necessita analisar as relações de poder implicadas na produção do conhecimento. Assim, as autoras defendem que uma metodologia feminista deve privilegiar vozes que geralmente são silenciadas, pois “numa sociedade marcada por diferentes formas de opressão os povos marginalizados têm diferentes perspectivas e relatos baseados em suas experiências e lutas e estão, portanto, mais bem situados para contestar os relatos dominantes” (BURNS; CHANTLER, 2015, p. 112)³⁰. Nesta pesquisa, procurei ouvir a perspectiva da educadora, para compor um olhar sobre a concepção político-pedagógica da formação, e para aprender com o seu olhar sobre aquela experiência. Mas a escuta, ou melhor, a troca com as companheiras foi fundamental para trabalhar a experiência a partir das sujeitas do processo educativo, bem como as aprendizagens que construímos.

Nesse sentido, procurei refletir junto com minhas interlocutoras sobre as várias relações de poder implicadas no campo de pesquisa, isto é, no universo do FA!. Há, porém, uma relação de poder basilar no que diz respeito ao próprio fazer acadêmico, que envolve a relação entre pesquisadora e pesquisadas, os recortes na construção do problema de pesquisa, a escrita individual e o formato determinado pelas regras institucionais. A questão da relação entre pesquisadora e pesquisadas tem a ver com a escrita individual, pois afinal quem está contando a história, quem está escrevendo é a pesquisadora.

A questão da ética, então, é imprescindível, pois esta escrita deve tentar ao máximo representar as diversas vozes da pesquisa, como também, estar atenta ao que pode e ao que não pode ser escrito, e como escrever sobre conflitos. Desta forma, Chantler e Burns (2015) falam de uma ética do cuidado: um conhecimento responsável construído com base na reflexividade e na posicionalidade. Para Josélia Gomes Neves (2010), a narrativa autobiográfica representa alguns riscos, como:

[...] a própria exposição no texto – a decisão entre o que deveria e merecia ser narrado, celebrado e o que deveria ser omitido; as descrições, as análises; como evitar a tendenciosidade, sem cair na cilada de transformar este momento em uma vaidade improdutiva; o suspeitar da linearidade dos eventos (NEVES, 2010, p.125).

30 A filósofa feminista Donna Haraway, que será mais bem trabalhada no capítulo teórico, segue essa mesma linha quando defende saberes situados.

Na investigação feminista, o cuidado em expressar a experiência vivida das sujeitas da pesquisa é um meio de elucidar relações de gênero, raça, classe, entre outras relações sociais e de poder marcadas por desigualdades. Chantler e Burns (2015) dizem que é necessário se perguntar sobre quais vozes estão sendo privilegiadas e quais se silenciam. Assim, é importante situar as vozes dentro de um “contexto político e social, que ajuda a afastar as tendências individualizantes associadas às experiências” (CHANTLER; BRUNS, 2015, p. 113).

Segundo as autoras, desde a década de 60, as investigações feministas vêm documentando e refletindo sobre experiências femininas e a construção de seus significados para as sujeitas. Não há, no entanto, um método feminista específico, de forma que essas investigações podem se utilizar de metodologias qualitativas ou quantitativas, ou de ambas associadas.

Um dos pontos trazidos pelas autoras é o do uso da categoria mulher, pois se ela for utilizada, deve reconhecer diferenciações internas e “diversos eixos de opressão, resistir aos perigos do essencialismo (a noção de que as identidades se fixam de determinadas maneiras) e estar ciente da construção social dos rótulos envolvidos, bem como de suas realidades materiais” (Ibid, p. 113). Considero que no meu trabalho eu não tenha como fugir do uso da categoria mulher, até porque é uma categoria utilizada pelo SOS Corpo na construção da formação com o FA!, porém o seu uso não deixa de ser problemático, uma vez que existem inúmeras desigualdades entre nós e nem todas as participantes se identificam como mulheres. Portanto esforço-me, nem sempre de maneira bem-sucedida, em utilizar outras palavras para denominar as sujeitas da pesquisa ao longo da redação.

Quanto às técnicas utilizadas para construção de dados da pesquisa, utilizei-me tanto da entrevista individual quanto de grupos focais. A entrevista semi-estruturada foi realizada com Carmen Silva, educadora da formação com o FA!, e os grupos, com ex-participantes do processo formativo. Para Maria Teresa Freitas, a entrevista é uma produção de linguagem, na qual:

os sentidos são criados na interlocução e dependem da situação experienciada, dos horizontes espaciais ocupados pelo pesquisador e pelo entrevistado. As enunciações acontecidas dependem da situação concreta em que se realizam, da relação que se estabelece entre os interlocutores, depende de com quem se fala. Na entrevista é o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social (FREITAS, 2002).

Nesse sentido, a entrevista com Carmen teve o intuito de atentar sobre a sua experiência no processo com o FA!, mas também, sobre o lugar institucional que a educadora

representa. Também chamada de entrevista em profundidade, esta técnica visa analisar a cosmovisão da pessoa entrevistada, a qual deve estar no centro do “palco”, mas é influenciada pela interação com a pessoa que entrevista (GASKELL, 2002). A proximidade com Carmen é um fator que facilitou a entrevista, o fato de eu já conhecer bastante sobre sua visão de mundo e sobre suas práticas educativas e políticas, por ter vivenciado uma parte do processo do FA! com ela, e posteriormente ter mantido uma relação de amizade e também de certa forma, de aprendiz e mestra. Esse poder de influência da educadora (não só para mim, mas também para o FA!) representa uma questão bastante delicada.

Por sua vez, o grupo focal é uma técnica que tem por intenção catalisar a interação entre xs participantes, como afirma George Gaskell:

O objetivo do grupo focal é estimular os participantes a falar e a reagir aquilo que outras pessoas no grupo dizem. É uma interação social mais autêntica do que a entrevista em profundidade, um exemplo da unidade social mínima em operação e, como tal, os sentidos ou representações que emergem são mais influenciados pela natureza social da interação; ao do grupo em vez de se fundamentarem na perspectiva individual, como no caso da entrevista em profundidade (2002, p.75).

Os grupos focais tiveram semelhança com os encontros de autorreflexão que fazíamos no FA!, já que a proposta era refletirmos sobre a experiência que vivemos juntas, e também talvez tenhamos aprendido com esse processo um certo *modus operandi*. Fiquei mesmo em dúvida se denominaria esses encontros de grupos de focais ou de grupos de reflexão, mas devido ao princípio de sigilo sobre o que se é discutido na metodologia da autorreflexão, eu não poderia designar tais momentos da pesquisa dessa maneira, já que necessitava utilizar as falas das participantes para realizar meu trabalho.

Gaskell (2002) afirma que o grupo é mais do que a soma das partes, ele é uma entidade em si mesma:

A emergência do grupo caminha lado a lado com o desenvolvimento de uma identidade compartilhada, esse sentido de um destino comum presente quando dizemos "nós". Um grupo pode se subdividir em facções que confrontam seus próprios pontos de vista e opiniões. A interação do grupo pode gerar emoção, humor, espontaneidade e intuições criativas. As pessoas nos grupos estão mais propensas a acolher novas ideias e a explorar suas implicações. Descobriu-se que os grupos assumem riscos maiores e mostram uma polarização de atitudes - um movimento para posições mais extremadas. Com base nestes critérios, o grupo focal é um ambiente mais natural e holístico em que os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de suas respostas e comentam suas próprias experiências e as dos outros (GASKELL, 2002, p.75).

Desta maneira, a técnica do grupo focal se adequa a minha proposta de pesquisa, que visa acompanhar processos coletivos relacionados ao FA!. Os três grupos focais com as companheiras interlocutoras foram realizados em formato de círculo, de modo que todas

pudessem olhar umas para as outras, e sempre iniciados por uma explicação sobre as intenções da investigação.

Para a realização da entrevista e dos grupos focais, construí dois roteiros semiestruturados, muito semelhantes entre si. As respostas das interlocutoras não deixaram de ser direcionadas pelas perguntas feitas por mim, a partir desses roteiros que foram construídos tendo por base os objetivos da pesquisa de investigar a experiência de pedagogia feminista autorreflexiva e os aprendizados construídos com o grupo FeminismoAgora!, compreendendo a concepção pedagógica e as bases teórico-políticas da metodologia, descrevendo o seu processo educativo e observando os alcances e limites dessa experiência para transformações nas trajetórias de vida das participantes, engajamento, autonomia e auto-organização nos movimentos feministas.

A análise dos dados seguiu o método de análise de conteúdo, o qual busca identificar os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação, observando os significados da frequência de suas aparições, assim como a presença de contrapontos e dissensos. Para Martin W. Bauer (2002), a análise de conteúdo permite reconstruir cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos, produzindo inferências a partir dos textos analisados.

O autor defende que essa técnica atenta para as representações em duas dimensões principais: a sintática e a semântica. A sintaxe tem a ver com as formas de expressão, como as coisas são ditas: “a frequência das palavras e sua ordenação, o vocabulário, os tipos de palavras e as características gramaticais e estilísticas” (BAUER, 2002, p. 192). Ao passo que, a semântica é relativa ao que é dito, os temas ou conteúdos. Desta forma, na análise preservei as falas da forma como foram ditas na pesquisa de campo, e procurei atentar para a linguagem, as palavras, expressões, gírias. Atentei também para a repetição de determinados assuntos, e para as concordâncias e discordâncias entre as visões das interlocutoras.

Bauer (2002) afirma que a classificação e a codificação dos materiais da pesquisa são uma construção, que necessita do embasamento teórico trabalhado. Para o autor, “a construção de um referencial de codificação é um processo interativo” (BAUER, 2002, p. 199). Na análise dos dados desta pesquisa, identifiquei dois eixos principais em relação à experiência educativa do FA!: aprendizados e transformações, e relações de poder. Dentro desses eixos, dediquei oito tópicos para aprendizados e transformações, e três para relações de poder, no entanto, os dois eixos estão totalmente interligados. Já no fim da análise, dediquei um último tópico para refletir sobre o processo de autonomização e término do FA!.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE

5.1 O CAMPO: NÓS OUTRAS

A pesquisa acontece na cidade do Recife, onde há uma efervescência nos movimentos feministas e de mulheres em relevância regional e nacional. Atualmente, os movimentos feministas e de mulheres em Recife congregam organizações bastante consolidadas: Fórum de Mulheres de Pernambuco (que faz parte da Articulação de Mulheres Brasileiras e do qual participa o SOS Corpo), Marcha Mundial de Mulheres, grupos populares, redes, coletivos de mulheres negras, lésbicas, trans, antiproibicionistas, mães, artistas, instituições, ONGs e diversos coletivos de jovens feministas.

Diante desse cenário amplo e diversificado de organizações, é necessário situar a instituição fomentadora de tal formação, o Instituto Feminista para a Democracia SOS Corpo. A instituição faz parte – a níveis local, nacional, e internacional, respectivamente – do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), e da Articulação Feminista Marcosul (AFM), possuindo notável relevância em todos esses níveis. Seus trabalhos são voltados para as áreas da educação, pesquisa e comunicação, atuando fortemente com publicações feministas. A concepção política da organização parte da noção de um feminismo antissistêmico, isto é, um feminismo que luta contra os sistemas capitalista, patriarcal e racista.

Fundada em 1981, com o nome SOS Corpo Grupo de Saúde da Mulher, a organização atuava com foco em práticas de autocuidado e na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos. Após dez anos, a organização passou por uma reformulação no sentido de se identificar enquanto coletivo político-profissional ou organização político-profissional autogestionária, ao invés de grupo, e de assumir pautas mais amplas das relações de gênero, desenvolvimento, trabalho, mudando o nome para SOS Corpo Gênero e Cidadania. Recentemente, passou por uma nova reformulação, mudando o nome para SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, como bem explicou Silvia Camurça, integrante da instituição desde 1986, em entrevista realizada no mês de fevereiro de 2017:

Assumimos que só ter direitos nesta sociedade não era suficiente, era preciso transformar a sociedade mesmo. Coisa que a gente já sabia, mas não tinha assumido como causa institucional do coletivo. E assumimos que realmente a questão do poder era central no feminismo e que era muito importante se definir como instituto. E foi aí que a gente mudou pra Instituto Feminista para a Democracia, compreendendo instituto como uma organização política-profissional que institui

novas questões na sociedade na perspectiva do feminismo, que não tava ainda no nosso nome, e na perspectiva da democratização das relações sociais, tomando a democracia como uma forma geral de organização da sociedade.

O SOS Corpo trabalha com a metodologia da autorreflexão desde o seu início, quando se debruçava mais sobre a questão do autocuidado, da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, sendo referência na utilização desta ferramenta específica e em pedagogia feminista no geral. Ultimamente, a instituição vem retomando a autorreflexão, que vinha sendo posta de lado por metodologias participativas nos movimentos feministas e de mulheres. A formação política com o FeminismoAgora! faz parte desta retomada da autorreflexão nas práticas educativas do SOS Corpo. Minha pesquisa está inserida neste empenho de reflexão sobre tal prática educativa para os movimentos feministas.

5.2 CIRANDAS FEMINISTAS

O projeto Cirandas Feministas foi realizado pelo Instituto SOS Corpo, do ano de 2013 ao de 2015, com o financiamento da União Europeia, consistindo em formações político-pedagógicas junto a 13 grupos de mulheres da região metropolitana do Recife. O início do “Cirandas”, como passamos a chamar informalmente o projeto, se deu historicamente no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, num período em que estavam surgindo vários novos coletivos feministas no Brasil e também havia um boom do feminismo na internet. Na apresentação do livro “Cirandas feministas: experiências que se entrelaçam” – uma obra coletiva do resultado da sistematização da experiência dessas formações –, Carmen Silva (2016) pontua que o projeto surgiu a partir de uma reunião do instituto com o Sindicato das Domésticas e vários grupos populares para planejar uma ação que visava impulsionar a participação de mais mulheres nos processos de auto-organização em suas categorias e territórios.

As formações abrangeram seis municípios da região metropolitana: Recife, Olinda, Jaboatão, Paulista, Camaragibe e São Lourenço da Mata. A maior parte dos grupos envolvidos era constituída por mulheres periféricas, negras, adultas, com reduzida escolaridade e em situação de pobreza. Sendo assim, o grupo do qual eu participei, que posteriormente, denominamos FeminismoAgora!, destoava deste perfil socioeconômico, pois a maioria de suas participantes era de classe média, jovem, branca e universitária.

Alguns grupos do Cirandas possuíam uma trajetória consolidada, como o Coletivo de Mulheres de Jaboatão, Grupo Espaço Mulher (Bairro Passarinho – Recife), Grupo Cidadania

Feminina (Bairro Córrego do Euclides – Recife), Fórum de Mulheres de Paulista, grupos de mulheres de Camaragibe e o Sindicato das Domésticas. Também, participaram catadoras de material reciclável e mulheres de Olinda, através de parceria com o Coletivo Mulher Vida, Centro Nordestino de Medicina Popular e o grupo Mães da Saudade, do bairro de Peixinhos.

As formações com esses grupos, no entanto, contribuíram para novos processos de grupalização, incluindo sujeitas que ainda não estavam articuladas a movimentos feministas. Assim foram criados os grupos: Liberdade Vamosimbora, de Jardim Monte Verde, no bairro do Ibura (Recife), a partir de agentes de saúde que atuavam na comunidade; Coletivo de Mulheres Casa Lilás, de Lagoa Encantada, também no bairro do Ibura, com base na experiência de promotoras legais populares; Mulheres Atrevidas, de mulheres que vivem com HIV/Aids; Fórum de Mulheres de São Lourenço da Mata, cidade bastante impactada pelas obras da Copa do Mundo de 2014; e o FeminismoAgora! (SILVA, 2016, p. 8).

Carmen Silva (2016) ressalta que a pedagogia feminista ou “educação entre mulheres” tem sido um elemento central nas lutas dos movimentos feministas por direitos e resistência à Ditadura Militar desde a década de 1970, afirmando que os grupos feministas “se consolidaram como espaço de reflexão, também chamados grupos de auto-consciência, e com ações para sociedade” (SILVA, 2016, p. 9). A formação Cirandas Feministas teve três elementos chaves: acompanhamento sistemático aos grupos, curso de formação política feminista e formação em comunicação (Ibid, p. 11). Tive a oportunidade de participar de todos esses processos do Cirandas.

O acompanhamento é uma metodologia característica presente em diferentes campos da Educação Popular, que visa grupalizar mulheres em torno de seus desejos, necessidades e enfrentamentos. São realizadas oficinas a partir de questões chaves para a realidade das mulheres como trabalho, raça, violência, corpo, sexualidade, poder. Assim, as participantes constroem conhecimentos sobre a realidade em que vivem, podendo debater quais são suas prioridades de luta e formas de organização (Ibid, p. 11). O acompanhamento realizado com o FA! foi, do início ao fim, baseado na metodologia de autorreflexão feminista.

O curso de formação política Cirandas Feministas, de caráter imersivo, teve três edições, uma por ano, com quatro módulos cada uma, da qual participavam três integrantes de cada grupo. O conteúdo das atividades educativas do curso também foram as questões chaves trabalhadas no acompanhamento (trabalho, raça, violência, corpo, sexualidade, poder), contextualizadas nas condições das periferias da região metropolitana do Recife. Foram momentos de aprofundamento e troca de saberes, bem como de conhecer pessoas dos outros grupos.

A formação em comunicação trabalhou com a comunicação desenvolvida nos movimentos sociais, no sentido de fomentar ações dos grupos neste campo, e com a análise crítica da comunicação de massa. SILVA (2016, p. 12) aponta que as ações de comunicação encontraram “dificuldades de escrita e leitura de um grande número de mulheres dos grupos, o que exigiu realizar ações de comunicação possíveis e necessárias aos processos dos grupos populares”.

Eu acrescentaria às Cirandas Feministas um quarto elemento chave: a sistematização, pois trata-se de um importante momento de reflexão, organização e difusão dos conhecimentos gerados no processo político-pedagógico. A sistematização, recurso marcante das metodologias da Educação Popular, contou com várias oficinas em que as participantes trocaram vivências e contribuíram para os escritos umas das outras, o que resultou no livro “Cirandas feministas: experiências que se entrelaçam” (2016), publicado pela editora do SOS Corpo, contando também com textos das educadoras sobre suas experiências nas formações.

Sobre os propósitos da instituição com o projeto Cirandas, Carmen Silva afirma que pretendia-se impulsionar:

[...] uma rede de organizações de mulheres fortalecida, com capacidade de luta por direitos sociais, ação comunitária, comunicação, e que realizasse a necessária pressão popular sobre o poder público. Esperávamos também que os grupos de mulheres já existentes, e aqueles que fossem criados neste processo, se constituíssem como espaços de convivência e acolhida de outras mulheres; fizessem atividades educativas; organizassem as lutas locais e se integrassem às ações e lutas do movimento feminista como um todo (SILVA, 2016, p. 10).

Propósitos bastante arrojados e audaciosos, pois como diria a educadora “Não queremos muito, apenas transformar o mundo pelo feminismo” (Ibid, p. 7). Tais objetivos fazem parte das bases pedagógicas do projeto político-institucional do SOS Corpo, que visa uma ação educativa que não gere simplesmente o conhecimento pelo conhecimento, mas que proporcione a construção de aprendizados para o fortalecimento da ação política feminista transformadora (Id., 2010, p. 11). As intenções do Cirandas, em geral, estavam bastante focadas no estímulo à auto-organização de mulheres periféricas, como uma maneira de “impulsionar sua presença como sujeito nos processos de superação das condições nas quais se encontram” (Id., 2016, p. 10).

5.3 FEMINISMO AGORA!

O processo de acompanhamento que o SOS Corpo planejou a ser realizado com mulheres jovens foi iniciado em março de 2013, com uma primeira reunião numa terça-feira à noite, na sede do instituto. Assim como eu, várias companheiras, receberam de Carmen Silva um convite por e-mail que dizia o seguinte:

“Nós, do SOS Corpo, temos um convite pra você.

Estamos decididas a *investir na construção do feminismo entre as mulheres mais jovens*. Há anos batalhamos por isso, fizemos algumas coisas mas sempre sem ter recurso algum para viabilizar ações mais ousadas. Agora conseguimos um financiamento que pode ajudar a por esta decisão pra frente.

Te convidamos pra ajudar a pensar o que fazer. Fizemos um projeto de financiamento que garante uma certa abertura. Ele prevê ações de formação, comunicação, articulação e mobilização feminista. Podemos *apoiar grupos já existentes* e/ou construir um processo político com *mulheres jovens que estejam interessadas, mas que não participam em nenhum grupo*.

Se você tiver afim de pensar junto venha conversar conosco. Estamos chamando uma reunião com mulheres, jovens, que gostam do feminismo, sejam atuantes em grupos e movimentos ou não, para nos ajudarem a construir esta proposta e, se possível, se engajar nela.”

No conteúdo do e-mail, a educadora deixa explícito o propósito do SOS Corpo de “investir na construção do feminismo entre as mulheres mais jovens”, nos convidando para pensarmos juntas o que fazer e frisando que o projeto poderia contemplar tanto o apoio a “grupos já existentes” como a formação com mulheres que não participavam de nenhum grupo, mas que estivessem interessadas e/ou gostassem do feminismo. Na entrevista com Carmen, perguntei-lhe sobre o perfil pensado pelo SOS Corpo para as sujeitas da formação, o que ela apontou como sendo de mulheres jovens e estudantes. A educadora afirma, porém, que as interessadas que não estavam dentro dessas categorias puderam participar do processo. Carmen conta que a escolha destas categorias se deveu a uma avaliação dupla:

Por um lado, a gente percebia já há alguns anos um problema geracional grande no movimento feminista, no movimento feminista ao qual nós estávamos vinculadas, esse campo mais do feminismo autônomo, que era a ausência de mulheres jovens, era muito forte.

Por outro lado, havia uma percepção de que entre o ano de 2011 e o de 2013, começaram a surgir vários coletivos feministas de mulheres jovens em Recife³¹:

³¹ A socióloga Ana Cecília Nascimento Cuentro realizou em sua dissertação um mapeamento dos coletivos feministas surgidos entre os anos de 2011 e 2016 na Região Metropolitana do Recife. Segundo Cuentro, de 2011 a 2016 houve um “boom no surgimento de novos grupos e coletivos feministas no país, caracterizados por novas agendas/demandas e novos formatos organizacionais e de mobilização” (CUENTRO, 2017, p. 45). A autora

A gente percebeu essa mudança. E aí pensou que era interessante fazer esse chamado pra mulheres jovens que estivessem em coletivos, ou que não estivessem em coletivos, né, com uma perspectiva de fazer uma formação feminista baseado na experiência de autorreflexão. Essa possibilidade também foi dada porque a gente teve um financiamento que conseguiu liberar tempo pra isso, e condições. E a gente adotou para este grupo trabalhar especificamente metodologia de autorreflexão.

Além disso, Carmen afirma que a razão da escolha desse perfil “foi por nossa percepção do SOS de que havia um crescimento de simpatia para o feminismo no seio das mulheres jovens e estudantes e que era importante tentar juntar e contribuir para organização delas”. O SOS Corpo convidou “mulheres”³² dentro desse perfil, que participavam de coletivos ou que já haviam participado de outras ações do instituto. O convite foi feito, inicialmente, para um encontro em que foi explicado para nós educandas a proposta da formação. Tivemos espaço para discutir e dar sugestões sobre a mesma. Nós, participantes, ao longo do processo de formação, também pudemos convidar novas companheiras, numa espécie de método bola de neve, e algumas se aproximaram do processo formativo através de ações políticas desenvolvidas em conjunto.

A ideia de uma articulação política com jovens mulheres feministas da Região Metropolitana de Recife era central na concepção do projeto, como ressalta Sophia Branco (2014), ex-participante do FA! e autora da publicação “FeminismoAgora! Notas sobre um processo de reflexão e fortalecimento”. Nessa primeira publicação do FA!, ela faz uma análise de cada encontro temático do processo de formação em 2013, o primeiro ano. No texto “Sentir, pensar, agir”, publicado na sistematização sobre o projeto Cirandas Feministas, Carmen Silva reflete sobre a experiência vivida com o FA!. A educadora ressalta o contexto histórico e político em que foi realizada a formação:

Este processo pedagógico aconteceu nos sobressaltos da conjuntura, iluminada pelas jornadas de junho em 2013, previda pela ostensiva polarização política em 2014, e sufocada na onda conservadora anti-direitos e de crise institucional de 2015 que se alastra até hoje (SILVA, 2016, p. 145).

Apesar do intuito determinado pelo SOS Corpo de fortalecer os coletivos e articulações, e construir um espaço de debate sobre feminismo entre mulheres jovens, Sophia

concentrou-se em analisar grupos feministas apartidários, “que não compõem bases de movimentos feministas nacionais ou setoriais de movimentos mistos [...], auto-organizados por mulheres cis-sexuais, transexuais, pessoas afeminadas e não-binárias, e de feministas jovens” (Ibid, p. 45). O seu trabalho foi focado nos seguintes grupos: Coletivo Marcha das Vadias Recife, Coletiva Feminista Diadorim, Coletivo Periféricas, Colativa, Ou Vai Ou Racha e Faça Amor, Não Faça Chapinha, porém também traz informações sobre outros coletivos como: Cabelação PE, Vaca Profana, Poder Feminino Crew (PFC), Coletivo Mães Feministas Ranússia Alves, Coletivo Ocupe Sapatão e Coletivo FEMME.

32 Coloco entre aspas porque a categoria mulheres é utilizada pelo SOS Corpo, porém nem todas as sujeitas da formação se identificam desta forma.

diz que “pouco ou quase nada estava definido” (BRANCO, 2014, p. 8). No segundo encontro, que aconteceu na manhã e na tarde de um sábado, na sede do SOS, a ideia era que nós conhecêssemos umas às outras e os coletivos e grupos que participávamos. A ex-integrante Bocão, que participou do segundo grupo focal da pesquisa de campo, descreve da seguinte forma esse encontro:

Parecia uma coisa meio surreal assim, que você entrava numa sala aí tinha 30 mulheres assim "vráá!". [...] Aí tinha as criança no meio, *um quadro, um bocado de informação*. [...] *Aí tinha mulher que ficava constrangida porque tava começando agora*, aí falou sobre isso. *Aí tinha outras que tinham um currículo do caralho* assim que cicloativista, num sei o quê, num sei o quê, num sei o quê! *Não tinha nem espaço pra tudo*. Aí eu acho que foi bem massa assim esse impacto inicial de terem várias mulheres querendo pensar e se articular politicamente, né. E aí foi por aí que eu entrei.

Bocão recorda do impacto que sentiu ao ver tantas mulheres reunidas e cita “um quadro” com “um bocado de informação”, referindo-se a uma técnica utilizada no segundo encontro para fazer uma espécie de diagnóstico do contexto socioeconômico e político das participantes. A companheira lembra que algumas mulheres se sentiram constrangidas porque não tinham experiência de militância, enquanto que outras tinham uma experiência extensa na área. Sophia Branco (2014) também fala sobre essa questão:

Me recordo do nervosismo que senti - depois, ao partilhá-lo com outras companheiras, descobri que não atingia apenas a mim – na primeira grande reunião de apresentação, quando tivemos que, em pé, nos apresentarmos às colegas. Nesta apresentação preenchemos cartelas coloridas onde deveria constar onde morávamos, como nos enquadrávamos profissionalmente e como nos articulávamos politicamente. [...] Na altura, eu estava desempregada e não acumulava na minha trajetória nenhum tipo de envolvimento em articulações políticas (BRANCO, 2014, p. 13).

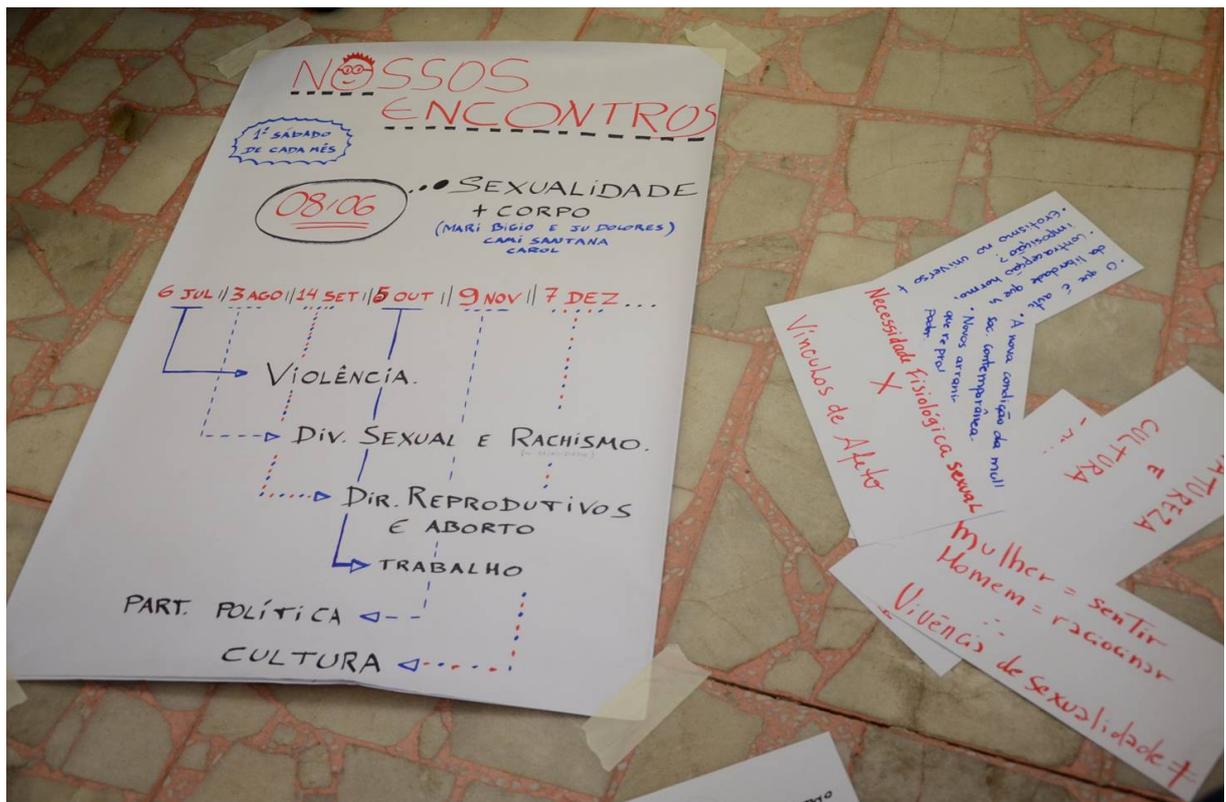
A companheira relata ainda que neste encontro decidimos que iríamos fazer reuniões mensais, sempre aos sábados (manhã e tarde), pois era o dia da semana que a maioria de nós tinha mais tempo para mergulhar na formação. Nos dois primeiros encontros, nós educandas colocamos bastante a necessidade de trazer a dimensão artística, lúdica e leveza para aquela experiência educativa. Sendo assim, foram pensadas duas comissões, uma pedagógica e outra artística-cultural, para planejarem os encontros em conjunto com as educadoras Carmen e Mércia (inicialmente Mércia também acompanhou o processo, mas depois apenas Carmen seguiu conosco). A ideia era que a cada encontro as comissões fossem compostas por diferentes integrantes, o que seria uma tentativa de construir coletivamente a formação.

No primeiro ano, estiveram envolvidos na formação os seguintes grupos: Além do Arco-íris, Benditas, Cine Vila, Cineclube Fazendo Milagres, Coletivo de Jovens Feministas,

Flores Crew, Labris, Levante Popular da Juventude, Coletivo Marcha das Vadias Recife, Ou Vai Ou Racha e Rede Ecumênica da Juventude (BRANCO, 2014, p. 12). Porém o FA! sempre foi um grupo flutuante: algumas pessoas que entraram logo no início da formação foram até o final, outras pararam pela metade, já outras entraram mais no fim, e havia também as que iam de vez em quando. Partiu de nós educandas uma discussão sobre a participação ou não de homens na formação, e foi acordado que não, uma vez que queríamos criar um espaço em que “nos sentíssemos confortáveis para expor questões íntimas e delicadas e onde houvesse cumplicidade e sigilo” (BRANCO, 2014, p. 11).

No terceiro encontro, que aconteceu na sede da ONG Gestos, pré-definimos quais seriam os temas a serem trabalhados nos meses seguintes de 2013, os quais tinham a ver com nossas inquietações individuais e coletivas e ao mesmo tempo estavam relacionados com as lutas feministas e com as ações dos grupos envolvidos (BRANCO, 2014, p. 10).

Imagem 2: Nossos Encontros



Fonte: Elaboração própria

Já a publicação do FA! escrita por Sophia Branco traz um quadro explicativo do que planejamos e do que realizamos em 2013 e começo de 2014:

Imagem 3: Quadro com planejamento e execução dos encontros do FA!

JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
08/07	06/07 - 13/07	03/08	04/09 - 21/09
Corpo e Sexualidade	Violência Part. Política	Diversidade e Lesbianidade	Direitos Reprod. e Aborto
OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JAN - FEVEREIRO
05/10	09/11	-	12/02/2014
Trabalho- Direitos Reprod. e Aborto	Part. Política Racismo	Cultura: ato artístico Trabalho	Avaliação

- 12 -

As datas e temas riscados sinalizam as mudanças ocorridas durante o processo.

Fonte: BRANCO, 2014.

Os encontros começavam com uma animação cultural ou dinâmicas de integração, e seguiam com as oficinas de autorreflexão sobre o tema do dia, almoçávamos juntas (havia um recurso do projeto destinado para a alimentação) e à tarde fazíamos o debate teórico-político. Essa estrutura dos encontros foi lembrada por Perigosa, uma das interlocutoras do terceiro grupo focal³³:

inicialmente era uma coisa mais vivencial, né, digamos assim, uma dinâmica. Tinha o tema, já lançava o tema, aí fazia toda a roda de reflexão a manhã inteira. E à tarde sempre tinha o momento da gente estudar, fazer relação da teoria com o tema, aprofundar, mas também em grupo, também falando, também participando.

No final, partilhávamos encaminhamentos sobre o grupo e quanto à participação em atividades de movimentos sociais, bem como, divulgávamos ações de nossos coletivos e discutíamos os desafios e conquistas de ações passadas. Entre uma reunião e outra, compartilhávamos textos, vídeos, poemas e comentários numa lista de e-mails para ir instigando a discussão sobre os temas. Carmen Silva ressalta que no momento das oficinas de autorreflexão:

[...] cada uma era convidada a refletir sobre a sua experiência de vida a partir de uma questão provocadora [...] com depoimentos pessoais que exigiam de cada uma a capacidade de revisitar suas histórias de vida e suas ideias sobre estes elementos que circularam na roda (SILVA, 2016, p. 147)

Essas oficinas, em geral, eram acompanhadas por dinâmicas corporais ou materiais expressivos, na intenção de favorecer o deslocamento de opiniões preconcebidas, “potencializando a escuta e a entrega, e favorecendo a intensidade do momento vivido

33 Esta companheira escolheu para si o pseudônimo “Perigosa”.

coletivamente” (Ibid, p. 148). Por exemplo, no encontro que tivemos sobre Corpo e Sexualidade, em junho de 2013, a oficina de autorreflexão foi precedida de uma pintura individual com giz de cera. A orientação era de que a pintura fosse a expressão de uma reflexão sobre a forma como vivenciávamos nossa sexualidade. A pergunta geradora para o debate era “como é minha sexualidade?”, e também nos inspiramos na frase “pergunta se ela goza”, mote feminista que foi pichado pelas ruas de Recife no início da década de 80 pelo grupo Ação Mulher. Após o momento de autorreflexão, em que todas estaríamos livres para falar ou não, havia uma roda de elaboração sobre os aspectos coletivos das nossas vivências enquanto mulheres jovens. Para Carmen Silva (2016, p. 151), o método da autorreflexão formou “uma geração de feministas” e está sendo retomado e reelaborado “a partir das possibilidades atuais”.

Imagem 4: Corpo e Sexualidade (Programação do Encontro do FA!)

Corpo e Sexualidade	
<p><i>Programação do Encontro</i></p>	
<p>Data: 08.07.2013 Local: SOS Corpo Participantes: 15</p>	
MANHÃ	TARDE
<p>• Abecedário: dinâmica de integração</p> <p>Passar um objeto em círculo com uma música tocando, quando a música parar a pessoa que está com o objeto tem que escolher uma letra e responder às perguntas feitas pelo grupo com palavras que comecem com aquela letra</p> <p>• Oficina de sexualidade: pintura individual com giz de cera</p> <p>Exercício de reflexão individual: pensar sobre mim mesma e a forma como vivencio a minha sexualidade</p> <p>• Depoimentos: como é a minha sexualidade?</p> <p>Diálogo com todo o grupo</p> <p>• Roda de elaboração: “a sexualidade das mulheres jovens hoje é...”</p> <p>Reflexão com todo o grupo a partir das nossas experiências</p>	<p>• Dinâmica: dança da pegação</p> <p>Coreografia “bonita e gostosa”: cada uma faz um movimento no círculo e juntas fazemos os mesmos movimentos</p> <p>• Debate teórico-político:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Cochicho: pensar em dupla questões para debate e escrevê-las em cartelas 2) Formar blocos de questões que dialogam entre si 3) Debater as questões por blocos <p>• Fechamento: Fotografia</p> <p>Dinâmica em dupla: fotografar uma a outra</p>

Fonte: BRANCO, 2014.

Sobre a questão das nossas semelhanças e diferenças, Sophia Branco afirma:

[...] somos um grupo mais ou menos diverso. Vivenciamos o feminismo de formas diferentes e temos trajetórias de vida das mais diversas. Estas diferenças, desde o princípio, geraram um encantamento de umas com as outras, porque nos revelavam formas diferentes de pensar a vida e o feminismo. Por outro lado, *quase todas temos*

formação universitária ou estamos na universidade e a maioria está na área das humanidades. Isso, evidentemente, faz com que não representemos a juventude feminina feminista da RMR, e sim, uma juventude feminista específica (BRANCO, 2014, p. 8).

Nesse trecho, Sophia reconhece que o FA! era um grupo majoritariamente composto por mulheres jovens que tinham formação universitária ou estavam na universidade, e que por isso não representava a juventude feminista da Região Metropolitana do Recife, “e sim, uma juventude feminista específica”. Dentro dos movimentos feministas há vários conflitos quanto à questão do academicismo versus a militância. Nesse sentido, há uma reflexão feita sobre o entrecruzamento das categorias de classe, raça e escolaridade, isto é, sobre o perfil em geral de branquitude, privilégios econômicos e acesso à universidade. Trata-se de análises em relação às desigualdades existentes entre as próprias sujeitas dos movimentos feministas.

Nomeamos o grupo de FeminismoAgora!, esse nome foi dado inicialmente à nossa lista de e-mail, a qual estava vinculada ao SOS Corpo (feminismoagora@soscorpo.org.br). Ao longo de 2013, muitas de nós participamos de ações, como panfletagem nas ruas contra o projeto de lei conhecido por Estatuto do Nascituro, mobilizações de junho de 2013³⁴, construção da Marcha das Vadias, fizemos uma ação conjunta pela visibilidade lésbica na Parada da Diversidade, organização da saída do bloco Ou Vai Ou Racha, atuação no movimento Ocupe Estelita, sessões cineclubistas, o evento Floresendo Ideias, protagonizado por mulheres do hip hop etc.

No início de 2014, fizemos uma avaliação do primeiro ano, uma discussão sobre os rumos do FA! e uma chamada para novas interessadas em participar da formação/articulação com o FA!. Decidimos continuar com a mesma proposta de reuniões mensais, aos sábados, que seguiram acontecendo na sede do SOS Corpo. Para a já citada primeira publicação do FA!, que foi escrita por Sophia Branco, foi feita uma atividade com uma oficina de encadernação, em que cada integrante encadernou o seu próprio exemplar. Houve, também, encontros em outros espaços que não o do SOS, como foi o caso do encontro sobre direito à cidade, que aconteceu no acampamento do Ocupe Estelita.

Infelizmente, não há nenhuma sistematização sobre os encontros do FA! de 2014. No início de 2015, o grupo deixou de ser acompanhado com o apoio pedagógico e financeiro do SOS Corpo. Nesse período, dialogamos entre nós e definimos que íamos continuar com as reuniões de uma forma autônoma, sendo assim buscamos realizá-las em outros espaços,

³⁴ As chamadas “jornadas de junho de 2013” foram grandes protestos em várias cidades do Brasil, os quais tiveram origem em revoltas populares contra o aumento das passagens de ônibus. Com seu crescimento vertiginoso, o movimento ganhou pautas difusas, disputadas entre os setores políticos de esquerda e direita.

muitas vezes, em nossas próprias casas e passamos a ter que organizar a questão da alimentação.

Esse momento de autonomização do grupo foi bastante complexo, pois, não havia uma compreensão única de nossa identidade, se éramos ou não um coletivo, se queríamos realizar ações ou se queríamos focar mais na autorreflexão, se de fato conseguíamos nos tornar autônomas do SOS Corpo e vários outros conflitos internos. Havia vários desejos, muitas vezes, apontando para distintos caminhos. Todavia, realizamos alguns encontros com oficinas de autorreflexão sobre autonomia, autogestão, autodefesa, tentamos montar um grupo de estudos e um cineclube feministas (ambos tiveram apenas uma edição cada), contribuimos com ações de outros grupos, como o Ocupe Passarinho³⁵.

Ainda no início de 2015, numa das últimas reuniões da formação com o SOS Corpo, decidimos que íamos realizar uma segunda publicação do FA!, desta vez, uma revista que seria uma obra coletiva. A publicação da revista do FA! foi custeada pelo SOS Corpo, e também em parte seu lançamento. O instituto firmou conosco este último compromisso financeiro, já que havia ainda uma verba do projeto Cirandas. A seguir, a citação de um trecho do editorial:

Em 2015, decidimos fazer nossa segunda publicação, na qual cada uma contribuiria da forma que desejasse, com textos e imagens livres. As autoras poderiam ser ou não do coletivo e a única linha a ser seguida seria a reflexão feminista. Com isso pretendemos compartilhar um pouco dos nossos processos enquanto mulheres e coletivo feminista, jogando nossas vivências e ideias no mundo e assim podendo estabelecer um mais contato com companheiras locais e de vários lugares.

O lançamento da revista do FA! aconteceu em conjunto com o do livro “Perifeminas II” da Frente Nacional de Mulheres do Hip Hop, em fevereiro de 2016. O evento foi por nós denominado Impressões Feministas e contou com apresentações musicais de grupos protagonizados por mulheres como as bandas Casas Populares da BR 232 e Poder Feminino Crew (PFC), além de bar das vadias (organizado pelo coletivo Marcha das Vadias Recife), brechó etc. Na reunião de avaliação do lançamento, apesar de tudo ter corrido muito bem no evento nossos conflitos internos pipocaram. A reunião seguinte foi então a de nossa decisão coletiva de não levar mais adiante o grupo.

35 O Ocupe Passarinho é um movimento do bairro Passarinho, localizado numa região limite entre os municípios de Recife e Olinda. O movimento é protagonizado principalmente por mulheres do bairro, que lutam contra o descaso do poder público e pelo acesso a direitos e políticas para a localidade e sua população. O Espaço Mulher é um importante grupo feminista que atua no bairro, faz parte do FMPE e atua nas mobilizações do Ocupe Passarinho.

Imagem 5: Divulgação do evento Impressões Feministas



Fonte: Acervo próprio.

Imagem 6: Fotografias das publicações do FA!



Fonte: Elaboração própria.

5.4 TRABALHO DE CAMPO

*Abacateiro serás meu parceiro solitário
 Nesse itinerário da leveza pelo ar
 Abacateiro saiba que na refazenda
 Tu me ensina a fazer renda que eu te ensino a namorar
 Refazendo tudo
 Refazenda
 Refazenda toda
 Guariroba
 (Gilberto Gil, Refazenda)*

Inicialmente, eu iria pesquisar vários movimentos, coletivos e instituições feministas, e/ou de mulheres, do Recife (e região metropolitana) que utilizam ou utilizaram a autorreflexão em suas formações político-pedagógicas. Na pesquisa exploratória realizei um mapeamento, no qual identifiquei 7 grupos: SOS Corpo, Loucas de Pedra Lilás, Ogbon Ayé,

Grupo Curumim, Coletiva Feminista Diadorim, Marcha das Vadias Recife e Coletivo Mulher Vida. Elaborei algumas perguntas e enviei por e-mail para as participantes destes grupos, porém apenas uma integrante das Loucas de Pedra Lilás encaminhou as respostas por escrito.

Foi necessário repensar a metodologia exploratória, então tive conversas informais sobre o tema com uma integrante da Diadorim (pessoalmente) e outra do Ogbon Ayé (por telefone), e fiz entrevistas com uma membra do SOS Corpo e com outra do Coletivo Mulher Vida. Nessas conversas e entrevistas, as interlocutoras apontaram outros grupos que provavelmente também se utilizam da autorreflexão: o Grupo Mulher Maravilha e a Casa de Passagem. O campo mostrou-se muito rico, porém muito diverso, e então decidi me debruçar sobre algo mais próximo, a experiência de formação autorreflexiva no FeminismoAgora!.

O trabalho de campo foi realizado no segundo semestre de 2017 e as técnicas utilizadas foram: entrevista com a educadora que facilitou o processo educativo com o FA! e três grupos focais com algumas de suas ex-integrantes. Na entrevista com a educadora, o roteiro continha questões iniciais sobre a sua trajetória pessoal e política, ligação com educação feminista e com a metodologia da autorreflexão. Em seguida, pedi para que a educadora falasse sobre a concepção político-pedagógica do SOS Corpo; o que motivou o instituto a realizar uma formação com mulheres jovens e o que se pretendia com isso; o sentido da autorreflexão para o FA!; aprendizados e transformações que ela percebia na vida das participantes e na sua própria vida; construção da identidade feminista, relações de poder e impacto da formação para engajamento e autonomia das participantes e de seus coletivos. Além desses temas, outros surgiram no momento da entrevista, a partir de reflexões que eu vinha fazendo pessoalmente sobre, por exemplo, a diferença entre grupos de autorreflexão com e sem a facilitação de uma educadora, entre outros.

A entrevista com Carmen, a educadora, aconteceu no dia 10 de agosto, à tarde, na sede do SOS Corpo, na mesma sala onde outrora aconteciam os encontros do FA!. Carmen tem 53 anos e vem de uma família de classe popular de São Luiz do Maranhão, sua cidade natal. Começou sua trajetória política muito jovem e participou de vários movimentos, sempre se envolvendo com a parte de formação política, baseada na educação popular.

Carmen recorda que seu primeiro contato com o feminismo foi através de uma atividade de autorreflexão com a linha da vida, da qual participou durante um seminário estadual, no Maranhão, contra grandes projetos da Vale do Rio Doce e da ALCOA (indústria multinacional de alumínio), no começo da década de 80. Neste seminário, Ieda Batista, uma professora do serviço social que possuía um trabalho de muito tempo com mulheres rurais e participava do grupo feminista Mulheres da Ilha, facilitou a vivência:

conheci então o que era a metodologia de linha da vida, e como ela poderia impulsionar a autorreflexão. Foi aí que eu conheci o feminismo, aí depois disso eu fui estudando, e também na universidade, não era de nenhum grupo de mulheres, na época não tinha nenhum grupo de mulheres, mas a gente que era do movimento estudantil promovia seminários sobre a questão da mulher. Chamava-se "a questão da mulher" (risos).

Quando trabalhou no Instituto Cajamar (SP), conheceu mais profundamente a metodologia da autorreflexão em momentos de formações internas com educadoras da equipe. Em 2003, fez uma seleção e começou a trabalhar no SOS Corpo, e lá se encontra até hoje. Vinculando-se ao SOS Corpo, assumiu os desafios da organização para efetivar os trabalhos de educação feminista tanto com grupos populares (incluindo grupos de jovens), quanto com categorias de trabalhadoras. Carmen destacou momentos de autorreflexão em formações do instituto com mulheres sindicalistas e jovens de bairros periféricos no início dos anos 2000.

Desde aí houve um período em que o SOS Corpo, e ao que parece o movimento feminista no geral, deixou de utilizar a metodologia, que era bastante presente no início da organização. Carmen sinaliza que a autorreflexão vem sendo retomada nos últimos anos, devido a uma avaliação coletiva sobre sua importância para o movimento feminista:

De uns tempos pra cá a gente foi discutindo, avaliando os prejuízos da ausência de autorreflexão no movimento, a dificuldade da formação feminista pessoal, de um engajamento mais consistente, por falta desse espaço de autoformação feminista. Aí a gente retomou essa possibilidade [...] A gente aqui no SOS alavancou essa discussão mais por necessidade, por a gente ver como o movimento feminista tinha adotado mais uma perspectiva de metodologias participativas e um pouco largado a metodologia de autorreflexão de lado.

Nos anos de 2007 e 2008, o SOS Corpo promoveu uma formação chamada “Feminismo da Intenção ao Gesto”, a partir da qual algumas educandas formaram um coletivo de lésbicas chamado Labris e outro com grupo “mais majoritário”, porém os dois não existem mais. A avaliação da equipe foi de que o “modelo curso” não havia propiciado a grupalização das educandas. A formação seguinte elaborada pelo SOS Corpo foi o Cirandas Feministas, na qual Carmen facilitou o processo educativo com o grupo que viria a ser chamado FeminismoAgora!.

O roteiro aplicado com as companheiras interlocutoras foi muito semelhante ao que apliquei com a educadora. Como optei por uma técnica de grupo, não aprofundei na trajetória pessoal e política de cada participante, no entanto, cada uma teve seus momentos de fala, em que colocou como foi a sua experiência com o FA!. Pois a intenção era proporcionar momentos de *reencontro*, em que discutíssemos em grupo, entre pessoas que participaram de

uma mesma experiência educativa, sobre o que vivemos juntas. As questões desse roteiro versavam sobre: como foi a participação no processo de formação do FA! para cada uma; os aprendizados e transformações; relações de poder; questões pessoais e políticas envolvidas; engajamento e autonomia.

Para realizar os grupos focais enviei primeiro um e-mail para as companheiras que se envolveram de forma mais permanente na formação do FA!, explicando qual era a ideia de minha pesquisa, perguntando se elas concordavam com a sua feitura, e se as respostas fossem positivas, se elas tinham interesse em nos encontrarmos para conversar sobre aquela experiência. Todas que responderam disseram que estavam de acordo com a concretização da pesquisa e se mostraram dispostas a participar. Como a ferramenta do e-mail atualmente está caindo em desuso, algumas companheiras poderiam não ter visto a mensagem. Tendo isso em mente, comuniquei-me também através do whatsapp e do messenger do facebook.

Nesse momento, eu ainda não tinha decidido qual técnica de construção dos dados³⁶ iria utilizar, pensava em talvez mesclar grupo focal e entrevistas. Mas o campo foi estabelecendo os caminhos possíveis para a pesquisa. As companheiras foram respondendo às mensagens e fomos tentando marcar um encontro. Houve algumas tentativas foram canceladas, sempre a questão das datas e dos horários era problemática. A maioria delas preferia que acontecesse algum dia de semana à noite ou nos finais de semana, por conta de seus horários de trabalho. Eu preferia que acontecesse nos finais de semana, para termos mais tempo e mais calma para conversar. Eu não tinha muita ideia de quantas pessoas iriam participar, nem de quantos grupos iriam ser feitos. Apesar de ter a preocupação de que o conjunto das pessoas que participassem representasse os distintos grupos e perfis que estiveram envolvidos no FA!, isso não dependia só de mim, dependia sobretudo do interesse e da disponibilidade das sujeitas. No entanto, esforcei-me para contornar conflitos internos, realizando diferentes encontros em contextos diversos.

A minha ideia em utilizar grupos focais com as companheiras do FA! era a possibilidade de refletirmos coletivamente sobre a experiência de autorreflexão que havíamos vivido em conjunto, e acabou sendo a opção escolhida. Apliquei em conjunto um questionário, no qual inseri questões sobre idade, classe social, raça/cor, identidade de gênero, orientação sexual, estado civil, filhxs, escolaridade, bairro, situação de moradia, profissão, trabalho, renda e participação política. Muitas dessas questões foram abertas para que as

³⁶ Utilizo o termo construção dos dados, ao invés de coleta, uma vez que parto de uma perspectiva epistemológica que se contrapõe ao positivismo, ou seja, à ideia de que a ciência apreende a realidade como uma verdade objetiva. Da perspectiva que parto, a pesquisa constrói os dados, e não os coleta. Os dados são construídos por mim, através da elaboração de perguntas e no diálogo com minhas interlocutoras.

interlocutoras ficassem mais livres para responderem de suas formas. Pedi permissão tanto na entrevista como nos grupos para gravar as conversas em meu celular, sendo as respostas todas positivas. Do mesmo modo, levei em todos os momentos do campo os termos de consentimento livre e esclarecido, dos quais disponho em meus arquivos assinados por todas.

Nesses momentos, eu estava participando tanto como pesquisadora/mediadora quanto como ex-integrante do grupo, de forma que também compartilhei minhas impressões e minhas vivências com as companheiras. Não utilizo minhas próprias falas para análise nesta dissertação, mas me sinto muito representada pelas de minhas companheiras. Por conta de questões éticas da pesquisa (para evitar demasiada exposição), optei por utilizar nomes fictícios para as sujeitas, os quais foram escolhidos por cada uma delas. Já Carmen avaliou que não havia sentido em utilizar nome fictício, uma vez que o seu trabalho enquanto educadora do SOS Corpo e na experiência com o FA! é público.

O primeiro grupo focal aconteceu em minha casa no dia 12 de agosto, um sábado (dois dias depois da entrevista com Carmen) e teve a participação de três ex-participantes do FA!: Clara Zetkin, Ventania e Iracema³⁷. No período do trabalho de campo, Clara Zetkin³⁸ tinha 36 anos, identificou-se como mulher cisgênero³⁹, de classe média baixa, bissexual, casada, graduada em serviço social pela UFPE, integrante do movimento Levante Popular da Juventude, residente de uma casa própria no bairro da Tamarineira, onde vive com o marido. No momento da pesquisa, estava desempregada e não possuía renda própria, estando a renda do seu grupo doméstico entre 2 a 4 salários mínimos⁴⁰. No quesito raça/cor, Clara se definiu da seguinte forma “negra (afirmação política)”. A companheira interlocutora afirma que foi convidada logo no início para a formação com o FA!, quando era do diretório acadêmico do curso de serviço social. Ventania tinha 27 anos, racialmente identificou-se como parda, de classe média baixa, mulher cis, bissexual, solteira, integrante do coletivo da Marcha das Vadias Recife, cursando o mestrado em sociologia na UFPE (com bolsa), moradora do bairro da Várzea, numa casa em que divide o aluguel com uma amiga. Sua renda pessoal está entre 1 e 2 salários mínimos, e a renda de seu grupo doméstico está entre 2 e 4. Ventania chegou no FA! à convite da companheira Bocão, no momento em que o grupo estava se autonomizando em relação ao SOS Corpo. Iracema tinha 27 anos, identificou-se como branca, de classe

37 Ver tabela nos anexos com os dados das participantes dos grupos focais.

38 Todos os nomes das companheiras do FA! são fictícios.

39 Cisgênero, ou apenas “cis”, é um termo utilizado para denominar pessoas que possuem a identidade de gênero em concordância com as características atribuídas socialmente ao seu sexo biológico de nascença. Pode ser compreendido como o oposto do transgênero.

40 Na época da pesquisa de campo, o valor do salário mínimo era de R\$ 937,00.

média, mulher cis, heterossexual, solteira, também cursando o mestrado em sociologia (com bolsa), moradora do bairro do Poço da Panela, onde divide o aluguel com 2 amigxs. Sua renda está entre 1 e 2 salários, e a do grupo doméstico entre 2 e 4. Iracema chegou ao FA! no início da formação, à convite meu e de outra companheira.

A conversa começou na sala da minha casa, alimentada por pão integral, e terminou na cozinha, com café e queijo de minas. Eu estava um pouco nervosa para que tudo saísse bem, estava apegada ao roteiro que havia construído e queria que todas as suas questões fossem respondidas pelas companheiras. Também estava preocupada com a hora, mas deixei que a conversa fluísse.

O segundo grupo aconteceu no dia 16 de setembro, um sábado à tarde, nos encontramos no 2º andar do Museu Afro Rolando Toro, no Recife Antigo. Consegui este espaço através da companheira de mestrado e de Geperges Lúcia Helena, que coordena o espaço e lá dá aulas e vivências de biodança. Estava me comunicando com as ex-companheiras do FA! através do e-mail, mas criei um grupo de whatsapp com as que haviam confirmado a participação nesse segundo encontro para facilitar o diálogo, o qual foi desativado após a ocasião. Organizei um almoço e um lanche para que não houvesse nenhum problema nesse sentido, encomendei uma refeição a minha irmã Raquel, que também me ajudou a tomar nota das conversas do grupo. A sala era ampla, de piso de madeira, pé direito alto, janelas grandes, onde acontecem aulas de dança. Fomos chegando aos poucos, almoçando, conversando. Depois sentamos todas no chão em círculo, distribuí os questionários e termos de consentimento para serem preenchidos e assinados.

Em seguida começamos a rodada de conversa, que contou com a participação de Elisabeth, Carminha, Bocão e Joana. Elisabeth tinha 22 anos, se identificou como branca, de classe média, mulher cis, sexualidade não definida, solteira, cursando uma pós-graduação em cinema na Universidade Católica, moradora da Tamarineira, na casa da família, onde vive com a mãe, o pai e a irmã. Elisabeth é jornalista, mas estava desempregada e consequentemente sem renda. A renda de seu grupo doméstico está entre 2 e 4 salários. A participante chegou no FA! através do convite de Carminha, sua irmã, no segundo ano da formação. Carminha tinha 23 anos, se identificou como branca, de classe média, mulher cis, heterossexual, solteira, cursando uma pós-graduação em direito social e políticas públicas na Universidade Católica. É assistente social, porém, assim como a irmã Elisabeth, estava desempregada e residindo na casa da família. Foi convidada para o FA! por uma amiga, no início da formação. Bocão tinha 28 anos, se identificou como branca, de classe média, mulher cis, bissexual, solteira, mestra em sociologia pela UFPE, residente do bairro de Casa Amarela,

onde divide aluguel com uma amiga. A renda da interlocutora era de menos de um salário, e a de seu grupo doméstico, entre 1 e 2 salários. Bocão se afirma enquanto pesquisadora e educadora, mas reitera que “faz de tudo”. Foi convidada para o FA! através de e-mail enviado pelo SOS Corpo. Joana tinha 27 anos, se identificou como negra, de classe média, mulher cis, heterossexual, solteira, cursando o mestrado de antropologia na UFPE (com bolsa). Joana reside em Boa Viagem, na casa da família, onde mora com o pai, a mãe e a irmã. Sua renda está entre 1 e 2 salários, e a do grupo doméstico, acima de 4 salários. Joana foi convidada para o FA! por sua irmã, e elas entraram juntas no segundo ano da formação.

O terceiro grupo focal aconteceu no dia 29 de setembro, uma sexta-feira no começo da noite, na casa de uma das participantes, na comunidade do Sítio do Berardo, bairro da Madalena. Criei também um grupo de whatsapp para esse encontro. Quando estávamos eu e a anfitriã esperando as outras companheiras chegarem, falei sobre a questão do codinome e ela brincou dizendo que o seu ia ser “Perigão”. Depois que as meninas chegaram, todas gostaram e entraram na brincadeira. Participaram quatro companheiras, que se autodenominaram Perigão, Perigosa, Perigótica e Perigay.

Perigão tinha 38 anos, identificou-se como negra, pobre, mulher cis, lésbica, solteira, pós-graduada em política de igualdade racial para o ambiente escolar pela UFRPE. Reside na comunidade Sítio do Berardo (bairro da Madalena), sozinha, numa casa alugada. É integrante do FMPE, professora infantil da rede municipal de Recife e sua renda está entre 2 e 4 salários. Perigão entrou no FA! a partir da organização de uma ação de visibilidade lésbica na Parada da Diversidade de 2013. Perigosa tinha 28 anos, se identificou como branca, de classe média baixa, mulher cis, bissexual, solteira, mestra em antropologia pela UFPE. Reside na Iputinga, onde divide o aluguel de uma casa de familiares com a irmã Perigótica. A participante é psicóloga, estava trabalhando como pesquisadora, e sua renda era inferior a um salário. Perigótica tinha 26 anos, identificou-se como negra, de classe média baixa, mulher cis, bissexual, solteira, também mestra em antropologia pela UFPE. Estava trabalhando como assistente de pesquisa no IBGE/UNB, e sua renda pessoal e de grupo doméstico estava entre 2 e 4 salários. Ela e a irmã faziam parte do coletivo Além do Arco-íris na época em que se iniciou a formação do FA!, da qual participaram no primeiro ano. Perigay tinha 31 anos, no quesito raça/cor respondeu que é “socialmente aceita como branca”, identificou-se como da classe trabalhadora, de identidade de gênero não binária, bissexual, solteira, pós-graduada em direitos humanos pela UFPE. Reside no bairro da Várzea, onde mora só, pagando aluguel. Trabalha como educadora social e sua renda é de um salário mínimo. Perigay foi convidada

pelo SOS Corpo para participar do segundo ano formação do FA!, quando fazia parte do Fórum de Mulheres do Agreste.

Nomeamos esse grupo de discussão de Perigão e mantivemos o grupo do whatsapp, que está ativo até hoje com esse mesmo nome. Esse terceiro encontro foi mais objetivo, eu havia recebido críticas a algumas perguntas e já estava com algum domínio do roteiro, de forma que pude reformular e juntar algumas questões que separadamente estavam repetitivas.

Após o terceiro grupo, percebi que deveria encerrar o trabalho de campo, pois os dados levantados já davam conta da proposta do trabalho do mestrado. Havia feito uma entrevista com Carmen, que durou uma hora e trinta minutos, e três grupos de discussão, os quais contaram com a participação de onze ex-integrantes do FA! e resultaram em mais de seis horas de gravação. Transcrevi todo o material, que contabilizou noventa e uma páginas. Enviei para todas as transcrições dos momentos de que participaram, mas poucas me deram algum retorno. Gostaria que outras companheiras tivessem colaborado com a pesquisa, pessoas que eram centrais para o desfeito grupo e também pessoas que estavam mais às suas margens, no entanto, considero que as sujeitas envolvidas compõem um quadro representativo da experiência do FA!.

5.5 ANÁLISE DOS DADOS DA ENTREVISTA E DOS GRUPOS FOCAIS

5.5.1 Aprendizados e transformações

*Ambos sabiam que esse era um grande passo dado na aprendizagem.
E não havia perigo de gastar este sentimento com medo de perdê-lo
porque ser era infinito, de um infinito de ondas do mar.*

(Clarice Lispector, Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres, 1998)

O material que resultou da discussão com as interlocutoras sobre os aprendizados construídos e das transformações desencadeadas na experiência de formação autorreflexiva do FA! é vasto, multifacetado e os temas que surgiram são provenientes das reflexões que elas trouxeram. Como pesquisadora, me vi, e me vejo, muitas vezes surpresa (e como não dizer emocionada?) diante de suas considerações e da profundidade de suas falas.

É interessante observar que em cada grupo focal surgiram temas específicos. Por exemplo, no grupo 1, as três participantes falaram do FA! como um “divisor de águas”, um

“marco” ou uma “experiência transformadora” em suas vidas, no sentido do contato com o feminismo ou com a metodologia da autorreflexão e o que isso gerou para cada uma delas. Já o grupo 3 (Perigão) foi o mais crítico em relação à experiência do FA! e concentrou-se em analisar as relações de poder. Essas semelhanças entre os posicionamentos das interlocutoras de um mesmo grupo focal remetem ao que George Gaskell (2002) fala sobre a dinâmica dos grupos focais de interação entre xs participantes, com o desenvolvimento de identidades compartilhadas e polarização de atitudes.

A questão dos aprendizados e transformações é bastante ampla, pois tais processos não estão separados da vida como um todo com seus vários contextos. No entanto, é possível observar que esse espaço, em conjunção com outros fatores, pôde catalisar encontros, mudanças, novas reflexões, sentidos e práticas. A companheira Joana, que participou do segundo grupo focal, trouxe a questão em sua fala:

Eu não vejo o processo, a autorreflexão e a proposta do FA! de autorreflexão e formação, digamos, da nossa autonomia, *eu não vejo ele como um processo isolado da minha vida assim. É, em que sentido? É, eu não sinto isso como uma pílula que eu tomei e “uhuu” me transformei. Não, eu sinto isso dentro de um contínuo assim, tipo, foi isso junto com um monte de coisa que faz eu ser quem eu sou hoje. [...] Mas sim, reconheço que o estar lá, o participar de um processo como esse, ele teve a sua importância sim, isso é, eu não nego.*

E que importância seria essa? A educadora Carmen fala que na experiência do FA! havia distintos “pontos de iniciação” no feminismo entre as participantes:

Algumas já chegaram feministas no FA!, já conheciam, algumas conheciam só teoricamente, mas outras já conheciam vivencialmente. E outras não tinham a menor noção, nem do que era feminismo, nem do que era movimento social, nem que existiam mulheres que faziam isso. Por exemplo, a gente pode ter uma companheira do FA! que termina o processo e que demonstra um forte engajamento no movimento, que faz estudos feministas, que tem uma perspectiva feminista no seu projeto de vida muito claramente definida, e parece então que o processo dela foi mais rico e maior do que o de outra que chega ao final do processo fazendo seus primeiros enfrentamentos em relação a sua própria autonomia, na vida familiar, pintando o cabelo de azul, tendo as suas primeiras experiências sexuais [...] Só que às vezes, para aquela pessoa que tá nessa perspectiva, esses dois anos do FA! foram uma *verdadeira revolução na vida*, e pra outra que já chegou em outro patamar, isso foi importante, mas pode não ter sido um elemento tão revolucionário na sua vida, né.

O entendimento acerca da “riqueza” do processo é então relativizado de acordo com o ponto de partida de cada uma, elas são consideradas revolucionárias em certas mudanças de atitude e os primeiros enfrentamentos diante de situações de machismo. Enquanto, algumas já tinham uma trajetória dentro do feminismo, em coletivos, estudos e pesquisas, outras estavam tendo ali o seu primeiro contato com o feminismo ou com movimentos sociais em geral.

A partir das falas das interlocutoras da pesquisa, pude identificar algumas questões trazidas por elas como aprendizados e transformações suscitadas na experiência vivida com o FA!. Ao todo, foram oito questões observadas: ser feminista, compreensão política das vivências cotidianas, pautas do feminismo, aprender a ouvir e a se colocar, uma outra lógica de movimento, corpo e sexualidade, contato com um feminismo maior e engajamento. Alguns desses temas são mencionados por várias companheiras, outros são levantados por poucas ou apenas uma, e alguns assuntos encontram discordâncias entre as participantes, o que busco demonstrar ao longo do capítulo. Tais aprendizados e transformações estão relacionados a outros assuntos como auto-organização e relações de poder, que serão trabalhados em seguida, no entanto, a título analítico julguei necessário fazer estas divisões, sem deixar de considerar as interfaces entre os temas.

5.5.2 Ser feminista

“O feminismo tá junto, tá com você, é você!”

(Joana)

O aprendizado sobre o “ser feminista” foi trazido pelas interlocutoras Joana, Carminha, Elisabeth, Carmen, Clara Zektin, sendo contraposto por Bocão e problematizado por Perigão. Joana, participante do grupo focal 2, conta que foi no processo de autorreflexão do FA! que ela “se aprendeu feminista”:

Eu acho que *me aprendi feminista*, tipo, foi nesse espaço que eu acho que eu conheci um pouco, assim, *abri uma porta pra o mundo do feminismo*, assim. E a sensação que ia me dando era *"caramba, eu era feminista e não sabia"*, sabe? Várias coisas que eu já fazia, eu já pensava, mas não me dizia feminista, porque *sempre é tipo "ah, eu nunca li nada sobre isso, eu não posso me dizer assim"*. Mas aí, com os momentos, os temas que a gente ia discutindo [...] *eu percebia que eram temas muito assim, do meu cotidiano, da minha vida, da minha vivência, eram temas muito próximos de mim*. Falar sobre relações com homens, com pais, ou entre mulheres, autocuidado, classe. *São coisas que eu tava, vivo na pele, né*. Então foi, tipo assim, *o feminismo tá junto, tá com você, é você!* Assim, sabe, esse acho que é o grande aprendizado que o FA!, ele tipo inaugurou isso na minha vida, eu sinto isso assim, enquanto um espaço, um coletivo, foi com o FA!. E a partir dele eu tive vários desdobramentos em outros coletivos, em outros espaços que eu fui ocupando e pautando isso na minha vida.

Na mesma direção, Elisabeth, também do grupo 2, fala sobre o reconhecimento de si enquanto feminista, do aprendizado do que são ações de uma “pessoa feminista” e do sentido do “termo”:

A partir das reuniões você reconhece ações que você tinha, que até então eu tinha, e nunca pautei como "ah, *isso é uma ação de uma pessoa feminista* ou não", alguma coisa assim, do tipo. Então foi esse *conhecimento do termo*, do como é, e o *autorreconhecimento disso em mim*.

Carminha, igualmente do segundo grupo, endossa o que foi dito por Elisabeth e Joana no seguinte trecho: “Até no fato de enquanto feminista, tipo, é como tu falou, Joana, essa questão de ‘Ah, sou feminista porque...’ Sei lá, nem li tanta coisa, é como se a gente tivesse... Mas, enfim, *é mais do ser assim, que você faz, e não o que você sabe teoricamente*”. A fala das três aponta para a construção ou o reconhecimento de uma identidade feminista em si mesmas. Expressões como “autorreconhecimento disso em mim” e “eu era feminista e não sabia” assinalam uma identificação com o feminismo, a constatação de que poderia ter atitudes feministas anteriormente mesmo sem saber.

Joana diz que antes tinha uma ideia de que era preciso ter lido sobre feminismo para se afirmar feminista, e que foi percebendo que não, que “o feminismo tá junto, tá com você, é você”. As participantes também falam do feminismo como um processo contínuo, e dos temas trabalhados nos encontros como assuntos que dizem respeito a suas próprias vidas, ao seu cotidiano: “são coisas que eu tava, vivo na pele”. Joana relata que a partir da experiência do FA! teve desdobramentos em outros coletivos e começou a pautar o feminismo em vários espaços e na sua vida pessoal.

Para Carmen, o maior sentido da metodologia da autorreflexão nesta experiência foi de “cada uma tomar o feminismo para si”:

Então eu acho que o sentido maior foi de cada uma tomar o feminismo para si. Quer dizer, estar preocupada naquele processo como pessoa, *não pensando o feminismo como uma coisa para as outras, algo que eu aprendo, estudo, e isso me ajuda a explicar a situação das mulheres. O feminismo é também isso, mas é algo que diz respeito a nós todas como mulheres* e que é capaz de, vamos dizer assim, oferecer contribuições à construção de um projeto de vida autônomo.

Então, “tomar o feminismo para si” seria entender o feminismo como algo que tem a ver com “nós todas” como mulheres/afeminadas, e não algo que se estuda para explicar a situação das outras, como se só as outras fossem oprimidas. O estudo pode até fazer parte, porém o mais importante seria essa autorreflexão de si enquanto sujeita que está inserida em estruturas de opressão, e que, no entanto, tem a possibilidade de construir “um projeto de vida autônomo”.

No grupo 1, Clara Zetkin falou sobre a ideia que tinha sobre ser feminista e como ela foi se transformando: “Eu achava que o feminismo, que era muito uma questão muito burguesa, esse conceito. *Eu era pobre, então nunca ia ser feminista*, não sei o que lá. Aí no

feminismo, no FA!, *eu pensei ‘tem mulheres pobres que são feministas’*, você vai se aprofundando”. Previamente, a companheira tinha a ideia de que o feminismo era uma coisa burguesa, e como era pobre não poderia ser feminista. Obviamente essa ideia não veio do nada, é uma visão comum que tem a ver com determinadas práticas feministas, como o feminismo liberal, que possui uma perspectiva de igualdade baseada no individualismo e não propõe mudanças nas estruturas sociais. Clara, porém, afirma que com a formação se deparou com outra concepção de feminismo, na qual participam mulheres pobres e foi aprofundando o seu entendimento sobre a questão.

No grupo 3, Perigão falou sobre os seus processos de identificação e também de não identificação:

O que eu entendi ali dentro foi assim, que *eu já era feminista*. Mas que *as outras tinham muito mais teoria* e trazia assim pra o grupo. Isso era uma coisa muito interessante que eu senti assim, de continuar pra também eu ter o que discutir assim sobre feminismo. A troca, né, foi muito importante assim pra mim. Mas também um pouco conflituosa porque *eram realidades diferentes*. [...] Porque *eu me identificava muito com o feminismo, mas não me identificava muito com o grupo, sabe?*

A companheira afirma que a troca com o grupo foi importante, mas também, conflituosa, pois “eram realidades diferentes”, e diz que se identificava com o feminismo, mas não com o FA!. Em outra passagem, ela fala “não estava acostumada a, não sei se a realidade que eu falo, de classe também né, de nível acadêmico, que apesar de, eu já tinha concluído a graduação, mas eu não tinha tanta pesquisa assim relacionada a feminismo”.

Já Bocão, participante do grupo 2, trouxe um contraponto sobre a questão da “descoberta” do feminismo:

Pra mim não foi uma descoberta, né, eu já, já tava no rolê que era de movimento estudantil e de, indo e vindo, e tentando discutir essas questões, tinha entrado no coletivo da marcha [das vadias], então, *acho que essa descoberta do feminismo já tinha rolado assim na minha vida. Mas quando eu vi ali, era uma potência, né, tipo eram várias mulheres, e as mulheres que sabiam sobre feminismo, mulheres que não sabiam sobre feminismo, enfim.*

Bocão ressalta que para ela o FA! não foi o primeiro espaço feminista e afirma que enxergava a diversidade de experiências das participantes com o feminismo como uma *potência*. O grupo alvo da formação eram “mulheres” jovens e estudantes com participação ou interesse no movimento feminista, no entanto, algumas não eram tão jovens e havia as que participavam do movimento feminista, as que participavam de outros movimentos e as que não participavam, mas tinham interesse em integrar-se ao processo.

Todas essas falas trazem a questão da relação entre o FA! e a construção da identidade feminista. E o que é ser feminista? Para Carmen Silva (2010), a formação do sujeito feminista

está no centro da pedagogia do movimento, e a visão desse sujeito para a concepção político-pedagógica que vivemos é de quem busca “transformar o mundo transformando a nós mesmas”, como diria Guacira César de Oliveira (OLIVEIRA, 2007, n.p.)⁴¹. É interessante observar essa ideia teórica de feminismo que várias participantes relatam. Para ser feminista precisa ler teoria? A partir dos depoimentos é possível perceber que havia uma desigualdade em relação à apropriação de teorias e debates feministas entre nós integrantes. Talvez, o fato de o público da formação ter sido de estudantes tenha trazido com força essa valorização da teoria. Porém, há em suas falas o reconhecimento de que ser feminista tem a ver com *o que se faz*, isto é, com ações e atitudes, que se confundem com *o que se é*, ou seja, a identidade.

Para bell hooks (2013), a teoria do movimento feminista nasce do concreto, da própria experiência de vida das sujeitas. Trata-se de uma teoria que reivindica autonomia diante de uma ciência patriarcal, inclusive para servir a uma política também autônoma ao patriarcado, como é trazido por Maira Abreu (2014), com a ideia de “vécu” ou “vivido” dos grupos de reflexão do movimento de libertação das mulheres da França.

Várias autoras (HOOKS, 2017; SARDENBERG; 2011; SILVA, 2010) defendem que os grupos de reflexão nas décadas de 60 e 70 foram fundamentais para o movimento e para a construção de teorias feministas. bell hooks (2017), porém, faz uma interessante análise sobre o abandono da autorreflexão com a institucionalização do feminismo no universo acadêmico. Esse universo pode estar comprometido com as lutas, no entanto, ocupa muito fortemente um lugar de poder em sociedades em que o acesso aos estudos é tão difícil. Desta forma, são percebidos alguns tensionamentos nas falas das companheiras em relação às desigualdades de “nível acadêmico” e de classe.

Para algumas participantes, o FA! foi o espaço onde se reconheceram enquanto feministas. Em algumas passagens isso aparece como a descoberta de algo que já se era, um “autorreconhecimento”. Essa ideia se choca com a noção de Joan Scott (1998) acerca do surgimento das identidades como acontecimentos históricos. Na perspectiva de Scott, não haveria “tomada de consciência”, e sim novas leituras e interpretações sobre si e sobre o mundo. A noção de tomada de consciência ou conscientização é fundamental para Paulo Freire (1979) e para a educação popular e feminista. Segundo Freire (1979, p. 15), a conscientização implica em que “ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade”, isto é, uma posição ingênua, “para chegarmos a uma esfera crítica”. A

⁴¹ Integrante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

conscientização, para Freire, “não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão”, e sempre está ancorada no momento histórico em que se vive (Ibid, p. 15).

Essa concepção é por vezes criticada, pois partiria da ideia de apreensão da verdade sobre a realidade e de encontro com uma identidade autêntica. Para Scott, que situa-se num campo teórico pós-estruturalista, o surgimento de identidades em movimentos políticos e em momentos históricos específicos é algo construído discursivamente. Como afirmou bell hooks, discorrendo sobre a importância dos grupos de reflexão para construção da identidade feminista nas décadas de 60 e 70: “não se nasce feminista, torna-se feminista” (HOOKS, 2017, p. 28).

5.5.3 Vivências cotidianas

A questão da compreensão política das vivências cotidianas é central na metodologia da autorreflexão. Neste tópico, trago algumas falas das interlocutoras Carminha, Elisabeth, Carmen e Iracema que abordam o tema diretamente, porém ele está subjacente a vários outros depoimentos. Carminha diz que a experiência de autorreflexão fez com que ela interligasse o que estava acontecendo em sua vida com “algo muito maior”:

Você se sente, tipo, isso que tá acontecendo com você, meio que interligar a algo muito maior que isso, tá ligado? Contextualizar mesmo, trazer pra um cenário, botar um pano de fundo assim. [...] E muitas coisas também que eu não percebia, tinha coisas que, não sei, eu na minha bolha magnífica, e aí chegava e ia ver "não, mas isso aí é coisa que eu não sei, não tá passando na minha vida porque minha vida é assim, assim, assim". E aí você para pra olhar também, analisar suas relações, sabe. Tipo, perai velho, muita coisa realmente tá acontecendo desse jeito e eu não tô conseguindo enxergar.

A companheira utiliza expressões como *contextualizar*, *trazer pra um cenário*, *botar um pano de fundo* para representar tal exercício e aprendizado. Carminha fala que o processo formativo foi importante para reconhecer que se encontra em alguns lugares de privilégio, ou uma “bolha magnífica”, que dificulta a percepção de certas coisas que acontecem na vida de pessoas menos privilegiadas. De alguma maneira, essa experiência possibilitou um despertar para o fato de que tem “muita coisa acontecendo” que ela não estaria “conseguindo enxergar”, o que é já uma forma de poder enxergar. Outro aspecto importante trazido na fala de Carminha é o *parar para olhar* e “analisar suas relações”. Por sua vez, Elisabeth fala sobre o aprendizado de reconhecer várias questões:

A gente discutia tipo *classe*, a gente discutia *raça*, a gente discutia qualquer... *Sexualidade*, qualquer coisa assim. Então não foi só um meio que ele mudou, sabe, foi, é como se fosse, *foi enraizando*, sabe, uma coisa puxava a outra, a outra puxava a outra. E *eu aprendi a reconhecer muitas outras coisas, é um processo longo*, né, porque até hoje, tipo, a gente aprende cada coisa num dia.

Elisabeth fala sobre o aprendizado acerca dos temas de raça, classe e sexualidade, centrais nas nossas discussões na formação. Ela diz que esses aprendizados foram “se enraizando”, uma coisa foi puxando a outra, e que esse “é um processo longo”, contínuo, diário.

Quando eu coloquei o questionamento sobre os aprendizados e transformações na vida das ex-participantes do FA! para Carmen, ela me disse de forma bem-humorada que as companheiras iriam me responder melhor sobre o assunto. Porém, eu desejava saber do seu olhar enquanto educadora. Algumas coisas que ela me disse estão no seguinte trecho:

Vejo também assim, na vida de cada uma, pelo que elas conversam comigo, né, questionamentos, reflexões, mudanças de atitude, coisas que dizem respeito a você ser feminista e se enfrentar com isso na cotidianidade dos desafios da vida, né, tanto profissionais quanto pessoais, ou amorosos, sexuais.

A educadora demonstra ter uma relação de proximidade com as ex-integrantes do FA!, tendo conversas pessoais sobre a vida: “questionamentos, reflexões, mudanças de atitude”. Carmen diz que essas questões têm a ver com “ser feminista e se enfrentar com isso na cotidianidade”, nos desafios profissionais, pessoais, amorosos, sexuais, entre outros. A companheira Iracema trouxe o aprendizado sobre “politizar dores” que têm a ver com as opressões de gênero:

É uma coisa de assumir, tipo, dores, e tipo, e entendê-las, pra mim né, pelo menos, entendê-las a partir de uma perspectiva estrutural. De: eu tenho essa dor, você também tem, eita, todo mundo tá com essa dor. O que é que é isso? O que é que tá acontecendo? Pra mim era um pouco um laboratório de investigação mesmo, assim, sabe? Do que era a situação das mulheres, assim, no mundo, sabe? E isso foi muito importante, eu acho também, pra não falar, mudar assim uma coisa de "as mulheres" para "nós mulheres", sabe? É, e de entender como, assumir mesmo, assim, algumas coisas que a gente, algumas feridas que a gente tem. E perceber, e não que tudo seja estrutura, é claro que a gente também tem questões muito subjetivas e muito individuais, mas perceber como eu tinha muitas feridas que tavam associadas ao fato de ser mulher. E eu sou uma mulher muito privilegiada, eu sou uma mulher branca, fui pra universidade, de classe média. Então assim, as minhas dores eu acho que, sei lá, eu nunca sofri violência doméstica, sei lá, eu nunca, tem uma série de outros problemas que outras mulheres passam, e que não afetaram a minha vida, pelo menos de forma direta. E tipo, fui criada por uma família muito progressista, assim, então não tive muito essa coisa assim de controle sexual e tal. Então eu acho que talvez eu tivesse dificuldade, eu não compreendesse assim como, quais eram as minhas dores que eram de ser mulher, assim, sabe. Isso me fortaleceu muito, isso me fortaleceu muito. [...] Eu comecei a politizar essa dor, sabe, e a perceber como ela na verdade, era algo que eu não queria lutar individualmente pra superar essas dores, sabe, que essa é uma luta coletiva.

Iracema fala de um processo simultâneo de autoconhecimento de suas dores e de conhecimento da situação das mulheres em geral, pois tais dores estão relacionadas “ao fato de ser mulher”. A transformação de uma identidade genérica “as mulheres”, para uma em que estamos incluídas “nós mulheres” se dá devido à transformação do sentido de algo externo para algo do qual se compartilha, o que destaca uma postura política de nos colocarmos enquanto sujeitas. Iracema diz que, por conta de seus privilégios (branca, classe média, universitária, família progressista), tinha dificuldades de compreender essas dores, já que não passava por várias opressões que muitas mulheres passam. Porém, o entendimento de que suas dores têm a ver com questões estruturais faz com que ela queira lutar coletivamente para superá-las. Iracema aprofunda o tema e fala que todo esse processo também tem lhe levado a aprender a se cuidar:

Eu acho que eu aprendi a me cuidar também, sabe. Que tipo, eu não sei, assim, e pra mim é por isso que é uma metodologia que faz muito sentido, sabe. Porque a gente olha pras coisas que a gente viveu e, a partir de um viés político, e aí *quando a gente compreende determinadas coisas a partir de uma perspectiva política, a gente aprende a não cair no mesmo buraco*, sabe. Então, tipo, eu acho que foi um processo que me deu muito mais *autonomia emocional* mesmo, sabe, que *na verdade é uma luta contínua*. [...] Quando eu fico pensando, nisso mesmo, no impacto, sabe, na forma como todo esse processo, não só do FA!, mas de estar no movimento feminista, mudou muito assim, me mudou muito. Me transformou completamente, assim. *E eu me vejo, assim, recaindo, claro, em várias armadilhas, só que eu sei que elas são armadilhas, assim*. Então é tipo, porra, eu tô caindo aqui de novo, véi! Tô caindo, mas eu sei o que é isso, e eu, tipo, não vou... Vou sentir a dor, vou sofrer e tal, mas também *não vou ficar demais nesse lugar*.

Todos esses depoimentos trazem muito fortemente a ideia de que *o pessoal é político* (HANISH, 1969), central para os movimentos feministas a partir da década de 60. Essa ideia que quebra com a dicotomia entre o público e o privado traz a noção de uma cotidianidade histórica (ÁVILA, 2001). As ideias trazidas da autorreflexão como “laboratório” e como momento de pausa para analisar relações, práticas etc., se relaciona com a concepção de educação como par experiência/sentido, na qual é necessário parar, se deixar envolver e prestar atenção aos detalhes (LARROSA, 2002).

As falas apontam tanto para a constatação do compartilhamento de dores em comum, como para o reconhecimento de privilégios e desigualdades. As interlocutoras falam do aprendizado de nos percebermos dentro de contextos maiores, de que nossos desafios, nossas dores, nossos cotidianos têm a ver com estruturas que muitas vezes não nos damos conta, pensando ser algo somente individual. Nesse sentido, são trazidos nas falas os aspectos de classe, raça, sexualidade como temas fundamentais para nos compreendermos na sociedade.

Compreensão de que nossas vidas interiores e exteriores são permeadas por interdições estruturais, pois as pedagogias feministas enfocam a relação entre as dimensões micro e macrossociais (SILVA, 2010; GOUVEIA, PORTELLA, 1999).

Outro aspecto importante que surgiu nas falas é a dimensão de cura da autorreflexão. bell hooks (2017) fala dos grupos de reflexão como espaços onde as mulheres “soltavam” hostilidades e raivas reprimidas, revelavam “suas feridas mais íntimas” e, desta forma, teriam encontrado forças para desfilar o patriarcado (HOOKS, 2017, p. 30). Assim sendo, a autora encara esses momentos como rituais de cura.

Tal dimensão terapêutica da autorreflexão, no entanto, é alvo de críticas que consideram a metodologia como “terapias pessoais”, como trouxe a companheira Clara Zektin trouxe numa fala sua:

Tinha diversas mulheres de grupos políticos diferentes e eu procurei, né, saber o que eu era autorreflexão, que eu não sabia. E eu vi que *algumas mulheres que já tinham vivência política não se sentia com tanta autonomia*, que eu acho que *até hoje perdura essa ideia de que autorreflexão é vitimismo, é ficar no blá blá blá, você fica muito introspectiva*. [...] Então assim, é como se eu conhecesse muita gente que não gosta da autorreflexão, e eu começasse a abraçar essa ideia, e que eu acredito, que eu acho que *nós mulheres somos muito colocadas pra pensar nas dores dos outros e esquecer a nossa. E de repente nós temos um pane, aí parece que é porque a gente é fraca, não suportou*, porque fulana suportou, as dores são maiores. [...] Aí quando fala "ah não, eu participo no grupo que a gente fala não sei o que lá de autorreflexão"... "ai, não, mulher! toma cuidado, visse! que esse negócio fica muito interno, a pessoa fica sem saber, não sei o quê". Eu disse "ixe, pra mim não é isso não". Que *coloca a autorreflexão como se fosse psicologizante*.

Para hooks (2013), o movimento feminista é capaz de criar palavras, teorias e estratégias de cura para nossas dores. Carol Hanish (1969) também fala sobre o tema, trazendo respostas às críticas que eram feitas, e ainda são, de que os grupos de reflexão seriam “terapias”. A autora diz que nesses espaços é possível compreender que “precisamos mudar as condições objetivas, e não nos ajustar a elas” (HANISH, 1969, p. 1). Os grupos poderiam ser então uma “terapia política”, já que as questões pessoais neles compartilhadas têm a ver com questões políticas.

5.5.4 Pautas feministas

Durante a formação com o FA! promovida pelo SOS Corpo, e também após a autonomização do grupo, os nossos encontros de autorreflexão sempre tinham um tema que escolhíamos e que dialogava com pautas dos movimentos feministas. Assim, trabalhamos temas como racismo, corpo e sexualidade, participação política, trabalho, lesbianidade,

aborto, autonomia e autogestão, autodefesa, entre outros. Os temas geralmente eram escolhidos de acordo com o calendário das lutas feministas que participávamos. Desta forma, em 2013, discutimos sobre corpo e sexualidade em junho, por conta da proximidade com a Marcha das Vadias, que havia acontecido em maio; diversidade e lesbianidade em agosto, mês da visibilidade lésbica; em novembro, mês da consciência negra, trabalhamos racismo. Posteriormente, em 2015, realizamos uma sessão de cineclubes sobre aborto no início de outubro, por conta da proximidade com a data de luta pela descriminalização do aborto na América Latina (28 de setembro).

Imagem 7: Divulgação de Sessão Cineclubista



Fonte: Acervo próprio.

Ventania, do grupo 1, fala que um dos aprendizados com o FA! foi o conhecimento sobre essas pautas:

Teve o aprender das questões das lutas do feminismo mesmo, né, porque aí os temas centrais, né, da discussão. Você, eu não lembro mais os temas, mas enfim, eu acho que eu lembro um que foi bem interessante, que a gente falou sobre autonomia e autogestão. Foi um momento, assim, que me marcou que era um, que são práticas que eu acredito, mas o fato de aprender, e compartilhar, e construir esse conhecimento, ou trocar esse conhecimento com outras foi muito mais interessante, né. [...] Várias discussões sobre aborto, que era um tema, continua sendo um tema muito tabu, né, por dentro dos feminismos, e a gente conseguir falar de uma forma sensível, de uma forma séria, de uma forma pessoal também, foi muito importante pra mim especificamente. Tá num lugar que não fosse só numa roda de amigas e poder falar isso, construir um conhecimento a partir dessa troca.

Ventania ressalta a importância de compartilhar, construir e trocar conhecimentos entre as companheiras, destacando os temas de autonomia/autogestão e aborto. O encontro que Ventania recorda foi organizado no período em que estávamos nos desvinculando da formação do SOS Corpo, por isso havíamos decidido discutir sobre autonomia e autogestão. A interlocutora chegou no FA! justamente nesse momento em que estávamos nos auto-organizando independentemente do instituto. Ela destaca também a relevância das discussões sobre aborto, que define como ainda “sendo um tema muito tabu”. Ventania diz que foi importante para ela discutir sobre o tema e construir conhecimentos “num lugar que não fosse só numa roda de amigas”, e que foi possível falar sobre o assunto de forma sensível, séria e pessoal.

Iracema fala de uma compreensão aprofundada sobre pautas do feminismo:

Eu acho que uma *compreensão muito aprofundada* de algumas pautas do feminismo que eram muito superficiais e poder *esmiuçar determinadas temáticas*, e tal. E perceber como elas, *essas temáticas, todas elas na verdade, todas as temáticas do feminismo cruzam as nossas vidas*, de alguma forma, assim. Então, é claro que *eu não vou vivenciar determinadas coisas iguais às outras mulheres, mas aquela temática cruza a minha vida também*.

A companheira diz que foi possível “esmiuçar determinadas temáticas” do feminismo e perceber como todas elas “cruzam as nossas vidas”. Iracema afirma, porém, que não vivemos essas questões todas as “mulheres” da mesma forma. A multiplicidade de identidades e de lugares sociais que ocupamos irão, então, diferenciar como as questões cruzam nossas vidas. Tomando por exemplo a temática já citada do aborto, pensemos na frase das recentes mobilizações pela legalização na Argentina: “Sobreviver a um aborto é privilégio de classe”. E além de ser um privilégio de classe, é também, um privilégio de raça. Logo, a temática do aborto diz respeito a todas as mulheres cis e pessoas com útero que se relacionam com homens (ou que são vítimas de estupro). No entanto, as negras e pobres são, nesse e em vários aspectos, as mais vulneráveis. Acredito, entretanto, que todas as pautas do feminismo, assim como de outros movimentos sociais, devem ser também compreendidas como lutas de todas as pessoas.

Os depoimentos citados apontam para as práticas de autorreflexão do FA! como momentos de construção de conhecimentos sobre pautas e lutas do feminismo, que se deram a partir de reflexões, diálogos, estudos, encontros, compartilhamento de experiências de opressões e de resistências (KOROL, 2007). A metodologia da autorreflexão baseia-se não apenas nas experiências compartilhadas, mas também, na construção de conhecimentos a

partir da troca, na problematização teórico-política e no acompanhamento de ações coletivas e lutas dos movimentos (FREIRE, 2011; LIMA, 1988; SILVA, 2010).

5.5.5 Aprender a ouvir e aprender a se colocar

Um dos fundamentos da metodologia da autorreflexão, sempre reforçado antes de iniciar as rodas é o respeito ao momento de fala de cada uma. Desta maneira, na dinâmica da autorreflexão devemos escutar atentamente a fala das companheiras sem interromper, aconselhar ou proferir julgamentos. Ventania fez uma fala sobre o assunto:

Um dos principais aprendizados foi ouvir. É, que às vezes até rolava uma interferência "vamo deixar a companheira falar, né", que *a gente tem essa mania de atropelar as outras e esse exercício de você, né, ficar quietinha e prestar atenção de fato*. Não é só escutar, *é fazer uma escuta ativa mesmo, uma escuta atenciosa, né*, do que a outra tá falando. É muito importante porque perpassa um *sentimento de solidariedade com aquilo que a outra fala, com um sentimento de empatia, de respeito, de certa forma, de admiração, né*.

Ventania diz que temos costume de “atropelar as outras” nas falas e que o exercício de “fazer uma escuta ativa” desperta solidariedade, empatia, respeito e admiração pela outra. Iracema fala que o aprender a ouvir muda a nossa relação com todas as mulheres e traz a importância de outro fundamento da autorreflexão, o pacto de sigilo:

É um espaço que a gente aprende a ouvir também, né. E a *valorizar* muito o que a outra pessoa tá falando assim. Isso é muito massa assim, também. E *eu acho que muda a nossa relação com todas as mulheres, assim, independente de tarem no grupo ou não*. Acho que *a gente começa a se relacionar de forma diferente com as dores umas das outras [...]* Tinha essa coisa do pacto, não era nem só um sigilo assim, na real, mas era um pacto de, que era um pouco de sigilo, né, assim. Era de sigilo, que eu acho que não sei, *mudava a minha relação com aquele espaço também, com o que eu tava ouvindo*. Tipo, não sei, *dava uma profundidade maior, não sei, àquilo*. Eu não consigo explicar muito isso que eu tô pensando, mas é mais ou menos por aí. E, porque eu acho que é isso, assim, *aquela ideia de que aquilo que a gente tá ouvindo fica ali, é dali, você...* Não sei, tá naquele espaço com outra *seriedade*. E *atenção também*. É, de *respeito pelas histórias umas das outras*.

Nos grupos de reflexão, estabelecemos também um pacto de sigilo, ou seja: o que é dito “fica ali, é dali”. Trata-se do que os movimentos denominam de construção de *espaços seguros*, em que nós mulheres/afeminadas possamos “desabafar”, compartilhar experiências íntimas e delicadas, com a confiança de que depois dali teremos nossas histórias preservadas e respeitadas. Iracema diz que a relação que tinha com o espaço de autorreflexão era de profundidade, seriedade, atenção, respeito e valorização das falas das companheiras. Essa

escuta ativa, atenciosa nos faz entrar numa espécie de viagem pelas histórias das outras, como afirma Perigosa, do grupo 3:

Pela própria história do feminismo mesmo, eu sempre gostei muito de grupos de autorreflexão, porque eu sempre achei que vendo na outra, essa experiência de tá com a outra, outras mulheres, a gente vai numa viagem da realidade, as proximidades, diferenças que a gente mergulha, né, na nossa própria experiência mesmo. E enfim, vai se desdobrando as experiências.

Tanto Perigosa quanto Perigótica, também do grupo 3, haviam participado de outras experiências de autorreflexão feminista. Perigosa, porém, traz contrapontos em relação à questão da escuta no processo formativo do FA!. A companheira diz que vivenciou situações de desrespeito às falas nesse espaço:

Se uma pessoa tá discordando, se alguém tá gritando, ou grita sempre, ou toma a fala da outra, então a outra teve uma ideia e você vai e diz outra igualzinha e a sua é que ficou. Pra mim cortou, eu nem quero falar, eu nem quero me esforçar, porque pra mim não dá, entendeu? Coisas do tipo. Mas são coisas também que acontecem em todos os grupos, só que são coisas que acontecem porque, aí entra vários fatores, porque são coisas que precisam ser ditas, são coisas que precisam ser problematizadas, são coisas que não têm que permanecer.

As situações de desrespeito foram caracterizadas como discordar e gritar no momento em que a outra fala, tomar e se apropriar da fala da outra. Perigosa diz que esse tipo de situação faz com que ela não queira falar, porque para ela “não dá”, e acredita que essas “coisas precisam ser problematizadas”, não podendo continuar a acontecer. Na entrevista com Carmen, já no final, improvisei uma pergunta sobre a diferença entre a prática da metodologia de autorreflexão com a participação ou não de uma educadora/facilitadora. Ela então falou sobre a necessidade de maturidade do grupo para realizá-lo, chamando atenção para os “elementos ético-político-pedagógicos” da metodologia:

O grupo pra fazer isso sozinho, ele precisa estar muito preocupado com alguns elementos da metodologia que são elementos assim, vamos dizer, ético-político-pedagógicos. Que o lugar da educadora confere firmeza pra esses elementos, não existindo esse lugar, é preciso que o grupo todo tenha maturidade nesse sentido. Por exemplo, uma coisa simplérrima de "o que foi dito aqui não é dito lá fora", se o grupo não tiver maturidade, ele se quebra na emenda na primeira coisa mais grave que, de julgamentos, ou de ser usado politicamente.

De fato, este foi um desafio que enfrentamos no processo de autonomização do grupo, uma vez que não tínhamos mais a figura de poder e de experiência da educadora para mediar nossos conflitos. Entretanto, outra face da mesma moeda, a fala foi o exercício de aprender a se colocar, como afirma Clara Zektin:

Acho que deu essa ideia de mais protagonista da minha vida, e contribuir mais com o grupo, digamos, com o grupo politicamente falando. [...] Quando a gente vai pro protesto, é só os homens que falam. Aí uma vez eu tava num ato, e eu sou tímida pra falar, e tinha uma mulher que falava em outros espaços, ela não falou nada lá. Eu disse "fulana, vai lá, fazer o reforço", e ela é de outra força política. "Não, mas ele já disse quase tudo". "Mas ele não disse tudo, vá lá colaborar, que somos mulheres aqui a maioria e sempre a gente tá sendo liderada. Vá lá pra pelo menos fazer o convite. Pega aquele microfone e fale". E ela foi, tipo, ela agradeceu.

Clara diz que a experiência da autorreflexão lhe deu a “ideia de mais protagonista” de sua vida e dos grupos políticos. A companheira narra uma experiência que viveu num ato, em que encorajou outra mulher a falar, pois em geral nos protestos “só os homens que falam”. Apesar de não ter sido ela quem falou (afirma que é “tímida para falar”), a atitude de Clara demonstra o reconhecimento da importância de haver falas das mulheres/afeminadas nos espaços políticos e em todos os espaços.

Os depoimentos das interlocutoras ressaltam que a metodologia de autorreflexão se baseia no par fala/escuta de experiências das participantes, baseado em alguns acordos ou pactos, como o de respeito e sigilo. A prática, no entanto, consiste num exercício complexo que envolve várias questões, como a dificuldade para falar que muitas mulheres/afeminadas têm por conta de uma socialização machista, a cultura política de competição pela fala, entre outras relações de poder. As pedagogias feministas procuram estimular a fala, a quebra do silêncio e a autoestima das educandas, atentando para as relações de poder existentes para poder intervir sobre as mesmas (LOURO, 1997; SILVA, 2010). Sobre a quebra do silêncio, Audre Lorde (1977) traz a necessidade de visibilidade, sem a qual “não podemos viver verdadeiramente”, a necessidade de transformação do silêncio em linguagem e ação.

Para Carol Hanish (1969), devemos escutar o que as mulheres consideradas “apolíticas” têm a dizer:

não para que possamos fazer um trabalho melhor organizando-as, mas porque juntas somos um movimento de massa. Eu acho que nós que trabalhamos tempo integral no movimento temos a tendência de nos tornarmos muito limitadas. O que está acontecendo agora é que quando mulheres de fora do movimento discordam de nós, nós presumimos que é porque elas são apolíticas, não porque pode ter algo de errado com o nosso pensamento (HANISH, 1969, p. 3).

A autora nos traz a necessidade de estarmos sempre abertas, através de uma escuta respeitosa, às falas de todas as mulheres, até para podermos rever as convicções do movimento. Afinal, as pedagogias feministas também pretendem provocar feminismo, questionando suas teorias e práticas (KOROL, 2007).

5.5.6 Uma outra lógica de movimento

“Se não posso dançar, não é a minha revolução”

(Emma Goldman)

A experiência da autorreflexão com o FA! se mostrou como uma outra lógica de movimento para algumas companheiras que já tinham inserção política, mas que ainda não conheciam a metodologia. Clara questiona uma cultura política dos movimentos baseada em reuniões nas quais apenas se discutem pautas e se organizam atos:

Quando você vai realmente pros outros grupos feministas, é muito isso minha gente: é pauta pra tal, isso pra resolver, é pauta de ato de não sei de quê, é pauta não sei de quê. Aí tipo, *e quando é que a gente vai se cheirar? E quando é que a gente vai falar do nosso divertimento?* E quando é que a gente vai falar isso? *Nunca tem, só tem luta.*

As indagações de Clara “quando é que a gente vai se cheirar? E quando é que a gente vai falar do nosso divertimento?” indicam a necessidade de ir além do racional, de trabalhar o sensorial, o corpo, e do divertimento ser uma das dimensões da luta. Da mesma forma, Bocão afirma que a autorreflexão foi para ela uma novidade, pois vinha de uma lógica de movimento em que não se levava em conta, por exemplo, a subjetividade e a sexualidade:

Porque pra mim também era uma coisa muito nova assim, tipo, pra mim prática política era dentro dessa estrutura bem marxista, né, movimento estudantil e tal, *zero subjetividade e sexualidade... Pra que vamos falar sobre isso, não é mesmo? Importante é a luta de classes, é como estaremos organizados, como chegaremos às mulheres na periferia, não é verdade?*

Nessa fala Bocão afirma que na época que fez parte do movimento estudantil o que era valorizado era a luta de classes e “como chegar às mulheres na periferia”. Sem dúvidas, o encontro com realidades distintas e desiguais é de extrema importância, porém, para sujeitas que são da classe média, como Bocão, como eu, e como muitas de nós que fizemos parte do FA!, priorizar esse aspecto é muitas vezes negar a condição de opressão que vivemos, é dizer que oprimida é a outra, mas não enxergar as opressões que eu sofro. Trata-se até mesmo de uma forma de reiterar desigualdades, como se nós “mulheres livres” fôssemos libertar as oprimidas. Acredito, no entanto, na necessidade de reconhecermos as opressões que sofremos, atentando para as desigualdades entre nós, de forma que possamos construir alianças para uma luta comum.

Ventania, assim como Bocão, participou do movimento estudantil na universidade e depois passou a construir a Marcha das Vadias Recife. A companheira fala que no início a experiência da autorreflexão lhe causou estranhamento e foi para ela um choque:

Eu tinha contato com a militância estudantil dentro da universidade, que é outra lógica, né, de funcionamento, e tinha contato com a militância feminista, mas nas ações coletivas, né, ato, protesto, marcha, que também é outra dinâmica, outra lógica, né. E nunca tinha participado de um grupo de autorreflexão, não sabia nem o que era um grupo de autorreflexão. E, claro que quando você chega tem um estranhamento, né, daquela, daquele formato, principalmente nós mulheres que fomos socializadas a não falar, né, a não nos expressar, ou não nos olhar, né, falar sobre nós. Foi um choque e foi me transformando, né, assim, em cada encontro, apesar de ter sido, apesar de eu ter passado pouco tempo, me transformou radicalmente.

O estranhamento de Ventania se deu devido ao choque entre a socialização machista que recebemos, a qual nos nega a expressão, e a proposta de refletir e falar sobre si mesma da autorreflexão feminista. A companheira afirma que, apesar de ter “passado pouco tempo” no grupo, houve para ela uma transformação radical.

Essas falas apontam para algo que Sophia Branco (2014) traz na primeira publicação do FA!, sobre o sentimento que tínhamos de não reconhecimento em vários espaços políticos consolidados, e o desejo de construirmos naqueles encontros algo diferente: “onde pudessemos partilhar nossas vivências, trabalhar a autoestima e autonomia, tantas vezes boicotadas em outros espaços, sem perder de vista o debate teórico-político” (BRANCO, 2014, p. 9). Nos encontros eram utilizadas expressões artísticas e lúdicas, e momentos de dinâmicas e contato corporal, que facilitassem a conexão consigo, a entrega e que favorecesse a intensidade daqueles momentos (SILVA, 2016). Sobre a importância desses elementos, especialmente do contato corporal, Claudia Korol (2007) afirma:

Não tenho dúvidas que o abraço e a carícia, o nos reconhecemos num olhar, o sentirmos uma pele, produzem possibilidades de “conhecimento” tanto ou mais fecundas que outras formas de estudo ou de investigação. [...] Refiro-me à carícia e ao abraço que nascem no momento exato do encontro das histórias de opressões que nos identificam. A carícia e o abraço que formam parte de uma ética feminista do acompanhamento, do caminhar ombro a ombro, de transitar as dores e nos fazermos cúmplices de nossos desejos (KOROL, 2007, p. 20, tradução minha).⁴²

Para a autora, o contato corporal, o abraço, a carícia, o compartilhar histórias de opressões que nos identificam, fazem parte de uma ética feminista e são capazes de construir

42 No original: “No tengo dudas de que el abrazo y la caricia, el reconocernos en una mirada, el sentirmos en una piel, producen posibilidades de “conocimiento” tanto o más fecundas que otras formas de estudio o de investigación. [...] Me refiero a la caricia y al abrazo que nacen en el momento exacto del encuentro de las historias de opresiones que nos identifican. La caricia y el abrazo que forman parte de una ética feminista del acompañamiento, del caminar codo a codo, de transitar los dolores y hacernos cómplices de nuestros deseos.”

conhecimentos mais fecundos que outras formas de estudo ou investigação. A sujeita da metodologia da autorreflexão se assemelha à concepção de sujeito de Jorge Larrosa (2002) na educação baseada na experiência, ou seja, é alguém que está aberta, receptiva, disponível e capaz de se transformar, o que demonstra diferenças sensíveis se comparado a uma perspectiva política em que xs sujeitxs são fundamentalmente ativxs e impositivxs.

5.5.7 Corpo e Sexualidade

A sexualidade foi relatada como um tema de suma importância para a formação com o FA!, o qual trouxe várias reflexões e “tomadas de consciência” sobre as vivências de cada uma. O assunto é retratado pela literatura encontrada como uma das questões centrais para a autorreflexão nas décadas iniciais da metodologia, já que se trata de um tema central para o movimento feminista como um todo. Em sociedades machistas e misóginas, as sexualidades femininas e dissidentes sempre serão alvo de repressão, objetificação e violência. Um dos grandes emblemas do feminismo é a frase “Nosso corpo nos pertence”, o que retrata o enfrentamento à usurpação pelo Estado, pela família, pela religião, pela medicina, do nosso direito aos nossos próprios corpos.

A companheira Bocão falou do seu processo numa dessas oficinas sobre sexualidade:

Eu me lembro de uma oficina sobre sexualidade, assim que a gente teve, eu fico até com o coração meio assim "tudududu" pra falar, que foi uma oficina assim meio bombástica. Eu não sei se vocês vão lembrar, eu acho que a gente, foi na segunda parte assim, na hora do almoço. E começou aquela coisa meio morna, e quando viu assim, todo mundo falando, e eu não conseguia falar, só conseguia chorar. Porque altos reconhecimentos assim, tipo, de uma coisa que você achava que era e que não, assim, e aí você se dá conta ao longo do processo, que eu acho que a autorreflexão é foda por conta disso, assim, que é tipo, você se dá conta naquele momento que você fala de que o que você sofreu foi abuso, de que o que você sofreu foi violência, né. E que você gostar de meninas não era uma coisa que estava errada, né, e que você vai descobrindo isso na medida que vai falando. [...] E aí eu me lembro que teve até uma frase de Perigão, que Perigão quando eu terminei de chorar, de falar, aí Perigão pegou no meu braço e fez "mulher, eu olho pra senhora assim tão 'bonita', tão branca, nem imaginava que a senhora já tinha passado por essas coisas todinha". Aí eu digo "mas não é, mulher, nem eu sabia! foi só aqui falando que eu me dei conta, né".

Nesse depoimento, Bocão traz a lembrança de um momento muito forte em que, a partir da autorreflexão, ela se deu conta de violências sexuais que havia sofrido e de que “gostar de meninas” não era algo errado. Ela lembra que a companheira Perigão, que é negra, lhe falou que não imaginava que ela, que possui o privilégio da branquitude, tivesse passado por tudo aquilo, porém a própria Bocão também não sabia, tinha se dado conta naquela

ocasião. Os nossos encontros de autorreflexão, em geral, eram momentos bastante intensos, que nos deixavam mexidas emocionalmente e reflexivas com várias questões.

No lugar de educadora e militante de longa estrada, Carmen identifica semelhanças e diferenças entre os debates relacionados às vivências sexuais e amorosas de hoje em dia e os da época de sua juventude. Carmen percebe semelhanças nas discussões sobre relações abertas, poliamor e amor livre, porém reconhece que atualmente o tema da lesbianidade tem muito mais força. A educadora faz uma reflexão sobre o recorte de classe na formação, e como as mulheres de classes populares tinham uma vivência distinta e dificuldades de se colocar nesse âmbito:

Embora o grupo não seja só, o FA!, de mulheres de classe média, tem pelo menos um terço de mulheres de classes populares, mas as mulheres de classe média jovens eram dominantes no grupo. E as mulheres de classes populares, inclusive, que viviam modos de sexualidade, e de reflexão sobre isso bem diferentes, tinham muitas dificuldades de se colocar no grupo sobre isso.

Nesta fala, é possível perceber as nuances das relações de poder, que serão analisadas com atenção mais adiante, no que diz respeito aos modos de vivência da sexualidade e a facilidade ou não de se colocar no grupo. Além da questão de classe, também a de raça é um fator importante nas intersecções das relações de poder que interfere na vivência da sexualidade das mulheres. Um dos temas, mais de uma vez levantado nas oficinas, foi a dificuldade encontrada pelas mulheres negras para se relacionarem afetivamente, por conta do racismo que objetifica sexualmente seus corpos.

A companheira Clara falou sobre as dificuldades de se relacionar com seu próprio corpo devido a situações de violência que viveu:

Eu lembro muito da questão da sexualidade, que aí eu não fiz a questão da foto⁴³, então eu percebi, né, as dores de uma criança que tinha sofrido violência, então pra expor meu corpo era um pouco difícil, e ainda é. Mas assim, é como se quando eu disse pro grupo "eu não vou trazer minha foto não". Não, mas você pode vim. Eu fiquei pensando assim, como a mulher, como algumas mulheres têm vergonha do corpo.

É interessante observar como a partir da sua vivência, Clara pôde se dar conta de algo maior que diz respeito a muitas mulheres: a vergonha do próprio corpo. No entanto, Clara também expressou que em determinados momentos o processo do FA! lhe possibilitou algumas aberturas em relação à sexualidade, como na ocasião em que estava fazendo

43 Exercício que foi proposto para quem quisesse se fotografar nua, porém não era necessário compartilhar a imagem.

divulgação da ação que organizamos coletivamente de visibilidade lésbica na Parada da Diversidade, no ano de 2013:

Eu me senti, assim, não tendo uma trava sexual. [...] Aí eu passei em sala, né, na minha turma pelo menos eu passei, com a camisa do Ou Vai ou Racha, né, "ó, eu quero falar que vai ter então, nós enquanto mulheres feministas, independente de ser lésbica ou não, bissexual". Tipo, eu tava pelo menos, no discurso, com a mente mais aberta do que... Não, e eu acho que foi a primeira vez que eu fui com a questão relacionada à sexualidade, então isso foi bom.

Clara lembra que essa foi a primeira vez que ela participou de uma ação política relacionada à sexualidade, e diz que a experiência foi positiva, pois ela se sentiu “não tendo uma trava sexual”, ou seja, teve uma sensação de libertação, de “mente mais aberta”.

Na primeira publicação do FA!, em que Sophia Branco (2014) sistematizou os nossos encontros de 2013, a companheira traz várias reflexões que tivemos na oficina sobre corpo e sexualidade:

[...] nós, mulheres jovens na década de 2010, somos mais livres que as gerações anteriores. Somos mais livres, porém, muitas vezes acreditamos que somos mais livres do que realmente somos [...] A sexualidade, entre outras esferas das nossas vidas, continua permeada por muita angústia, não-realização, dor e opressão (BRANCO, 2014, p. 17).

Ao lançar um olhar atento sobre nossas vivências de corpo e sexualidade, pudemos observar esse tipo de questão, que frequentemente acreditamos ser mais livres do que realmente somos. A sistematização problematiza o machismo também está presente nos espaços e relações que consideramos libertárias, e afirma que uma conquista feminista no âmbito da sexualidade é “conhecer e explorar os prazeres do corpo sem culpa, poder descobrir nosso corpo no encontro com o dx outrx e também fazer essa descoberta sozinhas” (Ibid, p. 17).

A historiadora Joana Maria Pedro (2013) ressalta a importância dos grupos de reflexão feminista para a autodescoberta do prazer sexual feminino. A autora afirma que em alguns desses grupos havia espaço para depoimentos intimistas, como o que foi narrado por Branca Moreira Alves, uma das primeiras mulheres a formar um grupo de reflexão no Brasil:

Nos dias de grupo de reflexão em que eu falava: “Eu nunca gozei”, a outra também dizia que nunca tinha gozado e como era isso. E num grupo de reflexão, aqui no Rio, uma amiga me ensinou a tirar a cúpula do chuveiro e deixar a água cair no clitóris e aí foi o meu primeiro orgasmo. Isso aos 35 anos (PEDRO, 2013, p. 242).

Discutir sobre sexualidade e feminismo envolve uma ampla gama de assuntos como: lesbianidade, bissexualidade, heterossexualidade, masturbação, prazer, autoconhecimento, violência, vergonha, separação entre sexualidade e reprodução, autonomia e

autodeterminação, métodos contraceptivos, saúde etc. Historicamente, nossas sexualidades foram reprimidas pelas mais diversas estruturas, até mesmo na construção de teorias psicanalíticas sobre o prazer feminino, que continham abordagens falocêntricas. Maira Abreu (2014), em sua pesquisa sobre o feminismo, no exílio nas décadas de 60 e 70, chama atenção para lutas da época em torno da sexualidade, as quais defendiam que era necessário uma ampla revolução feminista que questionasse profundamente o falocentrismo para que fosse possível uma vivência plena da sexualidade.

Abreu destaca o que era considerado como condição para tal vivência plena da sexualidade: conhecimento do próprio corpo; separação entre sexo e reprodução; acesso a métodos contraceptivos; e possibilidade de realizar aborto diante de uma gravidez indesejada. Se incluirmos nestas condições o acesso à saúde sexual e a garantia de uma vida sexual livre de violência, teremos os fundamentos dos direitos sexuais, os quais foram elaborados pelas lutas feministas (ÁVILA, 2001).

As sociedades latino-americanas em que vivemos, colonizadas por países europeus, baseiam-se na opressão e exploração dos sistemas capitalista, racista, patriarcal e heterossexista em conjunto. Sob o jugo desses sistemas, as negras e indígenas, que na leitura de Maria Lugones (2014) não seriam nem consideradas mulheres por terem sua condição de humanidade negada, tiveram seus corpos objetificados escravizados, apropriados, castigados e violentados pelos colonizadores (GONZALES, 1984). Desta forma, a famigerada mestiçagem de nossos povos é fruto do estupro colonial.

A insígnia “Nosso corpo, nosso território” foi criada pelo movimento feminista no Fórum Social das Américas, em 2003, na Guatemala, como traz Silvia Camurça (2012) no artigo “Nosso corpo, nosso primeiro território”⁴⁴. O emblema “Nosso corpo nos pertence”, da década de 70, é então reelaborado. Essa frase dá a ideia de uma dicotomia “entre mente e corpo, como duas coisas separadas, um pertencendo ao outro: meu corpo pertence a mim”. A ideia de “nossos corpos, nossos territórios” chama atenção para a luta em defesa de nós mesmas, corpos e territórios alvos da invasão colonial e de gênero:

tomar o corpo como território onde nossa vida habita, algo inseparável da própria vida que se realiza através e pelo corpo, nossa base material de existência humana: meu corpo sou eu. [...] Esta ideia é especialmente importante para atualizar o debate sobre a autodeterminação reprodutiva de nós mulheres e, me parece, tem a força necessária para reafirmar que temos direito a sermos “donas de si mesmas”. A insígnia “nosso corpo, nosso território” mantém o centro da demanda e da denúncia colocada em público nos anos 1970 e nos vincula à luta do presente contra a

44 Disponível em <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3709:nosso-corpo-nosso-primeiro-territorio&catid=390:numero-172-janeiro-a-junho-de-2012&Itemid=129> Acesso no dia 10/06/2018.

expropriação de outros territórios, lugares de existência coletiva. A luta em defesa de seus territórios vem sendo levada pelas homens e mulheres indígenas, quilombolas e de populações tradicionais do Brasil e de outros países da América Latina. Assim, essa é uma ideia que nos vincula umas as outras.

Tais noções dialogam com o conceito de território proposto pela cartografia (GUATTARI; ROLNIK, 1996; COSTA, 2014). Nesse sentido, o território é entendido como “lugar” social, psicológico, político, afetivo. Um espaço vivido no qual x sujeitx se sente “em casa”, espaço ao mesmo tempo de apropriação e subjetivação. Desta forma, a autorreflexão estimula a perceber que nossos corpos – que somos nós mesmas – são territórios afetivos, políticos, sociais pelos quais lutamos e nos quais vivemos.

5.5.8 Contato com um feminismo maior

As conversas com as companheiras trouxeram o “contato com um feminismo maior” como um elemento importante para os aprendizados e transformações construídas no processo do FA!. Esse contato diz respeito à nossa participação em atividades mais amplas de formação do projeto Cirandas Feministas, em atos e manifestações etc. No depoimento seguinte, Carminha fala sobre o assunto:

Essa noção de ver algo tipo, *algo grande*, ter *contato com outras mulheres*, eu via muito quando tinha alguns *atos*, que aí eu via vários grupos de várias mulheres, tipo, *feministas senhorinhas*, que eu "*caramba! velho!*". É de *mulheres até, tipo, da área rural* mesmo que aí é que eu não tinha contato nenhum e que via, tipo, quando tinha *manifestação*, sabe assim. E até também de coisa que, é *um encontro, uma apresentação* na verdade que teve da *Articulação de Mulheres Brasileiras*, que aí, foi aí que eu vi *menos jovens feministas e mais senhoras, mais mulheres bem adultas* assim, feministas.

Esse encontro, convívio e relação com mulheres diversas, populares, mais velhas, rurais, significou para Carminha a noção de que o feminismo é “algo grande”, causando surpresa e impacto. A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) é citada como um dos territórios pelo qual transitamos, tendo em vista a atuação do SOS Corpo neste movimento. A companheira Bocão ressaltou a relação com as movimentações feministas na comunidade de Passarinho, bairro periférico situado entre Recife e Olinda: “Tinha a possibilidade da gente ter encontro com as mulheres de Passarinho, tipo, eu nunca tinha ouvido falar em Passarinho, era aquela coisa, né. E era muito massa”. Nessa localidade há o Grupo Espaço Mulher, o qual integra o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), que faz parte da AMB.

A interlocutora Perigótica destaca o curso de formação política Cirandas Feministas como o que mais lhe marcou nessa experiência educativa. Tal formação acontecia em caráter

de imersão, com mais ou menos quatro encontros ao longo do ano, e era constituída por três integrantes de cada subgrupo do projeto Cirandas. Em 2013, participamos eu, Perigótica e Perigosa como integrantes do FA!. Em 2014, foi a vez de Joana e outras companheiras participarem, experiência que essa interlocutora retrata na seguinte fala:

Foi muito marcante pra mim essa, sair do FA! e ir pra esse *grupo maior*, assim. Foi bem impactante pra mim, porque *eu conheci [...] mulheres que eu nunca teria conhecido. [...] Nesse maior as distâncias entre mim e outras mulheres eram mais abruptas ainda assim, por causa de pobreza x riqueza, de universo de trabalho, bairro que mora, idade. A menina mais nova tinha 16, a mais velha eu acho que tinha, sei lá, mais de 60 assim, era uma faixa etária gigante de mulheres com trilhões de experiências, vindas de vários lugares, mulheres que trabalhavam, que não trabalhavam assim. E eu lá, foi, destacou, realçou assim a minha condição de privilégio, assim que eu vivo, sabe, enquanto... Mesmo sendo mulher naquele espaço eu me sentia "caramba, quem é você?". Claro que sim, minha experiência é legítima também, eu também não quero me menosprezar nesse sentido [...] A sensação que me deu foi de conhecer mulheres reais assim. [...] Foi bem impactante e foi bem importante pra mim. Porque tipo depois disso, de conhecer essas mulheres, andando na rua era como se eu visse aquelas mulheres, sabe, tipo, eu nunca imaginava que aquela senhorinha que tava comigo aquele dia naquele grupo fosse feminista, ou tipo, fosse dar um cacete num homem se precisasse, tá ligado. Ai eu entrava num ônibus e via uma senhorinha, tipo, meu irmão, aquela senhorinha pode ser feminista e eu nem sei, tá ligado. Se acontecer alguma coisa ela vai me ajudar. Tipo, enfim, de ver a possibilidade do feminismo assim em outras mulheres, em outras classes, em outras coisas.*

É interessante como Joana traz em sua fala o impacto que sentiu ao entrar em contato com mulheres feministas tão distantes de sua realidade, as quais a companheira denomina de “mulheres reais”. Esse choque levou a companheira a reflexões sobre si mesma, sobre seus privilégios e sobre a “possibilidade do feminismo em outras mulheres, em outras classes”. Joana fala sobre a mudança de seu olhar diante de mulheres populares e mais velhas, transformação que expressa identificação com as mesmas através do feminismo e sentimento de confiança e sororidade⁴⁵.

A concepção de educação construída pelos movimentos sociais valoriza a participação dxs educandxs em ações como um processo necessário à formação política (SILVA, 2010). Alguns dos últimos depoimentos das interlocutoras falam sobre a participação em atos, manifestações, encontros e apresentações, e sobre como essas experiências puderam ampliar suas percepções acerca de si mesmas e do feminismo. A questão da troca de experiência, do contato com outras mulheres, com outras realidades também foi relatada pelas companheiras como o aprendizado de que o feminismo é algo maior, um movimento plural com diferentes expressões que entram em conflito e também em aliança (CAMURÇA; SILVA, 2013). Em sua tese, Carmen Silva (2016) afirma que é necessário problematizar a visão dominante de

45 Solidariedade entre mulheres/afeminadas.

que o feminismo é composto apenas por mulheres de classe média, brancas e acadêmicas. A ampla presença de mulheres populares e negras nos movimentos feministas atuais no Brasil indicam uma reconfiguração que “impõe novos desafios à articulação política e à elaboração teórica” (SILVA, 2016, p.22).

5.5.9 Engajamento

Um dos propósitos marcantes da metodologia da autorreflexão é contribuir para o engajamento das sujeitas na luta feminista, esse, porém, não é um processo simples nem linear (LIMA, 1988; SARDENBERG, 2011). Muitas vezes as sujeitas podem ter uma participação no movimento num sentido mais difuso, de ações como marchas e protestos, e não terem uma participação mais efetiva no dia a dia do movimento, compondo algum coletivo, e na construção organizativa das mobilizações. Em relação aos estudos, várias das companheiras realizaram ou estão realizando pesquisas sobre feminismo, nas áreas de cinema, serviço social, sociologia, antropologia, direitos humanos e educação e políticas públicas para igualdade racial. Algumas já tinham experiências com movimento feminista, outras não, mas tinha alguma experiência de militância, e outras não possuíam nenhuma vivência com movimento social. Durante o processo do FA!, e depois dele, houve quem se envolveu com o coletivo Ou Vai Ou Racha, quem passou a integrar a Marcha das Vadias, o Coletivo Cabelação, o Fórum de Mulheres de Pernambuco, a Batucada do FMPE, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Universidade Livre Feminista⁴⁶. E houve também que não se envolveu com outros grupos depois do FA!.

As interlocutoras tiveram várias visões sobre o tema. Ventania diz que o processo do FA! contribuiu para que o seu engajamento na luta feminista e sua participação no coletivo da Marcha das Vadias:

Foi depois de um tempo que eu comecei a participar dos encontros do FA! que eu entrei pra organizar a marcha, o coletivo da marcha. [...] Eu acredito que *é um dos potenciais da autorreflexão*. É tipo, você *extrapol*ar esse momento de você refletir sobre suas questões, sobre as questões que envolvem as mulheres, e partir pra ação, né. De não ficar no, entre aspas, como se fosse um "clube", né, que vai tá se chorando as pitangas, só e somente. Mas de pensar aquele espaço como *um espaço potencializador de construções de ações coletivas, tipo, de você se fortalecer a partir desses conhecimentos trocados e pensar em algo, e pensar em ações coletivas*, né. E aí foi muito isso que aconteceu comigo.

46 A Universidade Livre Feminista “é um projeto feminista, construído de forma coletiva e colaborativa, cujo objetivo é congrega, catalisar e fomentar ações educativas, culturais, artísticas; de produção de conhecimento e compartilhamento de saberes acadêmicos, populares e ancestrais, numa perspectiva contracultural feminista, antirracista e anticapitalista.” (UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA, s.d.)

Para Iracema, o processo foi semelhante:

Me deu um gás de engajamento também, de tipo, *não consigo me ver muito dizendo adeus ao engajamento político*, sabe. Dizer, aí não, eu não tô mais interessada disso, assim. Acho que vão ter momentos, claro, que eu vou ter mais tempo pra dedicar, e outros momentos que eu vou ter menos assim, mas eu *não consigo mais, na verdade, entender que a minha, que a cura das minhas dores, tipo, não é só individual, sabe. É tipo, a gente precisa se curar mesmo, assim, todas nós.*

Ventania defende que a metodologia da autorreflexão tem o potencial de “extrapolar” o momento da reflexão e “partir para a ação”, e Iracema reforça que é preciso buscar coletivamente uma cura para nossas dores. No entanto, outras companheiras relatam dimensões distintas desta experiência, como Joana, que reflete sobre o fato de não estar engajada politicamente:

Agora eu não tô em coletivo nenhum. É, tô em outros processos meus, mas assim, todas essas minhas passagens, principalmente no FA!, principalmente não, mas também, é, a importância de se estar nesses espaços políticos. Então *a todo momento tem dentro de mim, é tipo uma briga assim, tipo, você não está em nenhum coletivo, você tem que estar em algum coletivo, você tem que se organizar, você tem que ir pra rua, você não está na rua. Toda hora tem duas pessoas brigando dentro de mim assim, sabe. É, e eu me questiono "e porque é que eu não estou? e porque é que eu estou?". E tipo, mil porquês.*

Joana traz uma reflexão ao mesmo tempo política e existencial: participar ou não? Eis a questão. Trata-se de um sentimento, de certa forma, de uma espécie de cobrança interna e externa, que tem a ver com os espaços que frequentamos, as crenças que construímos, e ideologias que nos identificamos, o desejo de atuar de alguma maneira e, simultaneamente, as dificuldades que encontramos para isso. Já a companheira Perigão falou sobre seus desencantos com os movimentos:

Eu sempre pensei: quanto mais eu me aprofundo, mais eu vou descobrindo coisas que não queria assim descobrir, daí acaba o encanto. Então assim, *às vezes eu me sinto muito cansada, decepcionada* assim, queria ficar só naquela coisa de vou, faço uma coisinha ali, volto, saio, mas não quero muito saber, não aprofundo muito não (risos). Viver bem superficialmente assim dentro dos coletivos, sabe? Porque eu já me decepcionei muito. E assim, *uma coisa que eu vejo nessas mulheres mais velhas, nessas feministas "rocheda"⁴⁷ mesmo, é que elas dizem assim "você vão passar por tanta coisa", né. E quando a gente pergunta "e vale a pena?", "aí depende, né, da sua maturidade".*

Ela diz que às vezes tem vontade de se envolver apenas superficialmente nos coletivos, pois se sente cansada e decepcionada. Mas em seguida faz referência à fala de

47 Gíria que significa “forte”, demonstra grande admiração pela pessoa de que se fala.

“mulheres mais velhas”, “feministas ‘rocheda’”, que dizem que ainda vamos passar por muita coisa, e que vai depender de nossa maturidade se vai valer a pena.

Como educadora, Carmen reflete que o processo do FA! não foi muito bem-sucedido em relação à auto-organização, e identifica vários motivos para tal. Para ela, a metodologia da autorreflexão, da forma como foi utilizada, é frágil para desencadear processos auto-organizados. Carmen considera que esse método seria mais profícuo quando aplicado com pessoas de um mesmo movimento, e quando associado a uma formação política mais densa.

Trabalhando com mulheres soltas, e grupos, pequenos coletivos que não estão articulados em um movimento só, essa metodologia, sem também articular com o processo de formação política mais densa, ela tem, e acho que ela tem, deixa lacunas. E as lacunas pra mim se verificam exatamente no aspecto da auto-organização. Que em última instância, eu acho que é um *elemento central do ser feminista*, que eu acho que *ser feminista individualmente é uma coisa boa para a pessoa, mas não muda o mundo e não muda a vida das mulheres, quiçá não mude nem a vida da própria pessoa*.

A crítica à perspectiva individualista do feminismo é sempre uma marca de seu discurso e do posicionamento político do SOS Corpo. Carmen costuma ironizar esta concepção mais individual do feminismo como “*feminismo carreira solo*”. Pelo contrário, a perspectiva à qual se inscreve põe a auto-organização como elemento central do ser feminista. A educadora analisa que durante a formação com o FA! não houve espaço para viver os conflitos decorrentes das diferenças, desigualdades e divergências internas. E compreende também que, no plano macro, estamos vivendo um período de grande ofensiva neoliberal, que vem dificultando a construção de processos coletivos.

5.6 RELAÇÕES DE PODER

Reconhecendo a importância da análise das relações de poder para a pesquisa feminista (BURNS; CHANTLER, 2015), procurei refletir junto com minhas companheiras interlocutoras sobre essa questão no contexto do FA!. Diante de uma proposta pedagógica que defende a horizontalidade e a expressão, que relações de poder estariam atuando, muitas vezes de formas latentes?

A companheira Bocão fez uma fala sobre o assunto: “Eu tinha um feminismo como a luta das mulheres na maior alta conta, assim, né, *mulheres unidas “forever and ever”, pra vida inteira, né*. E eu acho que o FA! me ensinou sobre as desigualdades, sabe, entre a gente, que *feminismo é sim espaço de poder*”. Assim sendo, as pedagogias feministas necessitam

reconhecer as relações de poder em que estão inseridas para terem a possibilidade de atuar de forma crítica e libertadora (LOURO, 1997).

É muito importante para os movimentos feministas a existência de espaços exclusivos para mulheres/afeminadas, livres da presença de homens, onde podemos estar mais à vontade para falar sobre nossas experiências, porém isso não significa que nesses espaços não há relações de poder. Os grupos focais da pesquisa trouxeram diversas questões ligadas às relações de poder, as quais discuto a seguir a partir de alguns temas levantados, que possuem, no entanto, várias conexões entre si.

5.6.1 Desigualdades de raça, classe, estudos e trajetória política

A proposta da metodologia da autorreflexão é de que a fala possa circular entre todas as participantes, reduzindo o peso das relações de poder, as quais, no entanto, não deixam de existir. Para Carmen, educadora no processo de formação com o FA!, uma das relações de poder presentes no grupo era a “capacidade reflexiva” das participantes:

As pessoas que têm mais capacidade reflexiva, e conseguem elaborar e falar sobre suas reflexões, elas acabam ganhando uma centralidade nos grupos de autorreflexão [...] É óbvio que alguém que fala melhor, que consegue expressar melhor suas sensações, seus sentimentos, suas reflexões, e fala mais longamente no grupo, acaba assumindo um lugar de destaque maior que outras que têm mais dificuldade de expressão. Podem até ter uma reflexão interiormente, seriam pessoas de uma riqueza profunda, mas que têm maior dificuldade de expressão oral daquela reflexão.

É importante observar que tal desenvoltura na expressão verbal pode estar relacionada com a personalidade de cada uma, mas seguramente também se vincula à apropriação de determinados debates e outras relações de poder. Como sabemos, a experiência do FA! foi voltada para um público de mulheres jovens estudantes que se envolviam ou se interessavam pelo feminismo, e se deu concretamente com mulheres/afeminadas, em sua maioria com inserção universitária. A companheira Ventania reflete no depoimento seguinte sobre as relações de poder no FA!:

Eu acho que podem ter duas situações que exemplificam, né, essa disputa ou uma relação de poder. Acho que a primeira é de terem mulheres que já tavam, ou já tinham terminado a universidade, e outras que não tinham esse contato com esse mundo acadêmico. Eu acho que esse, esses polos de certa forma, podem ter intimidado algumas mulheres a se colocar mais, a sentir que fazia parte do grupo. Eita, tô pensando a terceira. Uma segunda, acho que geracional, de ter meninas bem novinhas e outras que já tem outras vivências. E a terceira que pode ter influência nesse processo, o de ser militante há mais tempo, e o de ter se descoberto feminista há pouco tempo. Acho que esses três tipos de relação tiveram, estiveram presentes,

não de forma gritante, ou não de forma explícita, mas acho que eu identifico essas três.

Ventania avalia que, de maneira implícita, fatores como idade, contato com o mundo acadêmico e com o feminismo há mais ou menos tempo, influenciaram as integrantes do FA! na intensidade da participação e no sentimento de pertencimento ao grupo. A companheira fala do lugar de alguém que já tinha concluído a graduação em ciências sociais, militado no movimento estudantil e participado da construção de ações feministas, de forma que naquele ambiente possuiria certos atributos considerados importantes. Carminha, por sua vez, conta que não se sentia à vontade para falar por acreditar que não tinha acúmulo de experiências com coletivos:

Eu acho que muita coisa de eu não me sentir muito à vontade pra falar é do tipo "eu não tenho nada de interessante pra falar". Tinham pessoas de vários coletivos, de várias coisas assim lá dentro, com várias experiências e eu ficava tipo "por que eu vou falar se, tipo, eu não passei por nada assim no grupo, nunca fiz nada, nunca cheguei?". Então eu ficava muito acuada. Não que me deixasse, tipo, mal sabe. Mas era alguma coisa muito natural pra mim de não querer falar porque, pô, eu não vou contribuir com nada. [...] Eu não me sentia igual, no meio assim, igual assim, do background sabe, não tinha essa, toda essa bagagem que as outras meninas tinham.

Apesar de dizer que não querer falar era para ela uma coisa “natural”, Carminha conta que se sentia “muito acuada” porque não tinha o mesmo “background que outras meninas tinham”. A companheira Perigão também falou sobre o seu processo, que possui algumas semelhanças com o de Carminha:

Eu ficava pensando assim: o que será que eu devo falar quando eu for falar? Às vezes eu ficava pensando nisso: o que é importante eu falar pra contribuir com esse coletivo? E aí, às vezes eu ficava pensando mesmo assim, que às vezes eu não sei se contribuía, sabe. Ou se o que eu falava era interessante pra o coletivo. [...] Porque eu sentia muito assim que tinham pessoas que eram mais valorizadas ali dentro do que eu, né. Talvez seja um complexo de inferioridade. Mas porque assim, como mulher negra, né, a gente sofre muito isso. Então, já chega nos espaços desconfiada mesmo, né. Eu senti que precisava da gente ali produzir uma coisa, pra dar um retorno, pra o SOS Corpo, né. [...] Ninguém nunca chegou pra mim pra dizer "ó, tu tem que fazer isso". Mas parecia que se eu não fizesse eu não tinha valor ali dentro, porque eu não tava engajada em nada que aparentemente era importante pra tá ali dentro, entendeu?

Assim como Carminha, Perigão traz a ideia de que sentia que precisava “contribuir”, falar algo “interessante”, e até mesmo produzir alguma coisa para dar “um retorno” à organização fomentadora da formação, o SOS Corpo. Essa noção acaba se sobrepondo à troca de experiências de vida de cada uma, que a princípio deveria orientar a autorreflexão feminista. Nesse sentido, alguns tipos de experiência contariam e outras não. Perigão traz ainda o forte elemento racial em sua fala, afirmando que não se sentia tão valorizada no FA!, e que isso provavelmente tem relação com um sentimento de desconfiança que desenvolveu

enquanto mulher negra diante do racismo estruturante da sociedade. A companheira Bocão também traz um depoimento com suas reflexões sobre as questões raciais e de apropriação da fala:

Foi um espaço também muito importante dentro dessas relações de poder, que *eu comecei a me entender enquanto mulher branca*, assim, uma mulher que sempre teve o espaço de fala negado, mas ali eu encontrava o espaço de fala, mas toda vez que eu saía do encontro eu ficava me perguntando "*por que só a maioria das meninas brancas que tão se sentindo à vontade pra falar?*", tá ligado? [...] E aí quando eu me colocava naquele momento era massa porque eu conseguia falar o que eu tava sentindo, mas eu via que outras meninas não se sentiam à vontade pra falar. *E muitas vezes eram sempre as mesmas meninas que falavam, e assim, eu não sei em que momento a gente, se a gente se perguntava sobre isso, sabe.*

Bocão afirma que foi no FA! que começou a se entender como mulher branca. Ela diz que encontrava no grupo um espaço de fala, o que era positivo, pois esse lugar lhe havia sido negado muitas vezes por sua condição de mulher. Entretanto, ao longo do processo, foi se dando conta de que em geral quem se sentia à vontade para falar eram as "meninas brancas", enquanto as negras seguiam silenciadas. A companheira Iracema também fala sobre a importância que o FA! teve para ela, no sentido de ali ter encontrado um espaço onde se sentia à vontade para falar. No início do grupo focal 1, sua visão era de que todas as participantes teriam tido essa mesma experiência, porém quando fomos conversando sobre as relações de poder, ela passou a perceber de outra forma:

Eu como essa pessoa tipo, pro lugar da privilegiada, é meio tipo, é óbvio que você não tá vendo isso, tá ligado? E que bizarro que você não tá vendo isso, sabe. Você deveria tá vendo isso, né. E eu acho que é a grande sacada de uma experiência bem sucedida de autorreflexão, é você ter, você conseguir realmente fazer com que essas coisas venham à tona.

Iracema reconhece que devido ao seu lugar de privilégio, enquanto branca e classe média, ela não conseguia enxergar as relações de poder que silenciavam outras companheiras. Mais um elemento importante é a presença de um conjunto de integrantes vindas das ciências sociais, pessoas que se conheciam muito ou pouco, e que traziam uma linguagem teórica sobre os fenômenos sociais, que podem ter constrangido algumas participantes. Perigão fala do incômodo diante de um feminismo acadêmico, abstrato, e faz a diferenciação entre esta perspectiva e um feminismo mais concreto:

Enquanto a gente, em um grupo a gente discutia sentimentos, sentimentos que eu digo, não sei se eu posso dizer sentimentos assim, aceitação de si, uma coisa assim, elas [integrantes do FMPE] discutem a falta d'água em casa, a construção, a rede de esgoto da rua. Sabe, assim, são problemas totalmente diferentes, né? Pessoas que apanharam do marido a vida inteira e hoje vivem a liberdade. Então são realidades totalmente diferentes. E aí eu vim descobrir um feminismo mais concreto assim. E aí hoje em dia eu vejo a diferença do FA!, que era um grupo assim de pessoas, sei lá,

acadêmicas. E hoje eu tô em um grupo que tem várias pessoas que não são acadêmicas, na verdade, algumas que não sabem nem ler, mas que vivem, né, o feminismo.

Perigão, depois da experiência do FA!, passou a integrar o Fórum de Mulheres de Pernambuco. Nesta última fala, a companheira traz fortemente a dimensão da classe, fazendo uma comparação entre o feminismo do FA!, no qual, na sua visão, discutíamos apenas “sentimentos”, “aceitação de si”, e o feminismo do FMPE, no qual as mulheres discutem a falta d’água, a rede de esgoto, e onde muitas sujeitas sofrem/sofreram violência doméstica e não têm/tiveram acesso aos estudos, mas “vivem o feminismo”. A perspectiva de Perigão remete às críticas que foram feitas no início dos grupos de reflexão no Brasil (década de 70), no sentido de que os mesmos seriam uma espécie de “chá das cinco das ricas”, como afirma Elaine França da Silva (2015). A metodologia também foi criticada nesse período inicial por ter sido praticada majoritariamente por mulheres intelectualizadas. Já em relação à questão racial, Carmen coloca o seguinte:

A dimensão racial também coloca elementos muito fortes para as relações de poder. Nós tínhamos uma minoria de mulheres negras, isso se deu por conta do perfil do grupo, que é um grupo de muitas companheiras que estavam na universidade antes do boom da política de cotas [...] Como a metodologia era de autorreflexão, e a gente pensando no lugar de desigualdade e de subordinação que as mulheres negras têm na sociedade, seria delas que poderia vir com mais força essa reflexão, então aí também se configurava uma situação de poder.

Além de haver uma minoria de mulheres negras, algumas delas, como colocou Perigão, não se sentiam à vontade para falar. Djamila Ribeiro (2017), define lugar de fala como lugar social e de poder. Para a filósofa, na sociedade patriarcal e racista existe um regime de autorização discursiva que legitima apenas o discurso do homem branco e heterossexual. Os demais sujeitos são então considerados “outros”, não possuindo o direito a voz. Porém, a voz não é entendida só como emissão de palavras, mas fundamentalmente no sentido de existência (FREIRE, 2011; LORDE, 2015a; RIBEIRO, 2017).

Para Maria Aparecida Silva Bento, no artigo “Branqueamento e Braquitude no Brasil” (2002), o grupo racial branco necessita começar a pensar o que significa estar nesse contexto, o que significa a questão racial a partir da branquitude. As pessoas em posição de privilégio não se vêem como marcadas, como pessoas que falam a partir de um lugar, pois se entendem como universais. No entanto, todas as pessoas, quando falam, o fazem a partir de um lugar social. Djamila Ribeiro (2017) defende, porém, que é preciso ter um posicionamento crítico, de responsabilidade e desnaturalização diante de nossos lugares sociais e de fala. Desta forma,

todas as pessoas poderiam, a partir de seus lugares, pensar e agir criticamente sobre racismo, relações sociais de gênero, de classe etc.

Nos depoimentos, entretanto, percebe-se que outros fatores, além do racismo, incidiram sobre o silenciamento de algumas companheiras, como a questão da “falta” de experiência com militância e feminismo. A valorização da atuação política na formação talvez tenha reforçado subjetivamente o sentimento de comparação e insegurança. Esses elementos apontam para a interseccionalidade das relações de poder, nas quais é possível que pessoas e grupos experimentem simultaneamente privilégios e opressões (BOTELHO; NASCIMENTO, 2016).

5.6.2 Relação com o SOS Corpo e mediação da educadora

O FA! nasceu a partir da proposta do SOS Corpo de uma formação política feminista com mulheres jovens e estudantes, e posteriormente, quando a organização anunciou que o processo educativo iria se encerrar, o grupo tentou seguir de forma autônoma. Baseado numa concepção político-pedagógica com foco na educação popular e no feminismo, o instituto defende a construção da autonomia nos seus processos educativos. Porém, isso não é algo simples, tendo em vista que as relações de poder envolvidas nas práticas pedagógicas feministas atuam em forma de rede na relação entre educandas, educadora e instituição (LOURO, 1997).

Na época em que o FA! estava em atividade algumas pessoas do movimento feminista nos chamavam de “as crias do SOS” e houve também quem nos chamasse de “as meninas de Carmen”. A companheira Bocão fala sobre seu incômodo diante disso:

Eu me lembro que era uma birra que eu tinha muito grande que era com o fato de muita gente achar limpeza a gente ser chamada das *"meninas de Carmen"*. [...] Aí eu me lembro que a gente discutia muito sobre isso, né, sobre, eu dizia *"meu irmão, a gente pode muito bem fazer os encontros sem necessariamente Carmen tá aqui mediando"*.

Bocão diz que nunca se sentiu uma “cria do SOS”, pois quando era mais jovem e estava entrando no feminismo vivenciou conflitos com a instituição em relação à questão geracional. Há algum tempo, porém, a coletiva⁴⁸ da qual ela faz parte, a Marcha das Vadias Recife, vem realizando várias parcerias com o SOS Corpo.

⁴⁸ Alguns grupos feministas têm utilizado o termo “coletiva” ao invés de coletivo, para usar a linguagem no feminino.

As interlocutoras Iracema e Ventania trouxeram a reflexão sobre como a mediação no processo educativo do FA! pode ter afetado a construção da autonomia do grupo. Iracema afirma o seguinte:

Eu acho que a gente não precisava se confrontar com as nossas desigualdades e diferenças porque existia uma mediação. Então, eu acho que a gente falava de vários lugares diferentes, [...] mas a gente não precisava se confrontar com as nossas disputas, que são disputas também.

A fala de Ventania vai à mesma direção: “Tanto é importante a mediação, mas que, de certa forma, ela prejudica a autonomia. [...] Sem a mediação essa desigualdade surge e a gente não consegue dialogar, porque não construiu isso antecipadamente. Não foi um processo, foi tipo ‘txoma!’⁴⁹”. As falas das companheiras remetem às dificuldades que vivenciamos no processo de autonomização do FA!, quando tivemos que lidar com nossas diferenças, desigualdades, disputas e divergências sem ter construído um diálogo sobre isso anteriormente.

Carmen reconhece o seu lugar de poder na formação com o FA!, afirmando que esse é um elemento que não deve ser escamoteado, e sim enfrentado assertivamente:

Eu estava no grupo com uma condição de poder diferenciada. Quer dizer, eu era uma educadora, não uma educadora qualquer, mas uma educadora do SOS Corpo, que eu reconheço como uma instituição que tem bastante poder no interior do movimento feminista localmente, e que era reconhecido como esse lugar, e eu tinha uma, vamos dizer assim, determinada experiência e uma determinada conformação teórico-política que transcendia aquele espaço do grupo, né. Que as pessoas que participavam do grupo me conheciam de outros espaços que não são o espaço do grupo. Então esse é um lugar de poder, quer dizer, a relação pedagógica, por mais dialógica que ela possa ser, e de construção coletiva, ela pressupõe uma relação de poder.

Carmen fala sobre o lugar do SOS Corpo como “uma instituição que tem bastante poder no interior do movimento feminista localmente”, porém não é exagero afirmar que o instituto tem grande influência nos níveis regional, nacional e internacional. A questão do financiamento do projeto Cirandas também foi discutida nos grupos, porém numa dimensão mais micro, em relação, por exemplo, à ajuda de custo que recebíamos em cada encontro para o almoço, ou ao apoio financeiro que alguns coletivos tiveram, ou que nós mesmas do FA! tivemos para realizar ações nossas. Essa questão financeira muitas vezes foi motivo de questionamentos e tensões entre nós, devido a posicionamentos distintos. Sonia Alvarez (2014) traz observações sobre as contradições com as quais as ONGs lidam em suas práticas.

49 Gíria que reinventa a palavra “toma” (verbo “tomar” no imperativo). Utilizada com vários sentidos, nesse caso, está falando de algo brusco, abrupto.

Essas instituições se tornaram esteios e nós articuladores dos movimentos, devido ao nível de organização e capacidade maior ou menor de acesso a financiamentos.

Carmen avalia que em alguns momentos teve que lançar mão de seu lugar de poder enquanto educadora para reduzir o peso de poderes internos no grupo, já em outros se utilizou de técnicas para facilitar o processo de expressão de integrantes que tinham mais dificuldade. Ela relata que ocorreu também de ter que se abster de liderar processos de apoio a ações coletivas para preservar o protagonismo das participantes. No entanto, a sua presença foi muito forte durante todo o processo, inclusive na mediação de conflitos envolvendo diferentes coletivos. A sua presença é bastante marcante também na elaboração deste meu trabalho, seja através das referências a suas produções escritas, de seus depoimentos na entrevista ou nos vários auxílios que dela obtive para pensar e realizar o projeto. Ressalto que me utilizo também de referências teóricas de outras integrantes do SOS Corpo, como Silvia Camurça, Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira.

Os depoimentos das interlocutoras indicam os desafios que vivenciamos para a construção de autonomia no contexto da experiência do FA!. Para Paulo Freire (2006), a autonomia diz respeito a como o ser humano encontra a possibilidade de direcionar o rumo de sua própria história, a partir da consciência crítica das opressões. Autonomia é também a capacidade de aprendermos a dizer a nossa própria palavra, de assumirmos quem somos, sendo o oposto da heteronomia, ou seja, da dependência, da subserviência e da negação de si mesmox.

Uma reflexão que surgiu nos grupos focais, ligada à construção da autonomia em relação a instituições, foi a noção de que é importante firmarmos vínculos e alianças em campos que confiamos politicamente, mantendo a nossa liberdade de opinião e ação. Apesar de a formação com o FA! não ter tido, por parte do SOS Corpo, um direcionamento em relação à participação das educandas para as articulações que o insitituto faz parte, muitas de nós fomos nos envolvendo com esses espaços políticos. Se por um lado a formação não tinha esse direcionamento, por outro, éramos apresentadas e convidadas a participar de ações desses movimentos. Algumas de nós foram se identificando com as propostas e começaram, de fato, a participar desses espaços. Esta questão aponta para o poder de influência que essa formação promovida pelo SOS Corpo representa dentro do campo feminista.

5.6.3 Invisibilização da identidade transgênera

A problematização sobre quem é sujeito do feminismo é um tema complexo, que se manifestou no FA! especialmente a partir dos questionamentos de Perigay, ex-integrante trans não-binária. A companheira identifica-se como afeminada, ou seja, refere a si mesma no feminino, mas não se considera nem mulher, nem homem. Como lidar com essa questão numa formação feminista voltada para “mulheres”?

A universalidade da categoria mulher é, segundo Maria Lugones (2014), o grande dilema que o feminismo hegemônico enfrenta diante das múltiplas diferenças e desigualdades internas ao grupo “mulheres”. Várias identidades subalternizadas como lésbicas, negras, latinas, bissexuais, rurais, periféricas, deficientes têm questionado a branquitude, o classismo, a lesbo/bifobia, o capacitismo, a centralidade do urbano e do norte global, entre outras relações de poder presentes nos movimentos feministas.

As mulheres trans também têm construído uma forte luta por legitimidade dentro dos movimentos feministas, por visibilidade, acesso a direitos e enfrentamento à violência brutal que sofrem (a expectativa de vida de mulheres trans é em torno de 35 anos de idade, quase metade da média nacional). No entanto, outras sujeitas trans, que não se identificam como mulheres, mas como não binárias, isto é, sem uma definição dicotômica de gênero, igualmente têm reivindicado espaço dentro do feminismo. Para Sonia Alvarez (2014), o contexto atual do campo feminista brasileiro é de descentramento, no qual há um intenso debate sobre corporalidades, sexualidades e identidades de gênero. Não chegamos a aprofundar muito sobre esta questão na pesquisa, mas ela surgiu em dois depoimentos. Perigay afirmou no grupo 3:

Uma coisa que me afastava e eu não sabia muito bem era justo isso assim, porque tipo, no feminismo, e aí eu venho notando cada vez mais assim, e tem sido difícil cada vez mais pra mim, tem muita mulher cis. Nada contra mulheres cis, mas é porque pra mim eu preciso de outras coisas, eu preciso tá convivendo com outras pessoas mais próximas a mim assim.

No grupo 2, Bocão também falou sobre a questão:

A gente tinha uma pessoa dentro do grupo que não se identificava enquanto mulher [...] E tipo, mais no final eu sentia que Perigay se sentia muito desrespeitada assim. E aí eu acho que tiveram questões bem pontuais que a gente queria falar sobre mulheres e Perigay dizia 'porra, galera, mas eu vou ter que repetir a mesma história quantas vezes?', tá ligado?

As duas falas abordam tanto o período em que estávamos na formação com o SOS Corpo como a fase em que nos autonomizamos, uma vez que em ambos os momentos apenas Perigay não se identificava como mulher no grupo. A companheira afirma que para ela “tem sido cada vez mais difícil”, pois no feminismo “tem muitas mulheres cis”, e ela afirma que precisa conviver com pessoas mais próximas a ela. Bocão reconhece que Perigay “se sentia muito desrespeitada”, já que não se identifica enquanto mulher e o grupo sempre focava em questões específicas das mulheres, invisibilizando suas questões. Se por um lado é legítimo que as mulheres do FA! (grupo no qual eu me incluo) pautassem suas próprias questões, considero que seja pertinente que enquanto feministas estejamos abertas a reconhecer outras identidades, numa dinâmica de diálogo e inclusão das pessoas e de suas pautas.

Especificamente, em relação à formação do SOS Corpo, a concepção política do instituto é de que o movimento feminista é parte do movimento de mulheres (CAMURÇA, 2007; SILVA, 2016). Carmen Silva define esses movimentos da seguinte forma:

Utilizo movimento(s) de mulheres para fazer alusão ao processo constituído por um conjunto de formas organizativas e mobilizações sociais, sejam ciclos de protesto ou outras ações coletivas amplas de incidência pública, realizadas por mulheres. [...] Chamo movimento(s) feminista(s) a um processo semelhante, mas cuja identificação política afirma o feminismo, o que não ocorre nas formas anteriores (SILVA, 2016, p. 29).

Por esta perspectiva, a identificação política de mulheres com o feminismo possibilita o movimento feminista. Porém, como fica a possibilidade de pertencimento e participação das sujeitas que não se identificam enquanto mulheres? Concordo que a categoria mulheres é de fundamental importância para o movimento feminista como identidade política (CAMURÇA, 2007), no entanto, também estou de acordo quanto à corporificação não reificada da sujeita feminista, no sentido desta não necessariamente ter um corpo fêmeo (HARAWAY, 1995). Não se trata de defender um feminismo misto, com a participação de mulheres e de homens, mas um feminismo em que diferentes sujeitas possam construir diálogos.

5.7 SOBRE O PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO E TÉRMINO DO FA!

A formação do FA! com o SOS Corpo se deu nos anos de 2013 e 2014. Em 2015, o instituto já não estava mais realizando o processo educativo com o grupo, de forma que seguimos de maneira autônoma até o início de 2016. A companheira Carminha falou sobre suas memórias do período de autonomização do grupo:

E quando terminou o Cirandas e a gente resolveu se organizar assim, *eu fiquei também querendo, até porque eu não tinha contato assim, com movimentos sociais, nenhum grupo. [...] É, e essa transformação do grupo, tipo feminista mesmo, que eu tava querendo assim, até pra, pro exercício de autodescoberta* assim, sabe. E aí, eu fiquei também nessa instiga, mas acho que muitas de vocês já participavam de coletivo, assim, aí *eu me sentia meio verde* assim no espaço, mas eu tava, tava querendo, sabe. *E foi até bom no começo. Eu lembro que a gente tentou até montar um grupo de estudos* mesmo assim, chegou até a ter reunião e tal, tipo, *era uma proposta legal* assim que a gente tava organizando, sabe.

O FA! foi para Carminha e para outras companheiras, a primeira experiência de movimento social. A interlocutora diz que quando o projeto do SOS Corpo terminou, e o FA! resolveu continuar, ela “estava querendo” construir essa experiência coletiva feminista “até para o exercício de autodescoberta”, mesmo que se sentisse “meio verde”. Caminha relembra de uma das nossas propostas, um grupo de estudos feministas, que demos início nessa época. No entanto, não havia uma unidade do grupo, como coloca Perigay:

Essa coisa da separação pra mim foi muito explícita, assim do tipo, a gente quis continuar o grupo, a gente fez uma reunião pra saber se a gente queria continuar o grupo, se a gente tinha essa unidade. Inclusive tinha, *foi muito colocado, essa unidade ela não existe, a gente não é um grupo. Então a gente é um grupo, a gente não é um grupo.* E ficou muito tempo nessa vibe⁵⁰ assim.

Nesse depoimento, Perigay fala sobre uma divergência que nos acompanhou durante esse período autônomo, que foi uma crise acerca de nossa identidade: somos ou não ou um coletivo? A companheira Bocão trouxe algumas reflexões sobre o assunto:

Eu acho que talvez ao longo desse processo *essa ideia da gente ser um grupo talvez tenha tentado se sobrepor a muitas diferenças que tinham ali*, porque todo mundo vinha de lugares muito diferentes assim. [...] Eu fiquei me perguntando muito assim, *é, como foi que as coisas se deram de tal forma que um pedaço das pessoas se enxergava enquanto coletivo?* Porque eu acho que no final a treta⁵¹ foi muito essa, né? [...] Eu olhava praquilo tudo que tava ali e eu enxergava uma potência do caralho, mas eu não me via enquanto coletivo, tipo, eu não tinha um sentimento de pertencimento àquele lugar assim. *Era massa, era muito fortalecedor, mas eu não sei, na minha ideia assim, você ser parte de um coletivo é quando você se sente, quando você se reconhece ali dentro, quando você, sei lá, se sente parte. [...] As pessoas viveram processos muito diferentes ali dentro. Bicha, aquele FA! foi um mundo.* A real é essa! Que tipo, pessoas tiveram relações muito distintas com aquilo ali, sabe? [...] *E é claro que era legítimo as pessoas se sentirem enquanto coletivo, e aí eu tô falando do meu lugar, mas assim da minha vivência com o FA!, mas não era legítimo se sentir parte de um coletivo? Claro que era também, né?*

Bocão diz que a ideia do FA! constituir um coletivo havia se sobreposto a muitas diferenças internas. A companheira afirma que a experiência do FA! era fortalecedora, mas que ela não se sentia pertencente ao espaço como um coletivo. Ela fala, porém, que “as

50 “Energia”, “dinâmica”, “vibração”.

51 “Confusão”.

peessoas viveram processos muito diferentes ali”, e que era sim legítimo que houvesse companheiras que se sentissem parte do FA! enquanto um coletivo. No seguinte diálogo entre Ventania e Clara Zektin (grupo 1), as companheiras falam também sobre o assunto:

V - A gente tava numa ânsia de fazer, todas nós, só que *já existia Ou Vai Ou Racha, tipo, era um coletivo dentro de um coletivo, né*. E aí, *nós que éramos do coletivo da Marcha das Vadias já tínhamos trocentas mil atribuições, e a gente queria, pelo que eu entendia, manter aquele espaço, um espaço de autorreflexão*, que era tipo, outro lugar, que era *um lugar que não era tarefeiro, que não era treta, era um espaço pra gente, né, tá se acolhendo e tal*. E aí, pela ânsia de fazer, de fazer, de fazer e de se transformar, *não agradava a gente o FA! se tornar um coletivo pra fazer ações. A gente não teria condições de tocar dois coletivos*, entendeu. Tipo, era fora da condição, assim, humana. E aí, o que foi, eu também bati várias vezes nessa tecla, tipo, *um coletivo é muito mais, você tem que sentar, tem que afinar politicamente, fazer formação, dividir tarefa, é outro rolê*⁵². [...] E aí, eu acho que foi esse debate, né, de um grupo que queria que esse grupo se tornasse um coletivo, e um grupo que não queria isso.

CZ - E o grupo que não estava tão envolvido

V - É, e o grupo que tava "oi, não tô entendendo nada!".

Ventania fala sobre os coletivos que estavam presentes de forma mais forte no FA!: o Ou Vai Ou Racha e a Marcha das Vadias. Ela, como integrante da Marcha das Vadias, coloca a posição desse coletivo diante da identidade política do FA!: para elas não seria possível construir mais um coletivo, elas desejavam um espaço que não fosse “tarefeiro”, onde fosse possível o acolhimento e a autorreflexão, sem o peso de ter que realizar ações. A companheira fala sobre a necessidade de se “afinar politicamente” para a construção de um coletivo, e que havia um grupo dentro do FA! que queria que o mesmo se tornasse um coletivo e outro que não. Clara aponta que havia ainda um grupo que não estava envolvido, ao que Ventania responde afirmando que era um grupo que não estava entendendo o que estava passando.

A companheira Joana trouxe reflexões sobre conflitos pessoais e políticos que ocorreram no processo do FA!:

Na posição que eu tava eu lembro de sempre sentir, começar a ver que *cada vez mais tava acontecendo desentendimentos que nem sempre eu sabia o que eram, tanto pessoais quanto políticos entre várias de nós* assim, dentro e fora. [...] E tipo, como lidar, né? Não é um problema com o FA!, são problemas fora, são problemas que eu não sei porque alguém me disse, que eu sei por segundas, eu chego lá e vou me meter pra tentar resolver fora e dentro? Como é isso, sabe? Como é que fica essa solidariedade de querer se preocupar com os conflitos das outras, e isso tá afetando aqui a gente aqui dentro. Eu lembro que isso do meio pro final da minha participação, isso só cresceu assim. [...] *Pra mim isso é uma das causas da dissolução do coletivo*. [...] A sensação de inexperiência com essas coisas que iam demandando do FA!, de mim enquanto Joana, vários, alguns conflitos que chegaram pra mim de outras pessoas, e eu *"meu irmão, eu não sei lidar com isso, eu não*

52 “É outra história”.

consigo, tipo, não tenho energia, não tenho acho que maturidade, não sei lidar com isso, vou me afastar".

Joana fala sobre desentendimentos tanto pessoais, como políticos, que estavam acontecendo “entre várias de nós”, dentro e fora do FA!. Ela acredita que essa é uma das causas da dissolução do coletivo, e fala que pessoalmente esses processos lhe demandaram energia e maturidade que ela não dispunha. Sobre esse assunto, Perigão fala:

Então, rolou assim isso que a gente, a perda mesmo de confiança umas nas outras, falta de respeito assim, falta de sororidade. Somente, né. E assim, teve uma época que eu de fato, perdi totalmente, totalmente a confiança no grupo, no grupo todo, sabe, no FA!.

O depoimento de Perigão fala sobre a perda da confiança entre as ex-participantes do FA!, o sentimento de desrespeito e de falta de sororidade. Outra questão, levantada por Carminha, foi o fato de algumas pessoas do grupo não se conhecerem bem entre si:

Eu lembro de na reunião final mesmo, na Várzea, que uma das coisas foi até Perigay que disse assim, que "mas a gente precisa se conhecer, eu fico meio assim porque eu não sei quem são as pessoas". E até ela virou até pra mim assim "vocês não falam, então eu não conheço vocês", assim sabe. E tipo, "pra a gente fazer parte de um coletivo a gente tem que conhecer as pessoas que fazem parte" assim. E eu "caramba, tipo, é mesmo!". E até o fato do quão importante foi aquelas reuniões, depois quando acabou as reuniões do SOS, de irem pro Mercado, tá ligado? Eu e Elisabeth, a gente não podia ir, tinha que ir pra casa. Mas tipo, talvez aqueles momentos fossem bons, tipo, por exemplo, se eu tivesse participado daquilo pra fortalecer esse relacionamento pessoal mesmo, sabe, não só daquele espaço da gente tá trocando experiências, que eram experiências tipo muito íntimas assim, que às vezes eu ficava "meu deus, essa menina que eu não conheço tá contando isso mesmo?". Enfim, tá num espaço com tanta gente que não conhece, e aí a gente saía, e aí ficava tipo, "mas eu sei de coisas sobre você, mas eu não sei quem é você", assim a gente não se conhece, sabe.

Carminha lembra de algumas falas de Perigay na última reunião do FA!, quando conversamos para encerrar o grupo, nas quais uma companheira disse a outra que era necessário que as pessoas se conhecessem para formar um coletivo. Carminha fala que ela e sua irmã Elisabeth não podiam ir para as “reuniões do Mercado”, referindo-se aos momentos após os encontros no SOS Corpo, nos quais íamos para o Mercado da Madalena para comer, beber e conversar. A companheira acredita que estas seriam oportunidades para “fortalecer esse relacionamento pessoal” com as outras, pois nos momentos de autorreflexão compartilhávamos “experiências muito íntimas”, mas não tínhamos intimidade com todas.

É interessante observar a divergência que houve em relação à identidade do grupo, se éramos ou não um coletivo e as diferenças de pertencimento. Houve uma divisão no grupo entre pessoas que queriam um coletivo que fizesse autorreflexão e ação, e outro que entendia que não era possível dar conta de mais ações, pois já faziam parte de um coletivo, e preferia

que o FA! fosse um espaço exclusivo para a autorreflexão. Jo Freeman, em 1970, criticou a impotência política dos grupos de autorreflexão, afirmando que estes tropeçavam no momento em que as pessoas decidiam “parar de conversar”, e queriam “fazer algo mais”. A mesma autora, em 1976, criticou a ênfase ao extremo na palavra de ordem “o pessoal é político”.

Para Cecília Sardenberg (2011), os processos formativos em pedagogias feministas são complexos, não lineares e repletos de incertezas e contradições, e é desta forma que compreendo a experiência de formação, autonomização e término do FA!. Larrosa (2002) afirma que a experiência não é um caminho previsto, mas uma abertura para o desconhecido, e sua sujeita, um território de passagem, uma superfície sensível na qual ficam marcas, vestígios e afetos. É uma paixão e seus padecimentos, da qual construímos conhecimentos a partir dos sentidos, e dos sem-sentidos, que nos acontecem. É desta forma que compreendo a experiência do FA!.

6. INCONCLUSÕES

Ao final desta jornada de tantas reflexões, considero que o resultado deste trabalho encontra-se em convergência com a maior parte das pesquisas feministas: estudar o feminismo a partir das vivências das sujeitas, assim como, incorporar suas teorizações sobre as mesmas.

Na construção de um estudo de caso sobre a experiência autorreflexiva com o FA!, coloco-me no lugar de pesquisadora participante, o que reforça o caráter autorreflexivo do trabalho. Em relação a esses dois processos educativos, a formação feminista com o FA! e o mestrado, considero que um dos grandes desafios é a construção da autonomia. Para ver, fazer e para aprender a dizer a própria palavra (FREIRE, 1983; 2006), e não é fácil.

A escuta das companheiras, guiada por contínuos questionamentos, e a escrita baseada nas experiências, nas memórias, na construção de uma metodologia de investigação e no aprofundamento teórico formam juntas um estudo que pretende interligar saberes que partem das vivências e dos conhecimentos acadêmicos. Seguindo a perspectiva de que a ciência é construída de forma situada, a partir do lugar de quem a elabora e de que os conhecimentos produzidos são incompletos e transitórios, os “resultados” desta pesquisa são como o desenho de um entrelaçado de histórias, conectados em territórios ora compartilhados, ora divididos, e também localizadas em zonas fronteiriças. Trata-se de um desenho singular, que poderia ter várias outras formas, mas que tomou esse corpo ao longo dos caminhos percorridos.

A dimensão do encontro permeia esse processo como um todo, desde os tempos da formação com o FA!, passando pela tentativa de constituição de um grupo autônomo, até a realização da pesquisa em si. Falo “encontro” em vários sentidos: do encontro, convívio, conflito e relação com pessoas, sujeitas diversas; e dos encontros, desencontros e reencontros com o feminismo, com identidades e pertencimentos.

A experiência do FA! ocorre em contextos históricos, políticos, sociais e geográficos específicos. Num período de fortalecimento do movimento feminista em Recife e no Brasil, do surgimento de novos coletivos e a chegada de novas sujeitas. Simultaneamente, vivemos golpes e retrocessos políticos, perda de direitos das mulheres, negrxs, LGBTTs, trabalhadorxs, indígenas, camponesxs, e todos os grupos subalternizados. Vivemos um momento em que resistir é cada vez mais difícil e necessário. A experiência investigada está situada no campo da esquerda, dos movimentos feministas, os quais realizam uma política voltada para as transformações culturais por meio da educação, comunicação, produção de conhecimentos etc. A formação promovida pelo SOS Corpo teve um perfil demarcado de

participantes: mulheres jovens, estudantes, envolvidas ou interessadas no feminismo. No entanto, nem todas se enquadravam nessas categorias, de forma que tal experiência possibilitou, ao mesmo tempo, (des)identificações e múltiplas relações de poder.

Os aprendizados e transformações construídas nesse processo do FA! se deram a partir de distintos pontos de iniciação das sujeitas feministas. Nesse sentido, pude identificar várias nuances da construção das identidades feministas, do entendimento político sobre questões pessoais e cotidianas, das trocas de conhecimentos sobre pautas do feminismo, do aprendizado da escuta e da expressão, da vivência de outras lógicas do movimento, do autoconhecimento sobre corpo e sexualidade, do contato com um feminismo maior e das possibilidades de engajamento. Tais aprendizados e transformações são entendidos como um processo contínuo e inseparável de outros fatores, simultaneamente pessoais e políticos.

Como síntese dos aprendizados desse(s) processo(s), considero fundamental a compreensão de que é necessário “transformar o mundo transformando a nós mesmas” (CÉSAR, 2007). É necessário refletir sobre nossas vidas para compreender e transformar o mundo e a nós mesmas. E essas transformações são procedimentos contínuos da revolução que é “tornar-se feminista” (HOOKS, 2017).

Quanto às relações de poder, apesar da proposta da autorreflexão de que a fala possa circular igualmente entre todas as participantes, pude identificar que vários aspectos influenciaram na fala e no silenciamento das companheiras durante os encontros, como desigualdades de raça, classe, estudos e trajetória política. A relação com o SOS Corpo, instituição promotora da formação e a mediação da educadora também foram identificados como importantes relações de poder na experiência do FA!, assim como, a relação entre os diferentes coletivos que compuseram o grupo. Outra questão de poder reconhecida no processo, e igualmente importante, foi a invisibilização da identidade transgênera. A experiência do FA! aponta também para processos autorreflexivos de reconhecimento não só de opressões, mas também de privilégios.

Tendo em vista que as pedagogias feministas buscam a formação de sujeitas engajadas na luta contra o patriarcado e outras formas de opressão, e que a metodologia da autorreflexão procura partir da compreensão de como estes modos de dominação atuam em nossas vidas, a experiência do FA! se interliga a processos complexos, não lineares, e às vezes contraditórios de formação das identidades, influenciando, de maneiras diversas, a participação política feminista das ex-integrantes. Concordo com Lugones (2014), no sentido de considerar que a resistência é possibilitada pela subjetividade ativa das sujeitas contra a invasão opressora e

colonial de si próprias. Sendo assim, a resistência é autorreflexiva, cotidiana, criativa e também comunitária, uma vez que a opressão age sobre as coletividades.

Considero que a realização desta pesquisa sobre uma experiência de autorreflexão feminista traz contribuições mais gerais para a possibilidade de diversas práticas de grupos de reflexão. Esses são viáveis sempre que um grupo identitário específico deseje refletir sobre o compartilhamento de vivências de opressão, desigualdades e resistências, podendo ser utilizados por agrupamentos de mulheres negras, lésbicas, trans, brancas, homens. As possibilidades de focar os aspectos das identidades são múltiplas. Por fim, acredito que esta pesquisa aponta para várias outras investigações acerca do tema da autorreflexão, uma metodologia tão forte para os movimentos feministas, bem como para o tema mais geral das pedagogias feministas, ainda pouco explorado, porém que desperta bastante interesse e paixão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maira Luísa Gonçalves de. **Feminismo no Exílio: O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. São Paulo: Alameda, 2014

ALÓS, Anselmo Peres. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. **Estudos Feministas**, n. 19, v. 2, p. 421-449, mai-ago, 2011

ALVAREZ, Sônia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cad. Pagu** n.43, p. 13-56, jul-dez, 2014.

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: ÁVILA, M. B. (org). **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo, 2001.

BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 52-75.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BERGER, Sônia; BARBOSA, Regina; SOARES, Cecília; BEZERRA, Cláudia. Formação de Agentes Comunitárias de Saúde para o enfrentamento da violência de gênero: contribuições da Educação Popular e da pedagogia feminista. **Interface**, vol.18, supl. 2, p. 21-39, 2014.

BOTELHO, Denise Maria; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Celebração móvel: políticas públicas, transversalidade e interseccionalidade de gênero e raça. In: SANTOS, Deborah Silva; GARCIA-FILICE, Renisia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota (orgs.). **A Transversalidade de Gênero e Raça nas Políticas Públicas: limites e possibilidades**. Brasília, 2016, p. 26-40.

BRANCO, Sophia. **FeminismoAgora!:** Notas sobre um processo de reflexão e fortalecimento. Recife: SOS Corpo, 2014.

CAMURÇA, Silvia; SILVA, Carmen. **Feminismo e Movimento de Mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2010.

CAMURÇA, Silvia. **Nós mulheres e nossa experiência em comum**. Cadernos de Crítica Feminista, número 0, ano I, Recife: SOS Corpo, 2007.

_____. **Nosso corpo, nosso primeiro território!**. 2012. Disponível em <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3709:nosso-

[corpo-nosso-primeiro-territorio&catid=390:numero-172-janeiro-a-junho-de-2012&Itemid=129](#)>. Acesso no dia 10 de junho 2018.

CÉSAR, Guacira. **El desafío de transformar el mundo mientras nos transformamos**. 2007. Disponível em <<http://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/proyectos-antteriores/nuevas-tecnologias-tic/29-publicaciones/revistas/cotidiano-mujer-no43/274-guacira-cesar-de-oliveira>>. Acesso no dia 10 de junho de 2018.

CHADDERTON, Charlotte; TORRANCE, Harry. Estudo de Casos. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Orgs.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 90-98.

CHANTLER, Khatidja; BURNS, Diane. Metodologias Feministas. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Orgs.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 111-120.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O Feminismo no Brasil: Uma (breve) Retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. (Orgs.). **O Feminismo no Brasil: Reflexões Teóricas e Perspectivas**. Salvador: NEIM/UFBA, 2008, p. 23-50.

COSTA, Luciano Bedin. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do LAV**, vol. 7, n.2, p. 66-77, 2014

CRENSHAW, Kimberlé. **Porque a interseccionalidade não pode esperar**. 18 jun. 2015. Disponível em <<http://blogueirasfeministas.com/2015/10/porque-a-interseccionalidade-nao-pode-esperar/>>. Acesso no dia 14 de maio de 2018.

CUENTRO, Ana Cecília Nascimento. **Racha a senhora é maravilhosa!** Novas sujeitas e práticas políticas contemporâneas no movimento feminista na cidade do Recife-PE. Dissertação de conclusão de mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2017.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **A ciranda das mulheres sábias: ser jovem enquanto velha, velha enquanto jovem**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

FERREIRA, Claudia; BONAN, Claudia. **Mulheres e movimentos**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

FERREIRA, Verônica Maria. **Da mulher como objeto às mulheres como sujeito**: uma análise da trajetória do movimento feminista nas lutas por saúde da mulher no Brasil. 142 f. Dissertação de conclusão do mestrado em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2006.

FLEURI, Reinaldo Matias; MURACA, Mariateresa. Enfoque feminista da perspectiva político-pedagógica freireana. 35ª Reunião Anual da Anped, GT06 Educação Popular, 2012.

FRANKHAM, Jo. Etnografia. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Orgs.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis,: Vozes, 2015, p. 69-78.

FREEMAN, Jo. **A tirania das organizações sem estrutura**. 1970. Disponível em <[http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/files/event/26881/a_tirania_das_organiza%C3%A7%C3%B5es_sem_estrutura_\(1\).pdf](http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/files/event/26881/a_tirania_das_organiza%C3%A7%C3%B5es_sem_estrutura_(1).pdf)>. Acesso em 25 de maio de 2017.

FREEMAN, Jo. **Trashing**: o lado sombrio da sororidade. 19 set. 2015. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/trashing-o-lado-sombrio-da-sororidade/>>. Acesso no dia 24 de fevereiro de 2018.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: a teoria e a prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cad. Pesqui.**, no.116, p. p. 21-39, 2002.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984

_____. Amefricanidade. **Revista Humanidades**, ano V, p. 23-25, 1988.

GOUVEIA, Taciana; PORTELLA, Ana Paula. **Ideias e dinâmicas para trabalhar com gênero**. Recife: SOS Corpo, 1999.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In *Cadernos Pagu*, v.5, pp. 07-41, 1995.

HANISH, Carol. **O pessoal é político**. 10 jun. 2014.

Disponível em <<https://resistenciaradfem.wordpress.com/tag/carol-hanisch/>> Acesso em 29 de setembro de 2016.

HOOKS, bell. Linguagem: ensinar novas Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. **Estudos Feministas**, n. 16, v. 3, p. 857-854, set-dez, 2008.

_____. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. **El feminismo es para todo el mundo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

KOROL, Claudia. La educación como práctica de la libertad: nueva lecturas posibles. In KOROL, Claudia (Org.) **Hacia una pedagogía feminista**. Buenos Aires: El Coletivo Panuelos em Rebeldía: América Libre, 2007, p.9-22.

JUNG, Carl Gustav. **Sincronicidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascarados**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, nº 19, p. 20-28, jan/abr, 2002.

LIMA, Maria José. **Linha da vida ou grupo de autoconsciência: uma reflexão sobre a ótica feminista**. In: RÉGIA, M., CAMURÇA, S., OLIVEIRA, E. et all (orgs). **Como Trabalhar com Mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988, p. 35-49.

LISPECTOR, Clarice. **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOPES, Daniele Rehling; SILVA, Márcia Alves. Da educação não-sexista à pedagogia feminista. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (Orgs). **Estudos feministas, mulheres e educação**. Curitiba: Editora CRV, 2016, p. 263-273.

LORDE, Audre. **As ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre** 10 jul. 2013. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/>>. Acesso no dia 14 de maior de 2018.

LORDE, Audre. **A irmã outsider**. 26 ago. 2014. Disponível em <<http://blogueirasfeministas.com/2014/08/a-irma-outsider-audre-lorde/>>. Acesso dia 23 de maio de 2017.

_____. **A Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação**. 28 mar. 2015a. Disponível em <<http://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/#gs.AXAXPjs>> Acesso em 25 de maio de 2017.

_____. **Não existe hierarquia de opressão**. 29 mai. 2015b. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>>. Acesso no dia 13 de maio de 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, n. 22(3), p. 935-952, set-dez, 2014.

MAHIN, Anaíra, 2015. Mirem-se no exemplo das mulheres de antenas. In BANDEIRA, Aroma; VIEIRA, Flália; BRANCO, Sophia (orgs.). **FeminsmoAgora!**, 2015.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

NEVES, Josélia Gomes. Cultura escrita e narrativa autobiográfica: implicações na formação docente. In: AMARGO, MRRM., (org.). **Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 123-140.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. As mulheres em movimento: ler a própria vida, escrever a própria história. In: CECCON, Claudio; FREIRE, Paulo; OLIVEIRA, Miguel Darcy; OLIVEIRA, Rosiska Darcy (orgs.). **Vivendo e Aprendendo: experiências do IDAC em educação popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 39-67.

PAULINO, Fabiana Moura. **A formação de mulheres com a linha da vida: sentidos que emergem das experiências na Região Metropolitana do Recife**. 94 f. Dissertação de conclusão de mestrado em Direitos Humanos, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2017.

PENA, RODOLFO F. Alves. Consenso de Washington. **Mundo Educação**, s.d. Disponível em <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: 2013, p. 238-258.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Claudia de Lima; SHMIDT, Simone Pereira (orgs.). **Poéticas e Políticas Feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004, pp. 43-66.

PORTAL DAS CATARINAS. **Tudo sobre o mais importante encontro feminista da América Latina**. 20 nov. 2017. Disponível em <http://catarinas.info/tudo-sobre-o-mais-importante-encontro-feminista-da-america-latina-o-14o-eflac/>. Acesso em 26/01/2018.

PRATES, Paula Licursi. **A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher**. 302 f. Tese de conclusão de doutorado em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTANA, Camila. Escrevendo um texto feminista. In: BANDEIRA, Aroma; SANTANA, Camila; VIEIRA, Flávia; BRANCO, Sophia (orgs.). **Feminismo Agora!**. Recife: SOS Corpo, 2015, p. 8-10.

SARDENBERG, Cecília. Considerações Introdutórias às Pedagogias Feministas. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (orgs.). **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais**. Salvador: UFBA/NEIM, 2011, v. 1, p. 19-38.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, vol. 20, nº 2, jul-dez, 1995.

_____. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, v.16, p. 297-325, fev 1998.

SILVA, Elaine França da. Metodologia feminista e direitos reprodutivos no Centro de Saúde Santa Rosa, Niterói (RJ). **Revista Saúde em Debate**, vol. 39, n. 106, p. 893 a 803, jul-set, 2015.

SILVA, Carmen. Os sentidos da ação educativa no feminismo. In: SILVA, Carmen (org.). **Experiências em Pedagogia Feminista**. Recife: SOS Corpo, 2010.

SILVA, Carmen. Cirandas Feministas: experiências que se entrelaçam. In: Obra coletiva. **Cirandas Feministas: experiências que se entrelaçam**. Recife: SOS Corpo, 2016a, p. 7-17.

SILVA, Carmen Sílvia Maria. **Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares**: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. 361 f. Tese de conclusão de doutorado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2016b.

UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA. A Universidade Livre Feminista. S.d. Disponível em <http://feminismo.org.br/proposta/>. Acesso em 20/06/2018.

ANEXO 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Educadora)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, CNPJ.nº _____, autoriza a sua participação voluntária na pesquisa intitulada **FeminismoAgora!: uma Experiência de Pedagogia Feminista Autorreflexiva**, cujo objetivo geral é analisar a experiência de pedagogia feminista autorreflexiva vivida com o grupo FeminismoAgora! e proposta pela própria instituição. A pesquisa está sendo desenvolvida pela pós-graduanda Camila de Melo Santana, para a dissertação a ser defendida junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (GEPERGES) da Universidade Federal Rural (UFRPE) sob orientação da Prof. Dra. Denise Maria Botelho. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo colegiado do PPGECI e contempla as normas éticas de pesquisa na área de ciências humanas.

O SOS Corpo tem conhecimento de que a presente pesquisa atende ao **código de ética** dxs pesquisadorxs na busca de proteger a privacidade das participantes e transmitir essa proteção a todas as pessoas envolvidas no estudo. E ainda, que durante a identificação do problema de pesquisa, é importante ressaltar as contribuições do mesmo no processo de formação das pessoas que estão sendo pesquisadas.

O SOS Corpo tem conhecimento de que na participação dos procedimentos metodológicos (entrevista oral, grupos focais, gravações e/ou registro de imagens, etc), não haverá nenhum retorno financeiro. **O SOS Corpo autoriza** a responsável pela pesquisa a conservar sob sua guarda os resultados da coleta de dados, assim como utilizar estas informações em situações acadêmicas (reuniões, congressos, cursos e publicações científicas etc). O SOS Corpo está ciente de que terá direito a respostas a quaisquer dúvidas que possam surgir durante a sua participação na pesquisa.

Recife (PE), ____ de _____ 2017.

Pesquisadora: Camila de Melo Santana

Contatos: camidoneess@gmail.com/ (81) 99696-0370

Professora Orientadora: Denise Maria Botelho

Assinatura da Representante

Pesquisadora responsável

Testemunha(s):

Nome

Nome

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES

Entrevista a ser concedida ao projeto de pesquisa: FeminismoAgora!: uma Experiência de Pedagogia Feminista Autorreflexiva”. Autora: Camila de Melo Santana

ANEXO 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Ex-participantes)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, R.G.nº _____, autorizo a minha participação voluntária na pesquisa intitulada **FeminismoAgora!: uma Experiência de Pedagogia Feminista Autorreflexiva**, cujo objetivo geral é analisar a experiência de pedagogia feminista autorreflexiva vivida com o grupo FeminismoAgora! e proposta pelo Instituto Feminista para a Democracia SOS Corpo. A pesquisa está sendo desenvolvida pela pós-graduanda Camila de Melo Santana, para a dissertação a ser defendida junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (GEPERGES) da Universidade Federal Rural (UFRPE) sob orientação da Prof. Dra. Denise Maria Botelho. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo colegiado do PPGEI e contempla as normas éticas de pesquisa na área de ciências humanas.

Tenho conhecimento de que a presente pesquisa atende ao **código de ética** dos pesquisadorxs na busca de proteger a privacidade das participantes e transmitir essa proteção a todas as pessoas envolvidas no estudo. E ainda, que durante a identificação do problema de pesquisa, é importante ressaltar as contribuições do mesmo no processo de formação das pessoas que estão sendo pesquisadas.

Tenho conhecimento de que na participação dos procedimentos metodológicos (entrevista oral, grupos focais, gravações e/ou registro de imagens, etc), não haverá nenhum retorno financeiro, como também, riscos e desconfortos para mim. **Autorizo** a responsável pela pesquisa a conservar sob sua guarda os resultados da coleta de dados, assim como utilizar estas informações em situações acadêmicas (reuniões, congressos, cursos e publicações científicas etc). Estou ciente de que terei direito a respostas a quaisquer dúvidas que possam surgir durante a minha participação na pesquisa.

Desse modo, **a divulgação da minha identidade poderá acontecer ou ser designada com nome fictício**, visto que a participação não acarreta nenhum prejuízo e poderei retirar este consentimento em qualquer momento da investigação, sem qualquer penalização. Por estar inserida em um cenário de lutas políticas e de fortalecimento identitário, tenho direito em manifestar o meu desejo de manter minha identidade civil a partir de minha manifestação explícita.

Declaro que este termo de consentimento me foi apresentado, entendi o seu conteúdo e declaro participar divulgando minha identidade.

Declaro que este termo de consentimento me foi apresentado, entendi o seu conteúdo e declaro participar designando o nome fictício de

Recife (PE), _____ de _____ 2017.

Pesquisadora: Camila de Melo Santana

Contatos: camidoneess@gmail.com/ (81) 99696-0370

Professora Orientadora: Denise Maria Botelho

Assinatura da Participante

Pesquisadora responsável

Testemunha(s):

Nome

Nome

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES

Entrevista a ser concedida ao projeto de pesquisa: FeminismoAgora!: uma Experiência de Pedagogia Feminista Autorreflexiva”. Autora: Camila de Melo Santana

ANEXO 3

Roteiro para entrevista semiestruturada (educadora)

- 1 – Fale sobre você, sua trajetória política e sua ligação com processos de educação feminista.
- 2 – Fale sobre a sua experiência com a metodologia da autorreflexão.
- 3 – Fale sobre a concepção político-pedagógica do Instituto SOS Corpo.
- 4 – O que motivou o SOS Corpo a realizar uma formação com mulheres jovens, o que se pretendia com isso?
- 5 – Qual o sentido que você percebe da metodologia da autorreflexão no processo educativo com o FeminismoAgora!?
- 6 – Como você percebe as transformação na vida das participantes do FeminismoAgora! a partir da formação? Você percebe também transformações na sua vida?
- 7 – Como você percebe a construção da identidade feminista no processo de formação do FeminismoAgora!?
- 8 – Como você percebe as relações de poder na formação com o FA!?
- 9 – Como você avalia o impacto da ferramenta pedagógica da autorreflexão para as jovens do grupo FeminismoAgora!, no sentido de engajamento, autonomia e auto-organização nos movimentos feministas?

ANEXO 4

Roteiro para Grupo Focal

- 1 – Como foi a sua participação no processo de formação do FA!?
- 2 – O que você considera como aprendizagens do processo de autorreflexão feminista com o FA!?
- 3 – Você considera que a autorreflexão vivida no FA! provocou transformações na sua vida?
Se sim, que transformações?
- 4 – Como você percebe as relações de poder na formação com o FA!?
- 5 – Como você percebe as relações pessoais e políticas no FA!?! (pergunta acrescentada para o segundo encontro de grupo, com intenção de perceber os conflitos pessoais e políticos do grupo)
- 6 – Você participava de algum coletivo/movimento feminista (ou de outro movimento social) quando começou a participar do FA!?! E agora participa de algum?
- 7 – Como você avalia o impacto da autorreflexão para você e as demais integrantes do grupo FeminismoAgora!, no sentido de engajamento, autonomia e auto-organização nos movimentos feministas (ou em outros movimentos sociais)?
- 8 – Qual é o sentido que você percebe na metodologia da autorreflexão feminista?

ANEXO 5
Questionário (Ex-integrantes)

Pesquisa “FeminismoAgora!: uma Experiência de Pedagogia Feminista Autorreflexiva”

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

1. Idade: _____ **2. Raça e/ou cor:** _____

3. Classe social: _____

4. Identidade de Gênero: _____

5. Orientação Sexual: _____

6. Tem filhx(s)? Se sim, quantos? _____

5. Local de Moradia (bairro e cidade): _____

7. Profissão: _____

8. Ocupação (trabalho que faz para ganhar dinheiro):

9. Você atua em algum coletivo/movimento feminista (ou outro movimento social) hoje?

Se sim, qual? _____

SITUAÇÃO DE VIDA

11. Seu lugar de residência é:

Próprio Alugado Cedido por alguém Casa de familiares

Outro: _____

12. Quantos quartos?

Um Dois Três Acima de três

13. Como considera o bairro onde mora:

De periferia De classe média Rico

Outro: _____

14. Sua renda pessoal*:

Não tem renda Menos de 1 salário mínimo

1 até 2 salários mínimos De 2 até 4 salários mínimos

Acima de 04 salários mínimos

15. Renda do grupo doméstico (família)*:

Não tem renda Menos de 1 salário mínimo

- 1 até 2 salários mínimos De 2 até 4 salários mínimos
 Acima de 04 salários mínimos

** Hoje o salário mínimo é de R\$ 937,00*

16. Sua educação formal

- Não estudei ensino fundamental ensino médio
 Ensino superior em universidade pública
 Ensino superior em instituição privada
 Pós-graduação

Que curso superior fez: _____

Data do preenchimento: ____ / ____ / ____

Grata!

ANEXO 6

Nome	Idade	Raça/cor	Classe Social	Identidade de gênero	Orientação Sexual	Estado Civil	Educação Formal	Bairro de Moradia	Situação de Moradia	Com quem mora	Renda pessoal	Renda do grupo doméstico	Ocupação
Ventania	27	Parda	Classe média baixa	Mulher cis	Bissexual	Solteira	Mestrado em sociologia	Várzea	Aluguel	1 amiga	De 1 a 2 salários	De 2 a 4 salários	Pesquisadora
Iracema	27	Branca	Classe média	Mulher cis	Heterossexual	Solteira	Mestrado em sociologia	Poço da Panela	Aluguel	2 amigos	De 1 a 2 salários	Acima de 4 salários	Pesquisadora
Clara Zeklin	36	Negra (afirmação o política)	Classe média baixa	Mulher cis	Bissexual	Casada	Graduação em Serviço Social	Tamarineira	Casa própria	mando	Sem renda	De 2 a 4 salários	Desempregada
Bocão	28	Branca	Classe média	Mulher cis	Bissexual	Solteira	Mestrado em sociologia	Casa Amarela	Aluguel	1 amiga	Inferior a um salário	De 2 a 4 salários	Pesquisadora, educadora, "faz de tudo"
Elisabeth	22	Branca	Classe média	Mulher cis	Não definida	Solteira	Pós-graduação em Cinema	Tamarineira	Casa da família	Mãe, pai e irmã	Sem renda	De 2 a 4 salários	Desempregada
Carminha	23	Branca	Classe média	Mulher cis	Heterossexual	Solteira	Pós-graduação em Direitos Sociais e Políticas Públicas	Tamarineira	Casa de familiares	Mãe, pai e irmã	Sem renda	De 2 a 4 salários	Desempregada
Joana	27	Negra	Classe média	Mulher cis	Heterossexual	Solteira	Mestrado em antropologia	Boa Viagem	Casa de familiares	Mãe, pai e irmã	De 1 a 2 salários	Acima de 4 salários	Pesquisadora
Penigótica	26	Negra	Classe média baixa	Mulher cis	Bissexual	Solteira	Mestrado em antropologia	Iputinga	Aluguel de casa de familiares	irmã	De 2 a 4 salários	De 2 a 4 salários	Assistente de Pesquisa no IBGE/UNB
Penigosa	28	Branca	Classe média baixa	Mulher cis	Bissexual	Solteira	Mestrado em antropologia	Iputinga	Aluguel de casa de familiares	irmã	Inferior a um salário	De 2 a 4 salários	Pesquisadora
Penção	38	Negra	Pobre	Mulher cis	Lésbica	Solteira	Pós-graduação em Política de Igualdade Racial para o ambiente escolar	Sítio do Berdado (Madalena)	Aluguel	Só	De 2 a 4 salários	De 2 a 4 salários	Educadora infantil
Penigay	31	Socialmente aceita como branca	Classe trabalhadora	Trans não binária	Bissexual	Solteira	Pós-Graduação em Direitos Humanos	Várzea	Aluguel de casa de familiares	Só	1 salário	1 salário	Educadora Social